



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

DANIELA SOBIERAI

“O BRILHO SINISTRO DA ESTRELA VERMELHA”: UMA ANÁLISE DO
ANTICOMUNISMO EM SANTA CATARINA ENTRE 1946 E 1950 POR MEIO DO
JORNAL O ESTADO

CHAPECÓ

2021

DANIELA SOBIERAI

“O BRILHO SINISTRO DA ESTRELA VERMELHA”: UMA ANÁLISE DO
ANTICOMUNISMO EM SANTA CATARINA ENTRE 1946 E 1950 POR MEIO DO
JORNAL *O ESTADO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Monica Hass e coorientação Claiton Marcio da Silva.

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Daniela Sobierai
"O brilho sinistro da estrela vermelha": uma análise do anticomunismo em Santa Catarina entre 1946 E 1950 por meio do jornal O Estado / Daniela Sobierai . -- 2021.
104 f.

Orientadora: Doutora Monica Hass
Co-orientador: Doutor Claiton Marcio da Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2021.

1. comunismo. 2. Santa Catarina. 3. Guerra Fria. I. Hass, Monica, orient. II. Silva, Claiton Marcio da, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

DANIELA SOBIERAJ

**"O BRILHO SINISTRO DA ESTRELA VERMELHA": UMA ANÁLISE DO
ANTICOMUNISMO EM SANTA CATARINA ENTRE 1946 E 1950 POR MEIO DO
JORNAL O ESTADO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em
História, defendida em banca examinadora em 29/01/2021

Aprovado em: 29/ 01/ 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Monica Hass – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – UDESC
Membro titular externo



Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, janeiro 2021

AGRADECIMENTOS

A todos que sempre me apoiaram para realização deste trabalho, em especial meus pais que sempre torceram muito por mim, meu namorado Guilherme Schimmock e meus amigos do curso do mestrado que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis; agradeço imensamente o carinho.

Quero expressar eterna gratidão à minha orientadora Professora Dr. Monica Hass que sempre teve muita paciência e compreensão, incentivando-me e apoiando-me permanentemente, e também ao meu coorientador Dr. Claiton Marcio da Silva: vocês auxiliaram na concretização de mais um sonho de minha vida. Quero também agradecer aos professores Samira Peruchi Moretto e Mateus Gamba Torres que sempre estiveram disponíveis para me auxiliar, não somente em termos acadêmicos.

Nesse tempo enfrentei diversos problemas, mas aqui estou fechando mais um ciclo em minha vida, porém não o fiz sozinha: o apoio das pessoas foi importante, e disso tudo aprendi a valorizar as batalhas diárias, mesmo que sejam as minúsculas, e sei que me tornei melhor em termos profissionais e também como pessoa. Portanto, aprendi que “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher” (Cora Carolina).

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.

Olga Benário Prestes

RESUMO

A análise do presente trabalho se concentra nas publicações sobre o comunismo presentes no jornal *O Estado* dos anos de 1946 a 1950. Neste ínterim se destaca no Brasil um processo de redemocratização pós Estado Novo e, no contexto mundial, o pós-guerra e início da Guerra Fria. Esses períodos são importantes pois influenciaram no processo de perseguição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dos seus correligionários. O objetivo deste estudo é mostrar como foi abordada a temática do comunismo no periódico veiculado no estado de Santa Catarina durante o período democrático. Para tal investigação foi utilizada a análise de conteúdo. O jornal *O Estado* pertencia a Aderbal Ramos da Silva e foi utilizado para divulgar as ideias do Partido Social Democrático (PSD). Por sua ligação partidária, o periódico se tornou um meio de divulgação do governo, já que o presidente Eurico Gaspar Dutra também pertencia ao partido e atuou como principal articulador de perseguição do Partido Comunista Brasileiro. Conclui-se que o jornal publicou discursos anticomunistas por haver uma tradição política existente desde a “Intentona Comunista” e também por existir um risco real de ação comunista, pois estes estariam ganhando notoriedade a partir das eleições de 1945. Por isso, *O Estado* divulgou discursos para desqualificar seus opositores, que eram comunistas e não deveriam ganhar espaço no solo catarinense porque eram estrangeiros e estavam arquitetando a destruição da pátria, da religião e da família. Ademais, era preciso alertar a população sobre esse “perigo” que estava assolando o território brasileiro.

Palavras-chave: Anticomunismo. PCB. Santa Catarina. Guerra Fria.

ABSTRACT

The analysis carried out in the present research focuses on the publications on communism published in the newspaper *O Estado* between the years 1946 and 1950. During this period, a process of re-democratization post-*Estado Novo* was taking place in Brazil; and, in the global context, the post-war and the beginning of Cold War. These are relevant periods as they influenced the persecution of the Brazilian Communist Party (PCB) and its supporters. The objective of this study is to elucidate how the theme of communism was approached in the newspaper published in the state of Santa Catarina during the democratic period. For this investigation, content analysis was employed. The newspaper *O Estado* was owned by Aderbal Ramos da Silva and was used to expose ideas of the Social Democratic Party (PSD). Due to its party connection, the periodical became a tool for publicizing the government, since President Eurico Gaspar Dutra was also a member of the party and served as the main persecutor of the Brazilian Communist Party. It is concluded that the newspaper published anti-communist discourses because there was a political tradition that existed since the Communist Uprising and also because there was a real threat of communist actions, as these gained notoriety as of the 1945 elections. For this reason, *O Estado* issued speeches to disqualify its communist opponents, who were not gain space in the region of Santa Catarina because they were foreigners and were planning the destruction of the country, religion, and family structure. Furthermore, it was necessary to warn the population about this “threat” that was hounding the Brazilian territory.

Keywords: Anti-Communism. PCB. Santa Catarina. Cold War.

LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Ação Nacional Libertadora

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória

CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP – Direção Nacional de Planejamento

LSN – Lei de Segurança Nacional

MUT – Movimento Unificar dos Trabalhadores

OE – O Estado

OEA – Organização dos Estados Americanos

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PLC – Partido Liberal Catarinense

PRC – Partido Republicano Catarinense

PRP – Partido de Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SESI – Serviço Social da Indústria

SSNJ – Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 O PCB E A ABERTURA DEMOCRÁTICA	19
2.1 A TRAJETÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)	19
2.1.1 O Partido Comunista Brasileiro Em Santa Catarina	27
2.2 A DISSOLUÇÃO DO ESTADO NOVO E A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	32
3 O GOVERNO DUTRA E A REPRESSÃO AO PARTIDO COMUNISTA NOS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA FRIA	39
3.1 BREVE BIOGRAFIA DE EURICO GASPAR DUTRA	39
3.2 DUTRA PRESIDENTE	42
3.3 GUERRA FRIA: A RELAÇÃO ENTRE EUA E O GOVERNO DUTRA NA PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS	45
3.3.1 O PCB na ilegalidade	50
4 OS DISCURSOS SOBRE O COMUNISMO NO JORNAL O ESTADO	59
4.1 O HISTÓRICO DO JORNAL <i>O ESTADO</i>	59
4.2 COMUNISMO E ELEIÇÃO DE 1947	62
4.2.1 O adversário é comunista	63
4.2.2 A aliança entre a UDN e os comunistas	68
4.3 “TUDO PELO BRASIL CATÓLICO E DEMOCRÁTICO” – O ANTICOMUNISMO CATÓLICO	72
4.4 “DEIXEI O COMUNISMO PARA REENCONTRAR O BRASIL”: O OPERARIADO ANTICOMUNISTA	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

A temática que dá norte para o desenvolvimento desta pesquisa concentra-se na análise das publicações do jornal *O Estado* relativas ao comunismo no período de 1946 a 1950. Esse momento é importante porque se destaca no Brasil um processo de redemocratização pós Estado Novo (1937-1945) e, no contexto mundial, o pós-guerra e início da Guerra Fria.

O interesse pela temática do comunismo surgiu no final do curso de graduação, quando da elaboração do trabalho de conclusão de curso. Efetuei uma análise sobre os discursos anticomunistas presentes em um jornal católico do interior do estado do Rio Grande do Sul. O tema chama bastante a atenção em razão de que nos últimos anos presenciamos discursos próximos aos divulgados nos jornais da década de 1940. À vista disso, decidi pesquisar um jornal do estado de Santa Catarina, pertencente ao líder do Partido Social Democrático de Florianópolis, e analisar os discursos nele presentes sobre o comunismo dos anos de 1946 a 1950 no governo de Eurico Gaspar Dutra.

A pesquisa vem no sentido de contribuir para o campo historiográfico, pois há carência de trabalhos desse período no estado de Santa Catarina. O presente estudo também dará importância ao presidente Eurico Gaspar Dutra, uma vez que foi uma das figuras centrais no combate à propagação de ideias, movimentos e partidos considerados comunistas.

O objetivo deste estudo reflete ainda a polarização política brasileira atual porquanto se fazem presentes na sociedade as associações negativas do comunismo. O anticomunismo, ainda muito utilizado, se opõe a movimentos como o feminismo, movimento LGBT, movimento negro, às conquistas sociais, ou seja, todos que lutam para ter seus direitos respeitados estão sendo associados genericamente a esquerdistas e comunistas.

Nota-se ainda que existe um certo “medo” do comunismo, uma vez que sua sombra “ameaça” constantemente os valores tradicionais brasileiros, como presenciado nos movimentos que aconteceram nos últimos anos. Os grupos, ao saírem em defesa da pátria, dos símbolos nacionais e da conservação dos valores, encaram os defensores de mudanças, especialmente os que lutam pelas demandas sociais e por direitos, como uma parcela que deve ser detida e eliminada por ser supostamente composta por antipatriotas e comunistas. Assim, presencia-se atualmente frases proferidas em discursos de governantes como: “A bandeira do Brasil jamais será vermelha”, “Vamos unir o Brasil pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo e do comunismo”, “Vamos varrer essa turma vermelha do Brasil”.

Reafirmo a importância desta pesquisa por perceber que os discursos anticomunistas -

e tudo o que lhes é associado - ainda persistem, tendo a mídia um papel importante na divulgação e na qualificação negativa desse suposto mal presente na sociedade brasileira ao longo do tempo. E analisar o passado é fundamental para compreendermos o presente. A contribuição desta pesquisa vai no sentido de compreender como os discursos sobre o comunismo naquela época influenciaram o momento atual, uma vez que os resquícios ainda são evidentes em nossa sociedade.

Um movimento comunista de caráter internacional começou a ser bastante divulgado a partir da Revolução Russa de 1917, prometendo a construção de um modelo de sociedade que foi implantado na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Essa visão de mundo derivou da influência das teorias de Marx e Engels e também dos escritos de Lênin¹.

Em linhas gerais [...] o marxismo define-se a partir de certos princípios: 1) uma teoria da luta de classes, [...] que vê no socialismo e no comunismo fases necessárias e não um ideal sentimental do desenvolvimento da sociedade; 2) um teoria do proletariado, que aparece como fruto da indústria moderna; a classe operária em virtude da sua posição na estrutura produtiva [...] encontra-se apta para dirigir a luta pela transformação do capitalismo e pela abolição da propriedade privada; 3) a despreocupação em traçar um quadro da sociedade futura desde que extraiu da história a experiência do seu movimento [...]².

Diante da vitória da Revolução Russa foi fundada em Moscou, em março de 1919, a chamada III Internacional Comunista³ ou *Comintern*: a partir dela foram formados diversos Partidos Comunistas em vários países que teriam a tarefa de lutar pela classe operária. Como guia do movimento comunista internacional, a *Comintern* acreditava que a tomada do poder pelos proletários em escala mundial significaria o declínio do capitalismo. Essa visão tinha objetivos de transformação da sociedade, e caso não ocorresse, caberia ao partido proletário assumir a frente da revolução⁴.

A Revolução na Rússia resultou em um considerável crescimento da influência dos ideais comunistas pelo mundo pós Segunda Guerra, acarretando no surgimento de diversos partidos comunistas além da Europa Oriental e em alguns Estados da América, África e Ásia. “Diferentemente da maior parte dos partidos comunistas do mundo ocidental, o PC brasileiro

¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.35

² TAVARES, José Nilo. **Marx, o socialismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p.32

³A Internacional tinha como objetivo criar uma união entre todos os partidos comunistas. Essa reunião era dominada pelo Partido Comunista da União Soviética que era responsável por emitir as diretrizes que deveria m ser seguidas por todos os seus filiados.

⁴ PANDOLFI, op. cit., p. 58.

não se originou de cisões à esquerda da socialdemocracia. O Brasil não possuía uma tradição marxista e os partidos socialistas eram inexpressivos”⁵.

No Brasil, a Seção Brasileira da Internacional Comunista formou-se em março de 1922 durante o congresso no estado do Rio de Janeiro. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), desde sua existência, passou por grandes dificuldades tanto em relação aos militantes e questões financeiras quanto à discriminação e perseguições policiais. O partido inicialmente funcionou como um grupo de propaganda da identidade comunista, pois não possuíam ainda uma reflexão mais qualificada sobre a realidade brasileira e o marxismo. Inicialmente, dedicava-se à divulgação de notícias e documentos sobre a Revolução Russa e o movimento comunista internacional⁶.

Vale ressaltar que quando foi criado o PCB chamava-se Partido Comunista, mas logo depois passou a ser chamado de Partido Comunista do Brasil. Só adotou a denominação ‘Partido Comunista Brasileiro’ em 1961.

No quadro nacional na década de 1920, a atuação do PCB não era intensa, assim como as manifestações contrárias ao comunismo, em razão de que “[...] a ‘questão social’ e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no Brasil”⁷.

No Brasil, somente na década de 1930, com o crescimento do PCB, o partido começou a ser visto como um “perigo” real e o anticomunismo começou a ganhar força. Em virtude de uma tentativa de conquista do poder em 1935, conhecida como “Intentona Comunista”, é que ocorre a disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. Por esse motivo, a imprensa começou a divulgar os riscos da “ameaça comunista” que estaria assolando o País⁸.

Com a força do comunismo ligada à expansão dos partidos e ideais comunistas formou-se o anticomunismo. Por medo do “perigo” comunista, grupos reacionários e conservadores se articularam visando ao combate do projeto revolucionário. No decorrer do tempo os grupos anticomunistas, como católicos, militares, liberais entre outros, se transformaram em um movimento organizado.

A difusão dos discursos anticomunistas a partir do século XX fez-se presente com

⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro [et al]. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10, Sociedade e Política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 431.

⁶ PANDOLFI, op. cit., p. 79.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 3.

⁸ MOTTA, *Ibid.*, p. 3.

durabilidade na sociedade brasileira, mas em algumas conjunturas históricas ela se manifestou mais radicalmente. Essas ondas anticomunistas estiveram ligadas ao crescimento do PCB e da esquerda em geral. Em vista disso, elenca-se três fases de um anticomunismo agudo: o período entre 1935-1937, com a insurreição comunista; nos anos de 1946 a 1950, com início da Guerra Fria; e por fim, a crise de 1963-1964, que levou ao golpe civil-militar⁹.

Neste trabalho a segunda fase será melhor analisada. Por esse motivo, especialmente a partir da década de 1940, faz-se necessário contextualizar historicamente a conjuntura internacional e nacional, sobretudo no que diz respeito à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Estado Novo (1937-1945), governo de Eurico Gaspar Dutra, Guerra Fria e principalmente a atuação e a perseguição ao PCB.

A conjuntura internacional da década 1940 foi marcada pela Segunda Guerra Mundial. Foi decisiva a postura dos países para “redimensionar suas relações internacionais e assumir posições que se definiam a partir do complexo do jogo militar e diplomático”¹⁰. O Brasil estava presenciando o Estado Novo, um regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas que, devido às pressões dos EUA e da população, posicionou-se ao lado dos Aliados.

Cedendo às pressões, o Brasil, em 1942, declarou guerra ao Eixo. Contudo, a entrada do país na Segunda Guerra Mundial significou uma série de mudanças no regime do Estado Novo, pois as contradições ficaram explícitas, principalmente no ano de 1945, com o fim da guerra e a vitória dos Aliados, que colocou em xeque os regimes de direita de caráter autoritário. Para os opositores de Getúlio Vargas, era inconcebível que um governo que se posicionou a favor da democracia continuasse sendo um regime inteiramente autoritário¹¹. Dessa forma, no Brasil, a redemocratização veio juntamente com o final da Segunda Guerra Mundial.

Diante das novas ideias democráticas surgiu uma forte pressão por parte da oposição para a derrubada de Vargas, fato este que levou o governo a se adaptar a essa nova ordem, adotando novas estratégias para sua continuidade no poder¹². A nova ordem institucional democrática aventava o afastamento do presidente responsável pela ditadura do Estado Novo. Um dos mecanismos encontrados por Vargas, em fevereiro de 1945, foi decretar a Lei

⁹ MOTTA, op. cit., p. 4.

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 115.

¹¹ DELGADO, Lucilia de Almeida. Partidos políticos e frentes parlamentares: desafios e conflitos na democracia. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.131.

¹² *Ibid.*, p. 131.

Constitucional nº 9 que se tratou de uma “[...] convocação de eleições majoritárias para presidência da República que ocorreria no final do ano e a implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais”¹³.

Com a constituição do novo sistema partidário, regulamentado em maio de 1945, houve uma mobilização em diversos estados, o que culminou na formação e reorganização de diversos partidos políticos. Aqueles que se destacaram nacionalmente durante esse ano foram a União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁴. Essas diferentes organizações partidárias se apresentaram na cena pública com maior intensidade, sendo que a UDN surgiu como um partido de oposição ao Estado Novo. Nesse cenário, Vargas patrocinou a fundação de duas correntes político-partidárias: PTB e o PSD, sendo que o primeiro recebeu apoio dos sindicatos, sendo responsável por “[...] defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática [...]”¹⁵. Já o segundo, o PSD, obteve apoio dos interventores estaduais, os quais pertenciam aos segmentos das oligarquias estaduais e da classe média urbana, estratégia encontrada por Vargas para centralização das forças políticas tradicionais locais¹⁶.

O PCB voltou a atuar na legalidade em junho de 1945 e destacou-se no cenário político brasileiro após o avanço do processo de redemocratização, visto que o governo restabeleceu relações com a URSS e anistiou os presos e perseguidos políticos, além de extinguir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)¹⁷.

Mesmo promovendo a abertura política e elaborando estratégias para se manter no poder, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945 por um golpe militar. Após esse episódio, o poder foi conferido ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que governaria o país até a realização das eleições presidenciais¹⁸.

Desde a convocação das eleições presidenciais brasileiras em 1945, os principais candidatos foram Eduardo Gomes, da UDN, e Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD. Decorrente da reorganização do PCB, em novembro de 1945, próximo às eleições, o partido apresentou seu

¹³ DELGADO, op. cit., p. 134.

¹⁴ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S.C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GOLIN, Tau. BOEIRA, Nelson (Org). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). V.4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p.60.

¹⁵ CAPELATO, op. cit., p. 141.

¹⁶ CAPELATO, op. cit., p. 138.

¹⁷ PRESTES, Anita Leocadia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 66.

¹⁸ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 222.

candidato, o engenheiro Yedo Fiúza. Nesse sentido, “[...] Eurico Gaspar Dutra, obteve 3.251.507; Eduardo Gomes, da UDN, conseguiu 2.039.342; o candidato comunista, Fiúza, somou 569,818 [...]”¹⁹.

O resultado das eleições de dezembro daquele ano, que levou Dutra à presidência, demonstrou a grande influência do PCB. O partido teve mais visibilidade no cenário político após eleger um senador e 14 deputados, sendo um deles o Senador Federal Luís Carlos Prestes. Nesse contexto, “[...] o PCB fortalecia sua imagem como ‘partido da classe operária’” porque a maioria dos votos vieram das cidades operárias²⁰.

Por conseguinte, em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra tomava posse como presidente eleito. Uma de suas políticas foi posicionar-se favoravelmente aos Estados Unidos, fato esse que impediu a atuação do PCB no país. Em plena Guerra Fria, com a polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética:

[...] inicia-se um largo período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos, como nos países a eles alinhados ou subordinados. Tal fato terá sérias repercussões no Brasil. Acusados de serem “dirigidos por uma potência estrangeira”, e de pretenderem “destruir a civilização ocidental e cristã”, os comunistas são tachados de “teleguiados de Moscou”, “espíões soviéticos”, “instigadores da luta de classe” e “fomentadores de um ambiente de caos e desordem”²¹.

Assim, o Brasil se mostrou forte aliado dos EUA no período da Guerra Fria. Diante desse cenário internacional, no país, os discursos se fundamentaram na acusação do PCB ser um partido estrangeiro, que conduzia a luta de classe, pretendia destruir a civilização e que levaria a sociedade ao caos e à desordem.

Em 1947, o Brasil - agora aliado aos EUA - rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e marcou a perseguição aos comunistas durante o governo Dutra. Em maio do mesmo ano ocorreu a cassação do registro do PCB. Em 1948, os mandatos dos parlamentares comunistas são cassados e vários líderes e dirigentes do partido são presos.²²

Esse processo de perseguição aos comunistas foi orquestrado principalmente pelo PSD, que detinha majoritariamente políticos no Congresso. Dutra, como principal articulador, utilizou mecanismos contidos na Constituição para restringir o PCB, que foi classificado

¹⁹ GOMES, op. cit., p. 289.

²⁰ NEGRO, Antonio, Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 59

²¹ SEGATTO, op. cit., p. 223.

²² SEGATTO, op. cit., p. 224.

como partido “antidemocrático” porque mantinha relações com organizações estrangeiras. A partir disso, foi apresentada “[...] a denúncia ao Superior Tribunal Eleitoral, afirmando que o PCB era orientado pelo marxismo-leninismo e, portanto, uma organização internacional [...]”²³. Considerado uma agremiação internacional, o partido estava sob acusação de ser responsável pela luta de classes, greves e agitações operárias que estavam ocorrendo em todo país.

Com a perseguição ao partido e a seus filiados, a mídia foi utilizada como instrumento para as publicações anticomunistas. No estado de Santa Catarina, o jornal *O Estado* foi um dos articuladores na defesa do PSD e contrário à atuação dos comunistas, divulgando os “perigos” que representavam para a sociedade brasileira.

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar como o jornal *O Estado* abordou em suas edições o comunismo no período de 1946 a 1950, levando em conta que esse era um momento democrático recém instaurado. A narrativa estará concentrada na análise do sistema político partidário nacional no contexto da redemocratização; na atuação do Partido Social Democrático e do Partido Comunista Brasileiro em nível nacional e regional; na influência de Eurico Gaspar Dutra como forte combatente ao comunismo; no desfecho do processo da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro e a cassação dos parlamentares no Brasil e em Santa Catarina; e nos discursos sobre o Partido Comunista Brasileiro no jornal *O Estado*, procurando verificar, principalmente, os argumentos usados para justificar a perseguição e cassação do partido comunista.

Portanto, a principal fonte da pesquisa aqui analisada é a jornalística, conferindo-lhe um tratamento qualitativo e fazendo uso da análise de conteúdo voltada para a dimensão da História Política.

Metodologia da pesquisa

A prática historiográfica alterou-se mais expressivamente a partir da primeira geração do *Annales*²⁴. Por isso, somente a partir de 1929/30 é que será alterado o panorama da historiografia, o que começou a abalar a supremacia institucional da historiografia metódica ou positivista e o declínio da história política. Essa história ficou conhecida como tradicional e

²³ GOMES, op. cit., p. 293.

²⁴ Escola historiográfica francesa fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os primeiros historiadores dessa escola foram vistos como os responsáveis por uma nova concepção historiográfica, além da ampliação da noção de “fonte histórica”.

passou a ser condenada então pelos *Annales*.²⁵

As mudanças ocorridas se opuseram à história tradicional, havendo assim uma nova perspectiva do olhar do historiador. A história tradicional se sustentava na “história acontecimental”, que olhava a partir dos de cima, além de considerar o particular, o singular, no que se sustentava uma narrativa justificadora do poder presente²⁶.

Conforme o paradigma tradicional, a história estava relacionada unicamente à política e ao Estado. Ela era construída a partir da narrativa dos acontecimentos, oferecendo somente a visão de cima porque se concentrava nos grandes feitos de grandes homens, dos generais, estadistas ou eclesiásticos, sendo que os demais integrantes da sociedade estariam em segundo plano²⁷.

E para a construção dessa narrativa, a história tradicional acreditava que deveria ser baseada em documentos; esses, portanto, eram registros oficiais que estavam preservados em arquivos e provenientes do governo. Percebe-se que, com a limitação de documentos, esses registros oficiais obviamente expressavam somente um ponto de vista, o oficial²⁸. O paradigma tradicional acreditava que a História era objetiva e que a tarefa do historiador era somente apresentar os fatos como eles realmente aconteceram.

A partir da década de 1960, ocorreu na França a chamada terceira geração dos *Annales*, o que trouxe para as pesquisas novos problemas, objetos e abordagens e que teve a presença de jovens intelectuais como Jacques Le Goff, Georges Duby, Philippe Aries, Robert Mandou, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros. Esses intelectuais contribuíram para a alteração do conceito de documento, resultando assim na mudança de interesses de pesquisa e análise, ou seja, tem-se novos objetos, problemas e abordagens. Essa renovação na história ficou conhecida como “a nova história”²⁹.

Desta forma, aumentaram significativamente as contribuições historiográficas. Como consequência, a mudança na relação dos historiadores e suas fontes resultou na abertura mais ampla no campo de investigação histórica e nas linhas de pesquisa específicas. Por isso,

[...] a história teve de se renovar quanto às técnicas e métodos. A renovação dos objetos exigirá a mudança no conceito de fonte histórica [...]. Os documentos referem-

²⁵ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 61

²⁶ REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 22.

²⁷ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: editora Unesp, 2011. p. 11 e 12.

²⁸ Ibid., p. 13 e 14.

²⁹ BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1990. p. 56 e 57.

se à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, às crenças coletivas. Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários. A documentação massiva e involuntária é prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes³⁰.

É a partir dessas mudanças que destacamos a utilização dos jornais como novas fontes a serem utilizadas para a construção do conhecimento histórico e o retorno da nova história política. Por muitos séculos, a chamada história política tradicional tinha o enfoque na história do Estado, do poder, das instituições e nas revoluções, reconstruindo uma história baseada nos vestígios escritos e numa forma fácil de restaurar a narrativa baseada nas fontes conservadas e até classificadas³¹.

A história política privilegiava uma minoria, o particular, os líderes e os grandes feitos e deixava de lado as multidões. Não havia comparação no espaço e no tempo, e se utilizava de uma história síntese, além de acreditar que as vontades das pessoas conduziam o curso das coisas³². A narrativa tradicional deixava de lado diversos aspectos importantes do passado para construir uma linha clara à história³³.

Percebe-se que a história política tradicional se dedicava à narrativa linear dos fatos e dos feitos importantes, e essa construção não é classificada como um conhecimento científico pelo fato de não questionar as fontes, sobre o sentido dos fatos e de não formar hipóteses explicativas.

Mesmo após a renovação historiográfica, a crítica e condenação à história política continuou deixando-a em lugar secundário, especialmente com a primeira e a segunda gerações dos *Annales*. A primeira classificou a história política como sinônimo de história factual, e a segunda geração relegou os fatos políticos ao “tempo curto”. Porém somente com a terceira geração haverá uma crise final da história política tradicional. Grosso modo, isso ocorreu de 1945 a 1968/70 porque é nesse período que será condenada a história política tradicional por diversas correntes teórico-metodológicas como os *Annales*, marxismo, estruturalismo, quantitativismo, etc. Resulta nesse período uma recuperação e renovação da história política que ficou conhecida como a nova história política³⁴.

³⁰ REIS, op. cit., p. 23.

³¹ RÉMOND, René. Uma história Presente. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 15.

³² Ibid., p. 17.

³³ BURKE, op. cit., p. 339.

³⁴ FALCON, op. cit., p. 63.

Dentre as mudanças no campo da história, a chamada nova história política não se dedica mais à descrição de eventos.

[...] a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude [...] ³⁵.

Em função disso, a nova história política passou a estudar as práticas coletivas, pelo fato de terem grande importância social, e as massas passam a ser analisadas a partir da longa duração. As pesquisas passam a ter outro direcionamento e vieram a contribuir no campo historiográfico. A história política passa a analisar diversos fatores para um fato, não sendo mais considerado o desejo de uma pessoa para definir o percurso deles. A história tem o propósito de analisar as motivações e as diversas fontes históricas que não se limitam somente ao escrito para chegar a hipóteses, e não a verdades absolutas.

O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível de representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder ³⁶.

Enfatizamos no campo da política a contribuição do contato e trocas interdisciplinares, visto que a renovação da história política foi estimulada pelo contato com outras ciências, como a sociologia, psicologia social, direito público, linguística, psicanálise, matemática, informática, entre outras. Portanto “é impossível para a história política praticar o isolamento” ³⁷.

Nos últimos anos, no campo da política, uma metodologia está sendo muito utilizada não somente pelos historiadores, contribuindo significativamente para a análise de documentos. Trata-se da análise de conteúdo, um conjunto de técnicas para a classificação e categorização de qualquer tipo de conteúdo de comunicação, sendo eles jornais, filmes, programa de rádio, etc. ³⁸. A análise de conteúdo é feita geralmente pelo método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas. Neste último caso, as categorias são

³⁵ RÉMOND, op. cit., p. 16.

³⁶ FALCON, op. cit., p. 69.

³⁷ RÉMOND, op. cit., p. 29.

³⁸ CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm**, Brasília, vol. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>. Acesso em: 02 set. 2019. p. 611.

construídas “conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo o seu agrupamento”³⁹. E é esta perspectiva que adotamos nesta pesquisa.

A análise de conteúdo foi utilizada com intensidade principalmente nos Estados Unidos durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais com o intuito de estudar as comunicações na guerra, visando a sintetizar e compreender o conteúdo exposto em jornais e nas propagandas utilizadas pelos “inimigos”⁴⁰.

Inicialmente usada na comunicação política, a metodologia de análise de conteúdo ao longo dos anos passou a ser utilizada no meio acadêmico e foi sendo adotada por diferentes áreas do conhecimento. A metodologia será empregada nessa pesquisa histórica e será uma ferramenta de compreensão do conteúdo publicado no objeto de análise desse trabalho, que é a fonte jornalística. Ao debruçarmo-nos na análise das notícias, é importante atentarmos para alguns fatores determinantes:

O conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, é tão rica e apresenta uma visão polissêmica e valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. Talvez o maior “nó” em relação à abordagem desses conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo, a princípio mais palpável; e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem. Isto nos remete a uma breve discussão sobre os limites dos “conteúdos manifestos” e dos “conteúdos latentes” de uma mensagem⁴¹.

Em vista disso, as informações contidas devem ser analisadas pelo pesquisador de forma que compreenda que há diversas interpretações de um determinado assunto, levando em conta o teor das notícias que se pode apresentar de forma objetiva ou subjetiva. Investigar o proprietário do meio de comunicação, o papel da imprensa na produção do conteúdo, os mecanismos que levaram à publicação e o teor das mensagens são etapas fundamentais para auxiliar no esclarecimento da problemática de uma pesquisa.

Os historiadores passaram a se utilizar de novas fontes, entre elas o jornal, mas no Brasil o seu uso, até a década de 1970, era considerado inadequado para a produção de conhecimento e pesquisa histórica. Nesse período haviam poucos trabalhos realizados, pois ainda eram

³⁹ CAREGNATO; MUTTI. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; p. 683. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 dez. 2020.

⁴⁰ CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, vol. 7, n. 1, p.173-188, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 02 set. 2018. p. 174.

⁴¹ CAMPOS, op. cit., p. 612.

considerados impróprios para a recuperação do passado e continham registros fragmentados, com falta de objetividade. Mas a partir da vasta influência da escola dos *Annales*, o processo de análise da imprensa brasileira aumentou e passou a ser frequentemente utilizado no decorrer dos anos⁴².

Ao utilizarmos a imprensa como objeto de pesquisa histórica, é preciso primeiramente considerar as razões que levaram à publicação de certo assunto, atentar como se deu o destaque do fato, o local e o contexto no qual se deu a publicação e analisar o discurso produzido, já que envolve muitos significados. Por isso o destaque para identificar quem são os responsáveis pela linha editorial⁴³.

De 1946 a 1950, o jornal *O Estado* foi um veículo de bandeiras político-partidárias do PSD, de propriedade de Aderbal Ramos da Silva, que assumiu em 1947 o cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Por isso, em suas páginas, o jornal abordava conteúdos de interesse do partido e se opunha a outros jornais. Eram, portanto, escolhas políticas que decidiam o que seria publicado diariamente.

O historiador, ao escolher o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, precisa atentar para vários detalhes: deve considerar o texto jornalístico em sua completude e tomar o cuidado de não o considerar como detentor de todas as verdades. Ao interpretar o conteúdo tem de estar atento ao contexto social e político em que foi publicado e à interpretação individual do redator⁴⁴.

É importante que o historiador analise os enunciados expostos nas páginas, pois o pesquisador trabalha com o que virou notícia, tendo de levar em conta o motivo da publicação do assunto e o porquê de a notícia ter sido exposta em determinadas páginas. Deve considerar a linguagem exposta no jornal, que dificilmente é dissociada do público-alvo que pretende atingir, e avaliar a escolha das manchetes porque expressam em partes a intenção pretendida⁴⁵.

Assim sendo, é preciso que o pesquisador analise o fato histórico escrito no jornal e consiga estabelecer uma leitura do contexto social, político e econômico em que o periódico estava envolvido. Por isso a importância do olhar crítico e atento para esclarecer algumas questões, como por exemplo: os motivos que fizeram com que a matéria fosse publicada; quais as representações do futuro; o que ilustra sobre a realidade presente naquele momento; se o

⁴² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p.112.

⁴³ Ibid., p. 140.

⁴⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, vol. 2, n. 3, p. 125-142, 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2614/1425>. Acesso em: 30 ago. 2019. p. 126.

⁴⁵ LUCA, op. cit., p.132,

jornal defendia ou seguia alguma regra ou comportamento; atentar se o assunto que está sendo pesquisado deixou de ser abordado em algum momento pelo jornal⁴⁶.

É importante perceber a influência dos poderes públicos e dos diversos grupos sobre a mídia. No entanto, a relevância de investigar de onde vem o dinheiro que sustenta a imprensa escrita e a sua trajetória, com o nascimento, vida e morte, quem são os diretores e sobre a nomeação e afastamento⁴⁷.

O jornal *O Estado* surgiu em 1915 com o propósito de valorização do noticiário local, tornando-se o diário que circulou por mais tempo em Florianópolis, capital de Santa Catarina⁴⁸. O periódico foi adquirido por meio de terceiros em 1946, mas logo passou para as mãos do verdadeiro dono, o empresário e político Aderbal Ramos, que fazia investimentos no segmento da imprensa.

A sua inserção nos meios de comunicação, articulando as relações entre os seus interesses privados e as suas intenções políticas, proporcionou que o mesmo pudesse alargar sua esfera de influência econômica e ampliasse suas plataformas de atuação e persuasão do cenário partidário e, conseqüentemente, eleitor⁴⁹.

O jornal está disponível para acesso na íntegra na hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina⁵⁰, que abrange todo o período da análise desse estudo. Era publicado diariamente, possuía regularmente oito páginas, mantendo seus conteúdos distribuídos indistintamente pelas seções: notas políticas, notas locais, artigos de redação, página literária, economia e finanças, vida bancária, notas científicas, notas rurais, estatísticas, governo do estado, jurisprudência, vida militar, noticiário do exterior, noticiário do País, crônica da semana, notícias dos municípios e da prefeitura, magazine, concursos, vida escolar, fatos policiais, vida social, vida feminina, religião e uma página somente para os esportes.

⁴⁶ ALVES, Fábio Lopes, GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da história: diálogos contemporâneos. **Revista brasileira de ensino e jornalismo**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 30-53, 2007. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/93>. Acesso em: 30 ago. 2019. p. 12 e 13.

⁴⁷ JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 219 e 220.

⁴⁸ FERNANDES, Cíntia San Martín. **Indústria Cultural ou Esfera Pública Discursiva: a dinâmica dos meios de comunicação de massa em Florianópolis**. 1998. Dissertação-Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77829/149147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2019. p. 85.

⁴⁹ RAUPP, Marcelo Coelho. Filhos e amigos da “boa política”: formação e procedimentos das elites políticas de Santa Catarina. In: CAMPOS, Emerson César de Campos; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: Editora da UDESC e DIOESC, 2011. p. 25.

⁵⁰ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Hemeroteca digital catarinense. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1946.html>.

Na análise do jornal, diversas notícias publicadas são de agências internacionais e/ou de outras regiões do País. Destaca-se que a maioria delas obviamente tinha uma escolha minuciosa e correspondia à posição política do jornal, como é o exemplo do ataque constante ao comunismo e/ou PCB.

O texto refletia sobre algumas temáticas: ações e projetos atribuídos aos comunistas, democracia e comunismo, religião e comunismo, repressão policial ao comunismo, anticomunismo no processo eleitoral e a cassação do Partido Comunista.

Para a realização dessa análise, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro momento, há uma discussão do contexto histórico nacional do País, especificamente a partir de 1935. O seu enfoque é a atuação do PCB de âmbito nacional; a atuação do PCB catarinense e sua perseguição no contexto da “Intentona Comunista”; haja vista que é a partir desse momento na história do Brasil que se presencia a primeira “onda” anticomunista e a intensa divulgação dos discursos anticomunistas na imprensa.

Foi analisado também o Estado Novo, sobretudo a partir de 1942, quando o Brasil decide entrar na Segunda Guerra Mundial, até o fim do regime de Vargas e a abertura democrática em 1945. Foi na conjuntura final do Estado Novo que foram criados novos partidos políticos, houve a anistia dos exilados e presos políticos e foram convocadas as eleições, passo importante para a redemocratização. É nesse período que o PCB volta a atuar na legalidade, ganha espaço no cenário nacional e vai obter votos suficientes para atuar na política brasileira no governo de Dutra. É também exposta a influência do PSD na política em Santa Catarina e como esse partido estava atrelado às oligarquias do estado, e de que forma isso era retratado no jornal *O Estado*.

No segundo momento é apresentada a trajetória de Eurico Dutra e seu percurso até chegar ao cargo da presidência em 1946. Com as eleições, Eurico Gaspar Dutra assume a presidência pelo PSD e seu governo vai ser um dos articuladores na perseguição do PCB e seus correligionários devido à política interna e externa.

Recém-inaugurado o governo democrático, Dutra manteve algumas medidas autoritárias do Estado Novo que afetaram os comunistas, especialmente quando houve o alinhamento aos Estados Unidos, em plena Guerra Fria. É neste período que Dutra e seu partido, o PSD, atuaram como contrários ao PCB.

Nesse ínterim, os comunistas foram vistos como uma ameaça real, pois adquiriram forte influência nas eleições e sua atuação foi reprimida, inicialmente, pelo governo Dutra e, posteriormente, com auxílio das políticas estadunidenses, o que levou ao fechamento do PCB

e à perda dos mandatos dos parlamentares. Mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista continuou participando de movimentos pela paz mundial, contra o imperialismo e pelo não envio de jovens à Guerra da Coréia.

No terceiro momento é apresentada a História do jornal *O Estado* e nos debruçamos para analisar os discursos referentes aos comunistas e os discursos anticomunistas. Identificamos também as relações de poder dentro do Estado de Santa Catarina, especialmente em Florianópolis. Destarte, será possível perceber de que forma esse veículo de comunicação auxiliou para a divulgação dos interesses do PSD, apresentando o PCB como uma ameaça materializada ao mesmo tempo em que defendia o presidente Dutra e seus interesses locais. As fontes, nesse capítulo, foram analisadas levando em conta como a gazeta abordou a temática, sendo que a investigação esteve voltada para três temáticas: anticomunismo como estratégia eleitoral em 1947, religião anticomunista e operariado anticomunista.

2 O PCB E A ABERTURA DEMOCRÁTICA

O objetivo desse capítulo é analisar a história do Partido Comunista em âmbito nacional e o processo de formação e atuação do PCB do estado de Santa Catarina até o ano de 1943, além de situar brevemente a criação de novos partidos no ano de 1945 com a abertura democrática e o final do Estado Novo.

2.1 A TRAJETÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

A organização dos Partidos Comunistas teve como base a Revolução Russa de 1917, fato esse que influenciou o pensamento revolucionário do século XX. O Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista fundado em 1922 no Rio de Janeiro, surgiu como uma agremiação de âmbito nacional de caráter urbano, em um país em que só existiam partidos regionais.

O objetivo dos militantes que o fundaram era fazer com que o proletariado conquistasse o poder de forma direta e transformasse a sociedade capitalista em comunista; esse, portanto, foi um ponto central na identidade do PCB. Logo depois de sua fundação a sede do partido foi fechada devido ao estabelecimento do “estado de sítio” decretado em 5 de julho de 1922 pelo presidente Artur da Silva Bernardes como resposta ao levante do Forte de Copacabana, uma revolta tenentista. Desta forma, o PCB caiu na ilegalidade e a partir daí atuou na clandestinidade.

A prisão dos militantes tornou-se uma rotina. Tratados como “desordeiros”, os comunistas foram marginalizados e descriminalizados não só pelas elites políticas do país, mas também pela sociedade de um modo geral. Essa inegável situação de marginalidade, cuja expressão maior foi o fato de ter desfrutado, ao longo da sua existência, de raros momentos de legalidade, marcou profundamente o processo de construção da identidade do PCB⁵¹.

Na década de 1920, mesmo não tendo tanta influência nacional, a imprensa publicava manifestações contra o comunismo, tornando o assunto parte da preocupação dos grupos privilegiados. “No entanto, a ‘questão social’ e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no Brasil que os seguidores de Lênin”⁵².

⁵¹ PANDOLFI, op. cit., p. 78 e 79.

⁵² MOTTA, op. cit., p. 6.

Até a década de 1930, o comunismo era encarado pelos adversários como uma ameaça remota, um problema distante que não se incluía na política do continente americano. Ainda assim temiam que houvesse alguma atividade revolucionária. Nesse período a ênfase da imprensa e dos livros se concentrava em denunciar a miséria e o terror que o governo bolchevique representava⁵³.

O PCB, mesmo atuando na ilegalidade, teve um crescimento expressivo e grande influência a partir dos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente com a adesão popular do tenentista Luiz Carlos Prestes e com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nesse contexto presenciou o aumento dos discursos anticomunistas.

A influência do líder tenentista ocorreu devido a Coluna Prestes.

Prestes tornou-se, na década de 20, um dos principais expoentes do tenentismo. Justamente com Miguel Costa organizou a Coluna Miguel Costa-Prestes, que durante mais de dois anos percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros e atravessou 14 estados da federação com objetivo de derrotar o regime oligárquico. A contrapartida dessa atuação foi a expulsão do Exército e o exílio⁵⁴.

O tenentismo foi percebido pelo Partido Comunista como movimento “pequeno-burguês” que demonstrou a insatisfação com a sociedade oligárquica e que procurava transformá-la. Essa concepção de mudança da sociedade em etapas fez com que os comunistas buscassem uma aproximação com os “tenentes”, objetivando implantar uma revolução proletária no país.

Filho de oficial do Exército, Luiz Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre em 1898. Formou-se em uma escola militar no Rio de Janeiro em 1919 e, aos 18 anos, ingressou na Escola Militar de Realengo. Em 1922 foi transferido para o Rio Grande do Sul, especificamente Santo Ângelo, para servir o 1º Batalhão Ferroviário e, posteriormente, se licenciou do Exército por conta da liderança do movimento revolucionário que tinha o propósito de depor o presidente Artur Bernardes. Em 1924 iniciou-se em São Paulo a primeira tentativa revolucionária que fracassou, em seguida ocorreu no Rio Grande do Sul sob comando de Prestes no qual foram também derrotados. Por conta disso rumaram para o Paraná, onde encontraram as forças paulistas, dando início a Coluna Prestes⁵⁵.

Na Coluna, Prestes ficou conhecido como “Cavaleiro da Esperança”. Devido à sua

⁵³ MOTTA, op. cit., p. 6.

⁵⁴ PANDOLFI, op. cit., p. 102 e 103.

⁵⁵ FGV. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Luís Carlos Prestes. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/luis_carlos_prestes. Acesso em 10 dez. 2020.

popularidade, originou-se um movimento das massas conhecido como “prestismo”. Visto como herói e usufruindo de prestígio nacional, o PCB viu em Prestes o líder que precisava para conduzir o processo revolucionário. Deste modo, depois de vários desdobramentos, Prestes passou a ser membro do PCB em 1934 e “seu ingresso no partido iria acarretar modificações profundas na estrutura partidária. O ‘prestismo’ era maior do que o ‘pecebismo’. Com Prestes, o PCB saía do gueto”⁵⁶. Prestes, ao tornar público sua adesão ao marxismo-leninismo, com certeza influenciou muitos grupos que o tinham como líder popular do país.

À medida que o PCB ia expandindo sua influência, o anticomunismo também foi ganhando força, pois passou a se transformar em um “perigo” real. Em 1930, na imprensa, o espaço para mostrar as propriedades do comunismo foi ampliado; ainda nessa época houve diversas publicações de livros anticomunistas⁵⁷. Esse fortalecimento do PCB contribuiu também para a criação e fortificação da Ação Integralista Brasileira (AIB)⁵⁸.

Devido às greves e agitações organizadas pelos comunistas a partir de 1934, a impressão de que haveria uma radicalização dos “extremistas” se propagou; eles estariam agitando o país, por isso era preciso pôr fim às movimentações. Em razão disso, o Estado editou uma legislação específica para a defesa da ordem, a chamada Lei de Segurança Nacional (LSN)⁵⁹. A LSN, aprovada em 4 de abril de 1935, foi responsável pela punição de quem cometesse crimes contra a ordem política e social do Estado, conferindo poderes especiais para reprimir qualquer atividade política considerada subversiva.

Getúlio Vargas apossou-se do aparato da lei contra os “extremistas” e utilizou a LSN para reprimir as greves e os comunistas, principalmente em 1935, com o surgimento da Ação Nacional Libertadora (ANL) e tentativa da tomada do poder.

O novo instrumento repressivo legal tornou-se útil ao governo em pouco tempo, a partir do momento em que a esquerda aumentou sua presença no cenário político, com a criação da Ação Nacional Libertadora (ANL), no início de 1935. A entidade era um desdobramento das ações antifascistas empreendidas no segundo semestre do ano anterior, que reuniram comunistas e esquerdistas de diversos matizes⁶⁰.

⁵⁶ PANDOLFI, op. cit., p. 107 e 108.

⁵⁷ MOTTA, op. cit., p. 11.

⁵⁸ A Ação Integralista Brasileira foi um movimento de influência fascista que atuou entre 1932 e 1937, seu principal lema era “Deus, Pátria e Família” e combatiam principalmente o liberalismo e o comunismo. Teve como liderança Plínio Salgado. A AIB se fortaleceu com o crescimento do PCB pois soube articular e canalizar ao seu favor o medo do comunismo publicando livros e divulgando diversos discursos anticomunistas atingindo diversos segmentos sociais. Dessa forma apresentavam para a sociedade que diante desse caos o integralismo evitaria o mal e traria ordem ao país.

⁵⁹ MOTTA, op. cit., p. 180 e 181.

⁶⁰ MOTTA, op. cit., p.181.

Propagava-se na época que o PCB organizava e direcionava a ANL e que a entidade possuía caráter “subversivo”. Isso colaborou para que o governo a tornasse ilegal posteriormente. Mas é explícito o exagero da qualificação negativa dessas entidades, e esse medo espalhado era proposital, pois dessa forma a população aceitaria facilmente as medidas repressivas que seriam impostas contra a ANL e o PCB.

O que incomodava o governo era a grande vitalidade do movimento, visto que muitos adeptos pertenciam aos maiores centros urbanos do país e conseguiam grande número de militares, além da ligação com os comunistas. Em 1935 ficou evidente a aliança, pois em um comício no Rio de Janeiro, a ANL nomeou o membro do PCB, Luís Carlos Prestes, como presidente de honra da organização. Apesar das diferenças, essas duas organizações compactuavam alguns aspectos como a luta democrática, antilatifundiária, anti-imperialista e antifascista⁶¹.

Devido à aliança em 1935, a ANL e o Partido Comunista vão fazer uma tentativa de tomada do poder. Essa insurreição iniciou em novembro em Natal e, posteriormente, em Recife e no Rio de Janeiro, e ficou conhecida como “Intentona Comunista”. Mas essa ação foi reprimida, levando militantes à prisão devido à improvisação e à fraca coordenação nacional do movimento. Destacamos que as publicações pejorativas ao comunismo se intensificaram porque ficou evidente que os comunistas lideraram esse movimento.

Os acontecimentos não deixam dúvidas quanto ao fato do comando das ações ter pertencido aos comunistas. É verdade que o programa da rebelião não era comunista, mas *aliancista*, e que nem todos os participantes eram militantes do PCB, e sim filiados à ANL. No entanto, é inquestionável o papel dirigente assumido pelos comunistas. [...] as ações foram decididas, planejadas e executadas pelos homens do Partido Comunista [...]. Em tais condições, não pode ser considerado inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista⁶².

Motta destaca que, apesar da aliança com a ANL, não é impróprio qualificar o movimento de 1935 como comunista, pois a insurreição foi decidida, planejada e executada em grande parte pelo Partido Comunista Brasileiro com a ajuda da Internacional Comunista⁶³.

Com o fim da “Revolução de 1935”, em “3 de dezembro o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo”, órgão por meio do qual os participantes e suspeitos da insurreição foram presos, torturados e até mortos. Em março de 1936, Prestes e sua

⁶¹ MOTTA, op. cit., p. 183

⁶² MOTTA, op. cit., p. 188.

⁶³ A Internacional Comunista (*Komintern*) foi um órgão que deu apoio ao movimento, auxiliando com armas, dinheiro e treinamentos, não somente para comunistas brasileiros, mas para revolucionário do mundo. O apoio da Internacional se deu quando Prestes, em 1934, viveu na URSS.

companheira Olga Benário foram presos e, no ano seguinte, o Estado coloca em prática a LSN: Olga foi deportada para a Alemanha e morreu nos campos de concentração nazistas⁶⁴.

As qualificações do evento, especialmente as descrições anticomunistas, foram intensas e chegaram a distorcer os fatos, visto que a propaganda a transformou em um movimento maior do que fora. Foi associada “[...] a imagem da ação revolucionária a violência, assassinatos covardes e estupros”⁶⁵. Essa qualificação alertou sobre o “perigo comunista” e o pânico anticomunista foi emergente. Assim, o movimento de repressão aos comunistas sucedeu com eficiência atrelado aos discursos anticomunistas.

Após a insurreição, o governo saiu prestigiado e o presidente enaltecido por derrotar a “revolução” comunista. Vargas fez uso desse fato para instaurar, dois anos mais tarde, o regime ditatorial do Estado Novo, escudado na responsabilidade anticomunista. Por isso, a partir de 1935, os discursos anticomunistas generalizaram-se e contaram com o apoio da imprensa para sua divulgação. A imprensa auxiliou, portanto, a “alertar” a população sobre os males do comunismo.

O empenho dos jornais garantiu o sucesso da ofensiva anticomunista, que redundou na cristalização de representações aprofundadas a gravidade do “perigo comunista”, bem como de um imaginário caracterizando os revolucionários marxistas como criaturas ruins e violentas, no limite, sinistras e maléficas. O eixo da campanha baseou-se, em essência, na exploração dos fatores relacionados à “Intentona” e dos aspectos negativos da experiência soviética. [...] tratou-se de apresentar aspectos da “realidade” de maneira deformada e deturpada. Para garantir a eficácia da campanha anticomunista, os jornais mais empenhados adotaram a estratégia de manter o assunto em evidência. Quase diariamente, publicavam-se matérias criticando o comunismo, de modo a fixar no público a mensagem pretendida⁶⁶.

Identifica-se que a ofensiva anticomunista foi eficaz à conta do auxílio da imprensa jornalística porque retratava, com ênfase, os comunistas como “criaturas violentas” e “ruins”, “sinistras” e “maléficas”, descrevendo aspectos negativos dos revolucionários marxistas e da experiência soviética da “Intentona”. Além disso, a imprensa utilizou como estratégia a publicação constante de matérias criticando o comunismo, de modo que o público alvo compreendesse que o país estava sob “perigo” de uma nação estrangeira hostil.

A primeira grande “onda” anticomunista no Brasil aconteceu de 1935 a 1937, momento em que a imprensa teve grande importância, contribuindo na disseminação dos discursos

⁶⁴ VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935 *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 97.

⁶⁵ MOTTA, op. cit., p. 189.

⁶⁶ MOTTA, op. cit., p. 212.

anticomunistas, especialmente nos jornais. Consequentemente, contribuiu para criar um ambiente de medo e pânico após o levante, qualificando-o como ato de destruição e barbárie. Ainda segundo o Motta a “Intentona Comunista” acabou sendo responsável pela propagação e consolidação do anticomunismo que assombrou a opinião conservadora e se tornou uma tradição anticomunista, a qual esteve presente em campanhas e lutas políticas em diferentes intensidades⁶⁷.

Um exemplo dessa tradição anticomunista, que foi marcada pela ação do Estado, ocorreu com Getúlio Vargas em 1937: faz-se uso de um documento falsificado, conhecido como o Plano Cohen, para implantar a ditadura do Estado Novo. Esse plano foi divulgado pelo governo através da imprensa, que revelava a suposta insurreição e a tentativa da tomada do poder pelo PCB e por organizações comunistas internacionais. Sob a “ameaça vermelha”, foi decretado o Estado de Guerra e teve início uma intensa perseguição aos comunistas.

Acredita-se que esse plano de “ameaça comunista” foi arquitetado por Vargas como argumento político para justificar o início da ditadura do Estado Novo. Posto isso, no dia 30 de setembro “[...] o governo, através da imprensa, divulgou um documento, o “Plano Cohen”, relatando a preparação de uma insurreição comunista no Brasil. Tratava-se de uma peça de ficção, mas ela serviu aos seus objetivos”⁶⁸. Em razão disso, foi justificado e aprovado o Estado de Guerra, o que consequentemente levou à suspensão de garantias constitucionais e à interrupção das eleições presidenciais.

Considera-se, portanto, o dia 10 de novembro de 1937 como o início do Estado Novo, quando Vargas permaneceu no Executivo sob a declaração de que defenderia a nação de qualquer ataque e combateria o comunismo.

Os liberais apoiaram as medidas de exceção adotadas pelo governo sob alegação de que o combate ao comunismo era a prioridade do momento; tais medidas acabaram por fortalecer o poder do governante, que, em 1937, liderou o golpe promotor do Estado Novo, que dissolveu o Congresso e outorgou nova Constituição à nação⁶⁹.

Vargas instaurou então o Estado Novo, uma ditadura que dissolveu o Congresso, outorgou uma nova Constituição, nomeou interventores nos estados, censurou a imprensa, reprimiu a oposição, entre outras medidas. Esse novo regime foi implantado sob a alegação

⁶⁷ MOTTA, op. cit., p. 196.

⁶⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 34.

⁶⁹ CAPELATO, op. cit., p. 116.

do combate ao comunismo e foi isso que “[...] deu ensejo a uma forte campanha anticomunista que acabou servindo de justificar o fortalecimento do regime”⁷⁰.

O PCB se desarticulou completamente durante o Estado Novo porque a maioria dos seus dirigentes foi preso. Na tentativa de reorganização do partido ao final de 1941, alguns grupos formaram a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e discutiram a proposta, a partir de 1943, de uma união nacional em torno de Vargas, que foi aprovada pela Conferência da Mantiqueira⁷¹.

A reorganização do PCB ocorreu na clandestinidade, especialmente com a nomeação de Luís Carlos Prestes como secretário-geral do partido comunista, mesmo estando preso. Então “[...] a presença de Prestes e de ex-“tenentes” colaborou em muito para tirar o PCB de um certo isolamento político e torná-lo uma agremiação influente na vida política nacional”⁷².

Em agosto de 1943, o PCB coordenou a II Conferência Nacional, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada em uma fazenda entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fato esse que resultou na reorganização do partido. Nessa reunião participaram delegados de diversos estados do país e decidiu-se a tese de União Nacional, ou seja, que “os comunistas deveriam dar apoio incondicional à política de guerra travada pelo governo Vargas e lutar pela anistia, pela normalização institucional do país e pela legalização do PCB”⁷³.

A Conferência foi um marco importante na história do partido, tratando-se basicamente de uma “refundação”, haja vista que conseguiu se reorganizar e adotar nova linha política, além de eleger uma direção que estava fragmentada. Possibilitou ainda o reagrupamento dos organismos estaduais, conferiu-lhe concretude que, por conseguinte, lhe permitiu ser um concorrente fundamental nas disputas eleitorais a partir de 1945.

No pós-guerra houve crescimento em escala mundial dos partidos comunistas. Na América Latina, por exemplo, foi o período em que mais houve aumento dos números de membros dos partidos comunistas: em 1939 era cem mil membros, passando para cerca de quinhentos mil em 1947⁷⁴.

⁷⁰ CAPELATO, op. cit., p. 115.

⁷¹ Partido Comunista do Brasil (PCB). **CPDOC/FGV**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁷² SEGATTO, op. cit., p. 220.

⁷³ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁷⁴ ANGELL, Alan. A Esquerda na América Latina após C. 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: a América Latina após 1930. Estado e Política**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2009. Vol. 7. p. 500.

[...] a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, para cujo desfecho a contribuição da URSS foi decisiva, teve como uma de suas consequências a ascensão do movimento comunista em escala mundial. Em grande parte dos países em que se estabeleceram regimes democráticos, os partidos comunistas, atuando na legalidade, conquistariam importantes vitórias eleitorais [...]⁷⁵.

No Brasil, o pós-guerra significou a volta do regime democrático e o enfraquecimento do regime autoritário, resultando na permissão de atuação dos partidos políticos. As eleições foram marcadas e iniciou-se uma disputa pelo poder através de vias democráticas.

Nesse contexto, o Partido Comunista ganha notoriedade a partir de abril de 1945, quando o governo decreta a anistia aos presos e perseguidos políticos, além de estabelecer relações diplomáticas com a URSS⁷⁶. Como consequência, houve a libertação do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, e o partido voltou à legalidade em junho de 1945 e teve como principal bandeira a luta pelo proletariado urbano.

Passa a ter um percentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, funda editoras, insere-se nas grandes empresas e no proletariado urbano, cria comitês de bairros e ganha proeminência no movimento sindical, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade⁷⁷.

O PCB conseguiu se destacar no cenário nacional criando uma imprensa própria, fundando comitês de bairros e se inserindo na luta com o proletariado urbano e com os sindicatos. Aos poucos foi se tornando um partido das massas, passando a contar com milhares de filiados. Em relação à imprensa do partido, em nível nacional, ocorreu o controle por parte do partido de uma vasta quantidade de jornais e revistas publicados em vários estados: “são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, são só na publicação de material do próprio partido, mas como nas edições de romance e clássicos do marxismo”⁷⁸.

Em comparação com outros partidos comunistas da América, o brasileiro conseguiu se organizar rapidamente em várias regiões do país.

Sobretudo, penetrou na estrutura sindical oficial [...]. O PCB criou uma organização central do trabalho, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que recebeu permissão para funcionar apesar da vigência da lei que proibia as confederações sindicais de âmbito nacional⁷⁹.

⁷⁵ PRESTES, op. cit., p. 80.

⁷⁶ PRESTES, op. cit., p. 66.

⁷⁷ SEGATTO, op. cit., p. 221.

⁷⁸ CARONE, Edgard. **O P.C.B.: 1943 1964**. Vol. II. São Paulo: DIFEL, 1982.

⁷⁹ ANGELL, op. cit., p. 501.

O PCB, portanto, em pouco tempo, influenciou o movimento sindical em todo o país, principalmente a partir da criação do Movimento Unificado dos Trabalhadores. O MUT era uma organização central do trabalho de âmbito nacional, que tinha como objetivo reunir e coordenar dirigentes e incentivar a sindicalização com intuito de fortalecer a unidade operária.

Os comunistas, com seus comitês estaduais e municipais instalados em todo o país, passaram a fazer formação dos quadros partidários, visto que muitos dirigentes e militantes eram novos no partido e desprovidos de conhecimentos teóricos e de experiência partidária⁸⁰.

2.1.1 O Partido Comunista Brasileiro Em Santa Catarina

A ideia inicial de fundar um partido comunista em Santa Catarina data das primeiras duas décadas do século XX. Contudo, antes da formação oficial do PCB catarinense, algumas organizações se destacaram, como foi o caso do “Socorro Vermelho” e da “União Operária”, organizados aproximadamente em 1926. Diante dessa mobilização, diversos grupos já nessa época se identificavam como comunistas.

A organização chamada Socorro Vermelho surgiu como consequência da construção da ponte Hercílio Luz em Florianópolis, posto que é nesse momento que há o agrupamento de operários de vários municípios de Santa Catarina, de outros estados e pessoas de outras nacionalidades. O contato estabelecido entre os trabalhadores resultou em uma organização que tinha o objetivo de arrecadar fundos que seriam enviados à Rússia por meio da Marinha Mercante do Brasil. Portanto, foi através dos portos marítimos de Florianópolis, São Francisco e Itajaí que houve um dos primeiros contatos com o grupo comunista⁸¹.

Já a União Operária, além de outros objetivos, também passou a lutar em prol do Socorro Vermelho, dando apoio a algumas greves, passeatas e comícios. Essa organização tinha em sua direção militares, eletricitas, contadores, comerciantes, além de conseguir reunir diversos trabalhadores como serventes de pedreiros, pedreiros, estivadores, garçons, pedreiros, etc. Muitos deles fariam parte, mais tarde, do PCB catarinense⁸².

Os grupos de orientação comunista não possuíam contato com o Comitê Central do Rio de Janeiro devido à distância entre a central e os comitês estaduais⁸³. Mas, de acordo com a

⁸⁰ PRESTES, op. cit., p. 80 e 81.

⁸¹ VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina**: da sua Gênese até a operação barriga verde 1922 a 1975. Florianópolis, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112122/95936.pdf?sequence=1_2. Acesso em: 28 out. 2019. p. 5.

⁸² VIEIRA, Ibid., p. 6.

⁸³ VIEIRA, op. cit., p. 7.

análise do autor Nunes, a célula comunista de Florianópolis intercambiava frequente com o Comitê Central desde sua formação até à organização da ANL em Santa Catarina por intermédio de Álvaro Ventura⁸⁴.

O movimento de orientação comunista no estado de Santa Catarina apoiou Vargas porque acreditava que seria vantajoso para a classe trabalhadora. No início do seu governo, essa mesma organização realizou campanhas no intuito de estruturar os sindicatos em várias regiões, mesmo que as indústrias se localizam no Vale do Itajaí e norte do estado⁸⁵. Por meio desse movimento, ocorreu a formação de sindicatos em Florianópolis, como os de metalúrgicos, garçons, gráficos, comerciantes, pedreiros e construção civil, mineiros em Criciúma, ferroviários e estivadores das cidades litorâneas de Laguna, Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul, além de outras categorias no Planalto Norte do estado. O sindicato de base regional que se tornou mais forte foi o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, em Florianópolis⁸⁶.

Getúlio Vargas, ao chegar ao poder, aprovou algumas medidas devido às pressões populares, tais quais a reorganização, em 1931, do Departamento do Trabalho, a assinatura da Lei de Sindicalização e a aprovação de outras leis trabalhistas. Dentre essas ações validadas uma merece destaque: a Lei da Sindicalização que definiu, em partes, os rumos da militância em Santa Catarina, porque

Estabelecia que cada sindicato deveria ter pelo menos 30 pessoas de idade superior a 18 anos, dois terços dos membros obrigatoriamente oriundos do Brasil ou naturalizados. Para um estrangeiro se sindicalizar deveria ter pelo menos 20 anos de residência ininterrupta no país [...]. Outras cláusulas excludentes na Lei de Sindicalização delimitaram a área de influência, como a que proibia propaganda social, política ou religiosa. Os estatutos enviados com lista anexa de filiados, indicando nome, idade, profissão, estado civil, nacionalidade, residência e endereço do trabalho, eram sujeitos a verificação e confirmações governamentais. O estatuto não podia ser modificado, a prestação de contas era feita ao ministério do Trabalho recém-criado, e obrigatório o depósito de fundos no banco do Estado⁸⁷.

A medida aprovada impactou profundamente a militância, pois automaticamente excluía da sindicalização um número expressivo de trabalhadores estrangeiros, os quais, na maioria, já estavam instalados nas regiões industriais. Além disso, os sindicatos e seus filiados

⁸⁴ NUNES, CARLOS ALBERTO. **Ladrilheiros do “caminho”**: Experiências, práticas e sentidos dos militantes do “Sistema Social Comunista” em Florianópolis na década de 1930. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2242/Carlos_Alberto_Louren_o_Nunes_final_1571338667676_2242.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020. p. 58.

⁸⁵ VIEIRA, Ibid., p. 7.

⁸⁶ MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 30.

⁸⁷ MARTINS, Ibid., p. 29 e 30.

estavam sob vigilância e controle do Estado: em quaisquer ações contrárias ao governo, eram “combatidos” e sua atuação era limitada.

Mesmo com o este controle, os sindicatos representaram um grande avanço nas relações trabalhistas. Em Santa Catarina essa nova ordem estimulou a organização operária e deu maior atuação para os militantes comunistas⁸⁸.

Com a ação dos sindicatos, os que se autodenominavam comunistas em Florianópolis passaram a participar da vida política estadual, começando a exercer cargos de direção de alguns sindicatos e lançando-se como candidatos para compor a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Foram eleitos empregados profissionais, como Antônio Penaforte de Sousa, como Deputado Federal, e na suplência Álvaro Ventura, que era secretário da União dos Estivadores⁸⁹.

Com o assassinato de Penaforte, no Rio de Janeiro, por questões particulares, assumiu a cadeira Álvaro Ventura em 1934 como único representante do PCB na Câmara Federal. A partir desse momento, quando Álvaro Ventura, um dos mentores intelectuais do grupo Catarinense assumiu a Câmara dos Deputados, o grupo que auto intitulou-se “comunista” no Estado passou a ter maior ligação com o órgão superior do Partido no Rio de Janeiro, começando a se integrar mais com o Partido a nível nacional⁹⁰.

A ligação com o comitê central representou o aperfeiçoamento do movimento “comunista” catarinense, especialmente com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), pois os intitulados comunistas começam a fazer parte da diretoria da ANL em nível nacional. Mas, com o fechamento da ANL em 1935 devido à insurreição fracassada dessa organização, eles foram perseguidos. Essa ação dificultou ainda mais o avanço dos comunistas no estado⁹¹. Em Florianópolis, em novembro de 1935, foram presas algumas pessoas suspeitas de ligação com os agentes extremistas que poderiam ter auxiliado nas insurreições: Walter Pinho, José Rodrigues da Fonseca, Oscar Ammon e Fernando Willen⁹².

A onda repressora prosseguiu e muitos foram detidos por estarem atuando a favor do movimento subversivo e por pertencerem à célula comunista. Em Santa Catarina, o governador Nereu Ramos “teve todo o apoio do legislativo para montar um aparato de segurança mais sofisticado. Em 12 de novembro de 1935 era criada a secretaria da Segurança Pública”⁹³.

⁸⁸ NUNES, op. cit., p. 63.

⁸⁹ VIEIRA, op. cit., p. 8.

⁹⁰ VIEIRA, op. cit., p. 8.

⁹¹ VIEIRA, op. cit., p. 9.

⁹² MARTINS, op. cit., p. 95.

⁹³ MARTINS, op. cit., p. 97.

Percebe-se que a participação em movimentos preparou o terreno para a criação do PCB catarinense. Logo, em 1939, o primeiro diretório estadual do PCB foi fundado no centro de Florianópolis, ainda que poucas pessoas participaram dessa ação. A composição do partido foi a seguinte:

Manoel Alves Ribeiro, eletricitista; Álvaro Ventura, ex-Deputado classista e estivador; João Verzola, operário da construção civil; Oscar Amom, comerciário; Silvio de Oliveira Marques, funcionário da alfândega; Hipólito do Vale Pereira, contador; Hugo Rissi, marítimo [...] ⁹⁴.

Esses foram, portanto, os fundadores do PCB - SC. Os militantes do PC eram compostos por católicos, protestantes, espíritas e muitos maçons que pouco sabiam sobre o marxismo. O Comitê Estadual, que raramente funcionava, localizava-se na Rua Conselheiro Mafra; já o Comitê Municipal ficava na Praça XV de Novembro, em um sobrado ⁹⁵.

Ratifica-se que a fundação do partido surgiu em um momento em que os comunistas estavam sendo perseguidos, após a “Intentona Comunista”, e durante o governo autoritário do Estado Novo, no decurso do qual a repressão estava presente. Conjuntamente com o seu surgimento veio a desestruturação, e isso dificultou a sua atuação porque possuíam poucos integrantes, restringindo-se a atividades isoladas. Um exemplo das atividades promovidas pelo PCB-SC ocorreu na década de 1940.

As primeiras atividades dos Comunistas Catarinenses fizeram parte uma orientação nacional do partido através da campanha pela anistia aos presos políticos (principalmente ao Luis Carlos Prestes), e para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo e entrasse no conflito mundial. Essa campanha deu-se em vários municípios do Estado, mas teve uma maior repercussão em Florianópolis, devido a participação do Movimento Sindical e do Movimento Estudantil ⁹⁶.

Aos poucos o PCB-SC cresceu em números de filiados, mas a repressão da polícia continuava, em especial em passeatas nas quais muitos acabavam presos. As residências dos comunistas eram inspecionadas frequentemente, conforme relatos dos antigos militantes: “Naquele tempo a ordem do comando da polícia era prender os mais exaltados, [...] mesmo depois da União Soviética ser aliada aos Estados Unidos e Inglaterra” ⁹⁷.

⁹⁴ VIEIRA, op. cit., p. 9 e 10.

⁹⁵ LENZI, Carlos Alberto. **Partidos políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 214.

⁹⁶ VIEIRA, op. cit., p. 10.

⁹⁷ GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 172.

Em Santa Catarina, após a Conferência da Mantiqueira em 1943, foram criados diretórios municipais em São Francisco, Concórdia, Criciúma, Tubarão, Lages, Mafra, Laguna, Caçador e Itajaí.

[...] esses diretórios municipais funcionavam apesar da dificuldade de comunicação entre si e o Comitê Estadual. Os principais objetivos desses comitês municipais era o de oferecer elementos para melhor conscientização da classe operária local, impulsionando vida aos sindicatos, fazendo um trabalho junto ao operário [...]. O comitê empenhava-se, também, na organização de palestras com o claro objetivo de desenvolver uma consciência política junto aos operários⁹⁸.

No interior do PCB catarinense, em Florianópolis, houve a fusão entre intelectuais, estudantes e operários; isso contribuiu em 1945 para que essa agremiação atuasse sem precisar das orientações do Comitê Central. O comando do partido foi exercido por “[...] Oscar Ammon (secretário político), Sílvio Marques de Oliveira (secretário de organização) e Manoel Alves Ribeiro, conhecido como seu Mimo (secretário sindical)”⁹⁹.

Entre 1945 e 1947, o Partido Comunista catarinense possuía 400 filiados. É nesse período que fundou um jornal denominado *Folha Catarinense* e atuou no recrutamento no meio sindical e estudantil. O partido sempre estava presente nas ruas comemorando datas históricas que representavam a luta dos trabalhadores, como por exemplo o primeiro de maio. Agia também com passeatas e manifestações.¹⁰⁰

Para além disso, como relata Eglê Malheiros, que participou ativamente na legalidade do PCB, agiam também em movimentos das massas, nas organizações dos jovens e das mulheres, na luta contra a carestia e a favor do petróleo. O movimento também era feito através de jornais, como a *Folha da Juventude*, a qual se transformou em *Folha dos Jovens Democratas*, que eram vendidos nas bancas e na rua e que discutiam mais sobre as questões sociais, não fazendo propaganda do comunismo. Ademais da imprensa, os comícios eram frequentes¹⁰¹.

Em nível regional, o PCB passou a crescer numericamente no período democrático, mas na questão da atuação política não houve avanço, pois “em Santa Catarina, os militantes permaneceram com as mesmas táticas dos anos 30, com manifestações em forma de passeatas, comícios, sem exercerem uma influência maior dentro da Classe Operária Catarinense, mesmo durante o período da legalidade”¹⁰².

⁹⁸ VIEIRA, op. cit., p. 15.

⁹⁹ LENZI, op. cit., p. 214.

¹⁰⁰ VIEIRA, op. cit., p. 25.

¹⁰¹ MARTINS, op. cit., p. 181.

¹⁰² VIEIRA, op. cit., p. 26.

Em comparação com outros estados brasileiros, o Partido Comunista surgiu tardiamente em Santa Catarina. Sobre essa atuação tardia, dois fatores a justificam: “[...] primeiro, o proletariado catarinense era inexperiente a nível de organização política; em segundo, a mais forte, é a de que houve uma dificuldade grande do Partido em penetrar e firmar bases no seio da grande colonização alemã e italiana [...]”¹⁰³.

Em relação ao segundo fator, nota-se que foi nas regiões de colonização que surgiu forte resistência à implantação do setor industrial, além de existir forte influência e organização do Integralismo, tanto na imprensa quanto nos quadros políticos. Em 1936 uma estatística demonstrou que havia o total de 32.898 inscritos na Ação Integralista Brasileira¹⁰⁴ em 39 municípios do estado de Santa Catarina, e 71% residiam em municípios de origem de imigrantes alemães¹⁰⁵. Dessa forma, os integralistas tinham mais influência no interior, enquanto o Partido Comunista Catarinense concentrava suas ações no litoral, onde havia um forte movimento operário.

2.2 A DISSOLUÇÃO DO ESTADO NOVO E A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O divisor de águas no Estado Novo ocorreu quando as diversas forças políticas que lutavam pela democratização começaram a se rearticular. Particularmente, a partir de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, milhares de pessoas foram às ruas para pressionar o governo brasileiro a favor da declaração de guerra ao Eixo. Em virtude dessa ocorrência, Vargas decide encerrar o período de neutralidade, lutando contra o nazifascismo ao lado dos Aliados. Diante desse cenário, as contradições estavam presentes: “[...] internamente o regime brasileiro se assemelhava às ditaduras fascistas contra as quais lutava”¹⁰⁶.

O governo não admitia semelhança com os regimes nazifascistas, procurando sempre enfatizar a originalidade do Estado Novo. Mas era visível que Vargas compartilhava muitas ideias desses regimes, como a legislação social, propaganda política, representação corporativa e até mesmo o antissemitismo, que se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração¹⁰⁷.

¹⁰³ VIEIRA, op. cit., p. 12 e 13.

¹⁰⁴ A Ação Integralista Brasileira (AIB), foi uma organização política classificada como um movimento fascista. Foi fundado no Brasil em 1932 por Plínio Salgado. Esse movimento se baseava no fascismo italiano e faziam defesa do nacionalismo, o corporativismo, combate aos valores liberais e rejeitavam o comunismo. A estrutura dessa organização era extremamente hierarquizada, tinha símbolos e uniformes próprios, e seu principal lema era “Deus, Pátria e Família”.

¹⁰⁵ VIEIRA, op. cit., p. 172.

¹⁰⁶ SEGATTO, op. cit., p. 219.

¹⁰⁷ CAPELATO, op. cit., p. 135.

As contradições eram perceptíveis, visto que externamente lutava a favor da democracia enquanto internamente era autoritário. Diante disso, o prestígio de Vargas foi abalado e o ditador passou a ser alvo da oposição. A pressão popular ocorreu intensamente. O regime enfraqueceu e viu-se obrigado a tomar algumas medidas de caráter democrático numa tentativa de permanecer no cargo. A movimentação para a abertura democrática no Brasil foi intensa a partir do segundo semestre de 1944 por causa da organização dos grupos de resistência, em especial compostos por estudantes, liberais, comunistas e empresários¹⁰⁸.

No início de 1945 o esgotamento político era evidente. Vargas perdeu a base que o sustentava no poder e, com o fim da guerra na qual os Aliados foram vitoriosos, houve o clamor pela democracia e a derrubada do regime autoritário. O governo não teve outra alternativa senão se integrar ao curso dos acontecimentos e então, em 1945, determinar:

[...] convocação de eleições proporcionais para o Parlamento Nacional, que voltaria a funcionar de forma permanente em seu primeiro ano de atuação (1946) como Assembleia Nacional Constituinte; convocação de eleições majoritárias para presidência da República e implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais¹⁰⁹.

No auge do movimento democrático, além da convocação das eleições e a implantação do pluripartidarismo, em abril de 1945 houve a anistia que libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta das pessoas que se encontravam no exílio.

O decreto-lei que determinou a implantação do sistema pluripartidário permitia o registro de qualquer partido político e garantia dois pilares principais: o pluralismo e a abrangência nacional. Em plena liberdade de organização partidária, destaca-se no cenário a atuação de diversos partidos, como o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PCB, que tinha sido fundado em 1922, voltou a atuar após um longo período na ilegalidade, e é nesse contexto que vai se transformar em um partido das massas, posto que uma das suas bandeiras era a defesa dos direitos trabalhistas¹¹⁰. O partido volta à legalidade com a grande notoriedade desfrutada pela URSS após a guerra, fato esse que contribuiu para obter crescimento expressivo.

¹⁰⁸ FERREIRA op. cit., p. 16.

¹⁰⁹ DELGADO, op. cit., p. 134.

¹¹⁰ DELGADO, op. cit., p. 135.

O PTB e o PSD são partidos que surgiram com o propósito de apoiar e dar sustentação a Vargas.

O PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista [...]. Criado de dentro para fora do Estado reuniu-se em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais [...]. Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral [...]¹¹¹.

O PTB surgiu como representante das políticas voltadas para o operariado e difundia a imagem positiva e protetora de Vargas.

Na época do seu registro alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional¹¹².

O PTB apresentava como aliados o Ministério do Trabalho, os sindicatos urbanos que estavam a ele subordinados e os funcionários públicos que eram fiéis a Vargas. Contudo, o partido acabou atraindo diversos trabalhadores urbanos devido à legislação trabalhista, de tal maneira que apoiaram o movimento queremista, como será abordado mais adiante.

Como elencado, o PSD surgiu de uma perspectiva getulista e reuniu interventores que Vargas indicou durante o período do Estado Novo, por isso, em grande parte esse partido se fortaleceu entre os representantes das oligarquias estaduais.

Ele, que antigamente reunia os Partidos Republicanos, após a sua formação continuou representando os tradicionais grupos da burguesia agrária e se concentrou nas questões estaduais: sua base de apoio era, assim, a terra e o sistema do coronelismo. Sua força política se deu pela sua organização bem estruturada de forma federativa, visto que possuíam diretórios Nacional e Regionais além de exercer “[...] um papel hegemônico a nível de governo; sempre detinha a maioria no Congresso, controlava a maioria dos governos estaduais, as bancadas nas Assembleias Legislativa e Câmaras Municipais [...]”¹¹³.

A UDN foi formada como um partido de oposição ao governo de Vargas e seus seguidores. Os grupos que o formaram foram os mais variados: os liberais nos estados, os integrantes das oligarquias destronadas a partir de 1930, os antigos aliados de Getúlio que se

¹¹¹ DELGADO, op. cit., p. 138 e 139.

¹¹² DELGADO, op. cit., p. 140.

¹¹³ LENZI, op. cit., p. 136.

sentiram traídos e que saíram em 1937, os que atuaram no Estado Novo mas romperam com Vargas e as forças locais antes de 1945. Em vista disso, o partido foi caracterizado por uma elite que “[...] no plano econômico se traduzia por um anti-estatismo sem apontar para quaisquer reformas sociais importantes e no plano político impunha reservas à extensão da participação política e apelava seguidamente para a intervenção militar”¹¹⁴.

O PSD e a UDN, por isso, firmaram-se

[...] pelas bases sólidas da dominação do poder local, ou seja, foi montado nas estruturas do republicanismo (e dissidências), onde o mandonismo coronelístico predominava. Essa hegemonia deu-lhe sustentação eleitoral já que os chefes locais dominavam o exercício do voto, na montagem da máquina político – administrativa com a nomeação dos delegados de polícia, escrivães, juizes, promotores públicos, tabeliões, etc., constituindo um sistema poderoso e às vezes indestrutível¹¹⁵.

As duas agremiações, PSD e UDN, embora fundadas em 1945, traziam consigo grupos políticos já existentes. Em Santa Catarina, assumiram a liderança destes dois partidos a oligarquia Ramos (PSD), que baseava o seu poder no latifúndio pecuário (Lages), e a de Konder-Bornhausen (UDN), assentada na economia urbano-comercial. Ambas disputaram o poder estadual, principalmente a partir dos anos 1920, com a dissidência que ocorre no Partido Republicano Catarinense.

Lenzi (1983, p. 94) menciona que de 1926 a 1930 Adolfo Konder presidia o estado e liderava o Partido Republicano Catarinense (PRC) e Vidal de Oliveira Ramos, que era deputado federal, e Nereu de Oliveira Ramos, seu filho, fundaram a agremiação Aliança do Partido Liberal em Santa Catarina, em 1929. Com “a Revolução de 30” e a chegada de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República, houve mudança no poder político do estado catarinense e a oligarquia Ramos assumiu o comando do governo. Nesse contexto, o Partido Republicano Catarinense esfacelou-se, e a Aliança Liberal passou a ser intitulado de Partido Liberal Catarinense (PLC) comandado pela Família Ramos, especialmente pelo coronel Vidal, seu filho Nereu, seu sobrinho Aristiliano e seu irmão Belisário Ramos¹¹⁶.

Em Santa Catarina, com a nova ordem política pós 1945, o PSD estruturou-se em torno de Nereu Ramos, partido que nasce forte por possuir um grande eleitorado, uma vez que Ramos foi Interventor do Estado por quase dez anos, conhecido, portanto pelo povo catarinense¹¹⁷.

¹¹⁴ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, UFSC, 1990. p. 33.

¹¹⁵ LENZI, op. cit., p. 137.

¹¹⁶ LENZI, op. cit., p. 103.

¹¹⁷ LENZI, op. cit., p. 141.

A administração do PSD formou-se:

Nereu Ramos era o Presidente, Altamiro Lobo Guimarães o vice, Rogério Vieira secretário e Pedro Lopes Vieira, tesoureiro. Compunham o primeiro Diretório Regional: Ademar Garcia, Aderbal Ramos da Silva, Agrippa de Castro Farias, Alfredo Campos, Álvaro Soares Machado, Atilio Fontana, Carlos Sperança, Carlos Zipperer Sobrinho, Ernani Cotrin Filho, Frederico Hardt, Gasparino Zorzi, Heitor Liberato, Ivo D'Aquino Fonseca, Jairo Callado, João dos Passos Xavier, Pedro Kuss, Pompílio Pereira Bento, Roberto Oliveira, Valério Gomes, Vidal Ramos Júnior e Vítor Burhr. [...] Os membros do Diretório acatavam as decisões do presidente ou da Comissão Executiva, em reuniões normais, extraordinárias ou nas convenções¹¹⁸.

A composição do PSD não foi modificada de 1945 a 1950. Em junho deste último ano ocorreu a alteração da Comissão Executiva, quando assumiu o cargo de vice-presidente Celso Ramos, que era irmão do presidente, Agrippa de Castro Filho passou a ser secretário e novos integrantes agregaram-se ao Diretório¹¹⁹.

No caso da UDN

No estado catarinense, os grupos que formaram a UDN eram os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930 e os antigos aliados de Getúlio. Dentre os antigos aliados da revolução de 30, há dois grupos distintos liderados por duas figuras importantes da política catarinense neste período: Henrique Rupp Jr. e Aristiliano Ramos. Os dois por motivos de disputas internas ao bloco de poder no pós-30 acabaram por se afastar de Nereu Ramos, vindo a formar com a UDN em 1945. A base, porém, de estruturação da UDN serão os grupos desalojados do poder em 1930 e que até a implantação do Estado Novo encontravam-se vinculados ao Partido republicano Catarinense, liderados por Adolfo Konder e sua família, aliada por laços familiares com a família Bornhausen¹²⁰.

Uma das primeiras reuniões para a organização da futura formação da UDN no estado iniciou em março de 1945 e foi realizada na cidade de Ibirama. Estiveram presentes nesse momento “[...] o anfitrião, Aristiliano Ramos, Irineu Bornhausen (representando Adolfo Konder, brigado com Aristiliano), Celso Ramos Branco, Max do Amaral, James Schneider e Mauro Nerbas”¹²¹. Segundo Correa, a UDN “inicialmente tinha três presidentes: Adolpho Konder, Henrique Rupp Junior e Aristiliano Ramos.¹²²

Em 29 de junho de 1945 ocorreu a formação oficial do Diretório Central da União Democrática Nacional no estado de Santa Catarina. Em agosto do mesmo ano a Comissão

¹¹⁸ LENZI, op. cit., p. 147 e 148.

¹¹⁹ LENZI, op. cit., p. 148.

¹²⁰ CARREIRÃO, op. cit., p. 41.

¹²¹ LENZI, op. cit., p. 155.

¹²² CORRÊA, op. cit., p. 221.

Executiva foi eleita em Lages e a convenção do partido ocorreu em outubro¹²³.

Em Santa Catarina, além da UDN e do PSD, destacaram-se outros partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Progressista (PSP), Partido Libertador e, como já vimos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A abertura democrática promovida por Getúlio Vargas fez com que ele se mantivesse no poder, ainda que os protestos em defesa da democracia continuassem levando diversos grupos às ruas que exclamavam “fora o getulismo” e desejavam o fim do Estado Novo. Diante disso, as categorias dos trabalhadores iniciaram uma luta contra as agressões dirigidas a Vargas e exigiram sua permanência no poder. Este movimento se fortaleceu entre fevereiro e outubro de 1945 e ficou conhecido como “queremismo”. Foram ondas de protestos promovidas principalmente pelos trabalhadores que conclamavam “nós queremos Getúlio”. Os trabalhadores estavam “[...] receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas”¹²⁴.

Mas essa forte movimentação a favor de Vargas fez com que a oposição, especialmente a UDN, se mobilizasse para destituir Vargas do cargo porque temiam que ele utilizasse esse apoio para continuar no poder. Em 29 de outubro ocorreu

[...] um golpe militar, comandado pelos generais Dutra e Góes Monteiro e apoiado pelas forças liberais-conservadoras e pela embaixada norte-americana, depõe Vargas. O clima do pós-guerra e a pressão das forças democráticas evitam, porém, o retrocesso político: o Estado de direito é garantido e as eleições são realizadas¹²⁵.

A derrubada de Vargas foi arquitetada pelas Forças Armadas juntamente com apoio da oposição e da embaixada estadunidense. Um dia após a sua queda, o poder passou para as mãos de José Linhares, na época Presidente do Supremo Tribunal Federal, o qual ficou no cargo até as eleições de 2 de dezembro de 1945. Os resultados das eleições levaram à Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, candidato da aliança PSD-PTB.

A partir do exposto neste capítulo, percebe-se que desde a sua fundação o PCB teve pouco tempo na legalidade, o cenário contribuiu para a ilegalidade do partido e a perseguição dos comunistas e simpatizantes. Mesmo na clandestinidade o PCB nunca esmoreceu sua ação.

¹²³ LENZI, op. cit., p. 156 e 159.

¹²⁴ FERREIRA, op. cit., p. 43.

¹²⁵ SEGATTO, op. cit., p. 222 e 223.

Em Santa Catarina, segundo análise, o PCB esteve mais ativo por meio de sindicatos, de greves e mobilizações.

Desde a formação do partido comunista no Brasil no início do século XX, somente se presenciará discursos anticomunistas em grande escala na imprensa a partir da “Intentona Comunista”. É após essa primeira “onda” que se formará uma grande tradição anticomunista ao longo dos anos, especialmente a partir de 1943, período em que o PCB se destacará no cenário como um grande partido das massas e que vai obter vitórias nas eleições a contar de 1945.

Com o final do Estado Novo e a abertura democrática, junto com outros partidos, o PCB vai participar do sistema eleitoral de 1945. Os partidos que tiveram grande vitória eleitoral e forte atuação nacional foram o PSD, UDN, PTB e o PCB. Em Santa Catarina, nas eleições estaduais, destaca-se forte disputa entre as lideranças Irineu Bornhausen (UDN) e Aderbal Ramos da Silva (PSD). O PCB-SC teve bastante atuação na política e foi encarado por outros partidos, especialmente pelo PSD, como uma ameaça a se combater principalmente em termos político-eleitorais.

3 O GOVERNO DUTRA E A REPRESSÃO AO PARTIDO COMUNISTA NOS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA FRIA

Veremos brevemente a atuação política de Eurico Gaspar Dutra, com ênfase a partir do momento que assumiu o cargo de ministro da Guerra durante o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Dutra era um anticomunista declarado e foi após assumir a presidência, em 1946, que isso se mostrará mais claramente. Também trabalharemos a relação dos Estados Unidos e o governo Dutra na perseguição aos comunistas, assim como o processo de ilegalidade do PCB.

3.1 BREVE BIOGRAFIA DE EURICO GASPAR DUTRA

Dutra assumiu a Presidência da República do Brasil no dia 31 de janeiro de 1946 e sua vitória nas eleições de 1945 se deu “[...] graças à vasta influência da máquina administrativa herdada do Estado Novo, ao apoio das oligarquias regionais e ao voto dos trabalhadores urbanos, cabalado por Vargas às vésperas da eleição”¹²⁶. Por isso sua imagem se popularizou, especialmente na imprensa, como um homem responsável pelo restabelecimento do regime democrático pós Estado Novo.

Após a “Revolução” de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e diversas personalidades civis e militares auxiliaram-no nesse processo de chegada ao executivo. Durante o seu governo, as referidas personalidades vão compor diversos cargos destinados a pessoas de confiança dos chefes do novo regime. Um exemplo foi o Tenente Coronel Eurico Gaspar Dutra, que assumiu o Ministério da Guerra.

Antes do governo provisório, Dutra era comandante do 15º Regimento de Cavalaria e da Escola de Cavalaria no Rio de Janeiro. “Dedicado, corpo e alma, ao serviço do Exército, vocação definida para as lides militares, disciplinado e disciplinador, destacara-se em vários comandos e em muitas comissões [...]”¹²⁷

Nascido em 18 de maio de 1883 na cidade de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, Dutra era filho de José Florêncio e Maria Justina e possuía quatro irmãos, sendo que a família detinha poucos recursos¹²⁸. Em 1904 ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, mas foi expulso porque participou com seus companheiros de corporação da Revolta da Vacina,

¹²⁶ POMAR, Pedro E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946 – 1950)**. São Paulo: Arquivos do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 29.

¹²⁷ LEITE; JÚNIOR. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 7.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 12.

que ocorreu na capital contra o governo de Rodrigues Alves. Dutra retomou suas atividades somente no ano seguinte, por causa de sua anistia, e é nesse período que vai ingressar na Escola de Guerra de Porto Alegre, na qual cursou a Escola de Artilharia e Engenharia.

Em 1910 foi promovido ao posto de 2º Tenente e passou a ser instrutor de recrutas até 1912. Posteriormente, foi incluído na Escola de Cavalaria e nomeado ‘instrutor de 2º grau’. Em 1915 deixou o comando da Cavalaria para matricular-se na Escola do Estado Maior do Exército, na qual se formou em janeiro de 1923¹²⁹. Em suas ações durante da década de 1920, esteve envolvido na repressão dos levantes tenentistas, especialmente em 1922 no Rio de Janeiro e em 1924 em São Paulo.

Em 1932 Dutra foi promovido para General-de-Brigada e, a partir desse período, exerceu o cargo de Diretor da Aviação Militar. A proximidade com o governo de Vargas ocorreu em 1932, quando participou do combate ao movimento constitucionalista desencadeado em São Paulo. Mais tarde comandou a 1ª Região Militar na capital federal e trabalhou na repressão do levante comandado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹³⁰.

Sabe-se que os militares foram um dos grupos mais receptivos às mobilizações anticomunistas. As Forças Armadas estiveram preparadas para defender as instituições do Estado, a nação e a unidade nacional; por isso era natural que considerassem o comunismo como ameaça e o levante de 1935 só contribuiu para fortalecer o anticomunismo naquele meio.

Em dezembro de 1936, Eurico Gaspar Dutra foi nomeado ministro da Guerra.

Nesse posto, cumpriu papel decisivo, junto com Vargas e com o general Góis Monteiro, no fechamento do regime, que levou à instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Nesse processo, colaborou ativamente na divulgação de uma suposta ameaça comunista e no afastamento do governador gaúcho Flores da Cunha, último obstáculo à concretização do golpe¹³¹.

Dutra assumiu um papel importante na luta contra o comunismo antes mesmo de se tornar ministro da Guerra em 1936 e passou a ser um forte aliado de Vargas na instauração e estabelecimento da ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo chega ao fim em 1945 devido às contradições existentes, uma vez que no âmbito internacional o Brasil estava na luta contra o nazifascismo e em termos nacionais presenciava-se uma ditadura. Com as mobilizações da oposição, especialmente do Brigadeiro Eduardo Gomes, Vargas começou a perceber que seu governo havia se esgotado e precisava

¹²⁹ LEITE; JÚNIOR, op. cit., p. 22 e 26.

¹³⁰ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico_gaspar_dutra. Acesso em: 14 dez. 2020.

¹³¹ Ibid., p. 1.

articular novas estratégias. Com a abertura democrática foram marcadas as eleições presidenciais e Vargas anunciou que não iria se candidatar, mas em contrapartida articulou a candidatura do seu Ministro da Guerra, General Dutra¹³².

Em uma estratégia utilizada para levar à vitória seu candidato, Getúlio Vargas sugeriu uma aliança entre o PTB e o PSD. Por isso, “o Partido Trabalhista Brasileiro recebera instruções de Getúlio, no sentido de se aliar ao Partido Social Democrático e fazer campanha de Dutra”¹³³. Em contrapartida, a UDN lançou a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes e investiu na propaganda oposicionista.

A indicação de Dutra por Vargas foi interpretada pela oposição como uma tática para se “manter no poder”, posto que apoiava um candidato “governista” e, obviamente, influenciaria na política do seu sucessor. Ademais, ele dificultava a candidatura de Eduardo Gomes.

Até aí dois candidatos estavam na disputa presidencialista. O PSD contava com os grupos que apoiavam Vargas, a destacar: 1) políticos e burocratas que tinham sido beneficiados em seu governo; 2) proprietários de terras e industriais que se afortunaram sob Vargas; 3) trabalhadores urbanos que foram beneficiados pela legislação trabalhista e de organização sindical¹³⁴.

A oposição - UDN - também pode ser dividida em dois grupos principais. O primeiro compunha-se por partidos e famílias tradicionais e liberais-conservadores que possuíam influência política regional, principalmente em São Paulo e Minas Gerais, afastados do poder com a “revolução” de 1930. O segundo grupo era composto pela classe média profissional-liberal simultaneamente com intelectuais liberais e estudantes¹³⁵.

Outro grupo que participou das eleições de 1945 foi o dos comunistas, que voltaram à legalidade após a anistia geral e um novo código eleitoral. Portanto, quem disputou as eleições presidenciais foi Eurico Gaspar Dutra, pela coligação PSD/PTB, Eduardo Gomes, pela UDN, e Yedo Fiúza, pelo PCB.

Enquanto os partidos estavam realizando suas campanhas, o PCB só lançou seus candidatos em meados de novembro de 1945, quando o partido escolheu Yedo Fiúza como candidato para compor o cargo da presidência e investiu na campanha para eleger deputados e senadores. Nesse mesmo ano o PCB, já rearticulado, utilizou algumas estratégias para alcançar

¹³² SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 73 e 74.

¹³³ GOMES, op. cit., p. 289.

¹³⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 81

¹³⁵ BETHELL, Leslie. *Brasil*. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (org.). **América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 69 e 70.

alguns objetivos, uma dessas consistia em dar apoio a Vargas e, em troca, reivindicar a convocação de uma Assembleia Constituinte e o adiamento das eleições presidenciais. Segundo seus dirigentes, o apoio que o Partido Comunista deu a Vargas foi nada mais que uma tentativa de impedir que forças mais conservadoras travassem o processo de democratização¹³⁶.

As eleições realizadas levaram aos seguintes resultados: Dutra obteve 55 por cento da votação nacional, Eduardo Gomes recebeu 35 por cento dos votos e, por fim, Yedo Fiúza conseguiu 10 por cento do total nacional. “Nas eleições para o Congresso o PSD ganhou 42 por cento dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26 por cento (77 cadeiras), o PTB, 10 por cento (22 cadeiras) e o PCB, 9 por cento (14 deputados federais e um senador)”¹³⁷.

3.2 DUTRA PRESIDENTE

O jornal OE em 1946 de propriedade de Aderbal Ramos da Silva utilizava como meio para divulgação e propagação do PSD, assim retratando notícias locais e internacionais, e enfatizando e desqualificando os opositores. Aderbal adquiriu o periódico em pleno governo de Eurico Gaspar Dutra

O governo Dutra gerou efeitos em Santa Catarina e isso fez com que o jornal OE acompanhasse com atenção seu governo, portanto o periódico foi um dos porta-vozes do governo.

Sabe-se que Dutra era do PSD e que era anticomunista declarado e presenciou-se em seu governo a perseguição e repressão aos comunistas. Esse anticomunismo do presidente foi publicado e explorado pelo jornal OE, a exemplo do dia 14 de janeiro de 1947, em que adverte o povo brasileiro sobre o comunismo:

Em entrevista à imprensa, o pres. Dutra fala sôbre os perigos do comunismo, no Brasil

Rio, 13 (A.N) – [...] disse o presidente, esperar que o pleito de dezenove do corrente correrá num ambiente de perfeita calma [...]. Em seguida disse o presidente general Dutra: “Há uma obrigação indeclinável: Aconselhar o povo que empreste seu apôio unicamente aos partidos que não tenham em mira rasgar a Constituição, para montar no poder, a sua própria ditadura, a duma classe ou de um grupo [...]. Interrogado sôbre como considera, então a posição do partido comunista em relação ao regime democrático, o presidente disse: A opinião pública, neste momento, já revela maior compreensão da natureza real do partido comunista. Antes de mil e novecentos e trinta e cinco, assistimos as pessoas presumidamente esclarecidas incorrerem ao grave erro de uma confiança mal depositada. Ainda agora, no intuito de promover interesses eleitorais de ordem imediata, a boa fé de alguns levou-os a negociar o apôio de uma facção que, pela confissão pública de seus agentes no Brasil, não se julga

¹³⁶ SKIDMORE, op. cit., p. 88.

¹³⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 90.

incondicionalmente obrigada para com nossa pátria. Contudo, já se vem formando a consciência dos riscos corre o Estado democrático, na fase de sua reestruturação se o povo, iludido por uma falsa propaganda, der seu apóio a partidos que, essencialmente, só querem suprir a democracia e implantar o despotismo”¹³⁸.

Constata-se que o anticomunismo foi reforçado por conta das novas eleições e porque seria um perigo deixar os comunistas ganharem mais espaço, já que nas eleições de 1945 tiveram grande desempenho. Por isso, o presidente adverte em sua entrevista que, a partir das eleições estaduais que ocorreriam no dia 19 de janeiro de 1947, o Brasil viveria em um ambiente de “perfeita calma” pois os desordeiros comunistas seriam derrotados e isolados, porque a população saberia escolher partidos comprometidos em manter o regime democrático e que este não era o caso do PCB. Segundo Dutra, o PCB não era um desses partidos, pois já tinha demonstrado desde 1935, com a chamada “Intentona Comunista”, que tinha como objetivo chegar ao poder pela força, rasgar a Constituição e instaurar uma ditadura. O conselho então à população era repudiar o comunismo e não se deixar enganar com as falsas propagandas.

Mesmo com as propagandas anticomunistas, o PCB ganhou: “[...] mais dois Deputados Federais ao Partido (eleitos sob outras legendas), além de também elegerem 46 Deputados Estaduais e uma expressiva bancada de Vereadores em cidades importantes como Rio de Janeiro, Recife, Santo André e outras”¹³⁹.

O general Dutra possuía, desde que assumiu o cargo, apoio principalmente de empregadores industriais e declarou guerra aos comunistas e aos setores independentes da força de trabalho organizada. Por isso, controlou os movimentos trabalhistas para eliminar a influência comunista e criar um clima favorável para o investimento estadunidense na indústria do país¹⁴⁰.

Vários fatores foram determinantes para perceber que o governo Dutra já se iniciou com elementos antidemocráticos; isso decepcionou a muitos que estavam animados com a volta da democracia pós-Estado Novo. Ademais, nos primeiros anos da chamada redemocratização, se observou “fortes restrições às liberdades e garantias individuais vistas como atributos da democracia liberal: direito de livre expressão de pensamento, livre associação para fins políticos e econômicos (partidos, sindicatos), direito de ir e vir, *habeas corpus* etc”¹⁴¹. Vejamos alguns exemplos da repressão governamental.

¹³⁸ Em entrevista à imprensa. **O Estado**, Florianópolis, 14 jan. 1947. nº 9927, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479927.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

¹³⁹ VIEIRA, Jaci Guilherme. **O Partido Comunista do Brasil** - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina. *Textos & Debates* - nº 05. p. 90. Disponível em: Acesso em: 21 dez. 2020.

¹⁴⁰ BETHELL, op. cit., p. 94.

¹⁴¹ POMAR, op. cit., p. 19.

Antes da elaboração e promulgação da nova Constituição, ainda baseado na Carta de 1937, em março de 1946, o presidente da República promulgou o Decreto 9.070, que praticamente proibia greves. No mesmo ano, foram também proibidas as comemorações programadas pelos trabalhadores para o Primeiro de Maio, em São Paulo e no Rio de Janeiro. No dia 23 de maio, uma manifestação comunista programada para o Largo da Carioca foi dissolvida à bala pela polícia¹⁴².

Presencia-se então um terrorismo de Estado nos anos de 1946 a 1950, marcado pela repressão policial a manifestações organizadas pelos setores da classe trabalhadora, perseguição aos comunistas e a grande parte do sindicalismo independente.

O termo “redemocratização” utilizado a partir de outubro de 1945 para descrever o período histórico recém instaurado é questionado por Pedro E. R. Pomar. Ele descreve que é inapropriada a expressão por dois fatores principais: que o regime político vigente antes do Estado Novo nada tinha de democrático e, por segundo, que o governo Dutra teve caráter profundamente antipopular ao limitar a democracia liberal¹⁴³.

Uma vez aprovada a nova Constituição, em setembro de 1946, Dutra escolheu um gabinete conservador. Um exemplo disso é o Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, que era um anticomunista declarado e Corrêa e Castro, Ministro da Fazenda, que pretendia tomar medidas monetárias ortodoxas¹⁴⁴.

Um meio utilizado para repressão do PCB foi tachá-lo como partido antidemocrático para que não pudesse participar das próximas eleições; isso acarretou no fato de que foi declarado fora da lei em 1947, ou seja, houve a cassação de seu registro pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os fatores principais para tal ato do governo foram o conflito entre URSS e os EUA, que resultou na Guerra Fria, e o crescimento do partido que assustou os setores da burguesia, os partidos UDN, PSD, PTB e também o conservadorismo liberal de Dutra¹⁴⁵.

A cassação do registro no STF começou a ser debatida após rumores que apontavam fraude nas finanças do PCB, e o partido foi acusado de ter ajuda financeira da URSS. Diante disso, foi instaurada uma Comissão Parlamentar para analisar a acusação. “Ao investigar os registros internos do Comitê Central, chefes de polícia verificaram que o Estatuto do partido era bastante diferente do que havia sido homologado no Tribunal Eleitoral”¹⁴⁶. A partir dessa informação, o deputado Barreto Pinto solicitou o fechamento do PCB.

¹⁴² RODEGHERO, op. cit., p. 69.

¹⁴³ POMAR, op. cit., p. 19.

¹⁴⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 91 e 92.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Eder Renato de. **Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira**. 2017. p. 87.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 91.

Desse modo, houve um endurecimento do regime: Dutra decretou leis que limitavam a liberdade e independência dos sindicatos. De certa forma, esta era a concretização das reivindicações feitas por grandes empresários que gostariam de eliminar todas as influências comunistas (reais ou imaginárias) nos sindicatos. Essas medidas resultaram que, no final de julho de 1947, “170 sindicatos representando 300 mil trabalhadores tinham sofrido intervenção”¹⁴⁷.

3.3 GUERRA FRIA: A RELAÇÃO ENTRE EUA E O GOVERNO DUTRA NA PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS

Em seu governo, Dutra alinhou o Brasil por completo aos interesses militares e diplomáticos dos Estados Unidos, enquadrando-se também aos padrões da Guerra Fria. Teve-se, por conseguinte, um fortalecimento nas relações entre os EUA e as classes dominantes brasileiras. A Guerra Fria influenciou tanto as políticas internas como externas do governo Dutra. A título de exemplo da influência dos EUA no país são os

Acordos militares como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a compra de equipamento bélico, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) da Escola Superior de Guerra (ESG, centro gerador da futura Ideologia da Segurança Nacional), ambas surgidas em 1948, foram produtos da decisiva influência dos EUA¹⁴⁸.

Com o final da Segunda Guerra Mundial assenta-se uma crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a URSS. Por isso, “de acordo com a doutrina Truman, exposta pelo presidente dos EUA em março de 1947, as potências mundiais estavam divididas em dois sistemas nitidamente contraditórios: o comunista e o capitalista”¹⁴⁹.

Portanto, com a polarização do mundo, a cultura anticomunista se tornou mais presente, especialmente pelo esforço dos Estados Unidos, para quem os comunistas eram uma ameaça constante e inimigos terríveis da democracia cristã, além de crerem que os russos planejavam dominar o mundo. Essa construção de imagens foi utilizada para mobilizar a sociedade para atacar o inimigo e justificou uma série de ações repressivas e a criação de órgãos responsáveis por manter a segurança e salvar o mundo do perigo vermelho.

¹⁴⁷ BETHELL, op. cit., p. 101.

¹⁴⁸ POMAR, op. cit., p. 31.

¹⁴⁹ PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 171.

Surge a National Security Council (Conselho Nacional de Segurança), e a Lei de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo nascia como sucessora do Office of Strategic Service (OSS), a Central Intelligence Agency (CIA), em 26 de julho de 1947. Uma das mais importantes funções da agência era manter um exército secreto que pudesse manter o governo informado, e principalmente, encarregado da missão de salvar o mundo do perigo vermelho¹⁵⁰.

O Brasil já possuía à época um aparato institucional que dava sustentabilidade para as organizações no combate ao comunismo. Muitas informações eram trazidas dos Estados Unidos e serviam como base para as ações anticomunistas. Porém, como já destacado, havia sido construído no Brasil um imaginário anticomunista próprio desde o advento da Revolução de 1917.

No governo Dutra, o combate ao comunismo teve suas características próprias, ainda que fortemente influenciado pelas ações estadunidenses. Percebe-se algumas organizações institucionais já em 1946, como a organização da polícia em nível federal, que foi oficializada na Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SSNJ) e coordenada pelo Conselho de Segurança Nacional. Este último órgão possuía suas próprias diretrizes anticomunistas e era responsável pela orientação da propaganda e supervisionava as atividades do PCB e da imprensa, “tanto no período de legalidade quanto após, requisitava e recebia relatórios da atuação dos comunistas em todos os estados brasileiros, e emitia instruções que deveriam ser colocadas em prática”¹⁵¹.

Outro órgão que promovia atividades anticomunistas foi o Serviço Social da Indústria (SESI) que estava sob controle dos industriais. Os funcionários do SESI eram chamados de “educadores sociais” pelo fato de colaborarem com conferências em sindicatos, com palestras em fábricas, escolas e comícios, com discursos em emissoras de rádio e em alto falantes, além de realizarem entrevistas em jornais e investigarem reuniões suspeitas. Esses “educadores”, visando a combater o comunismo, apoiavam atividades dos Círculos Operários católicos e cooperavam com a polícia na repressão ao comunismo. Para tal efeito, acompanhavam também muito proximamente a atuação do PCB e se infiltravam nas atividades do partido¹⁵².

Com o controle e combate aos comunistas, típico da Guerra Fria, qualquer reivindicação popular já era considerada uma ameaça.

¹⁵⁰ MENDES, Lilian Marta. Aliança e Recompensa: a política de alinhamento do governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil. **Revista OPSIS**, Catalão, v.12, n.1, p.106-124, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/18336/12821>. Acesso em: 30 abr. 2020. p. 113.

¹⁵¹ RODEGHERO, op. cit., p. 27.

¹⁵² RODEGHERO, op. cit., p. 27 e 28.

Contudo, o exacerbado caráter policial-terrorista do regime, que se mostrou capaz de até mesmo aprisionar por meses ou anos aqueles que eram flagrados cometendo os mais prosaicos atos singulares de protesto – como recolher assinaturas, distribuir panfletos ou exibir faixar –, indica uma democracia atrofiada e intolerante, quando não simplesmente “policial”¹⁵³.

Tornando-se assim uma prática comum, a perseguição aos comunistas durante o governo Dutra também pretendia, com esse alinhamento político, trazer investimentos ao Brasil; por isso a importância de percebermos que as atividades anticomunistas tiveram um papel robusto por parte dos Estados Unidos, os quais dedicaram importante observação e monitoramento às entidades anticomunistas. Memorandos foram redigidos e direcionados para os EUA com o objetivo de deixá-los informados sobre as ações comunistas no Brasil.

O periódico *O Estado* publicou reportagens de alertas vindos de Washington, demonstrando a preocupação com a ameaça comunista na América Latina, como mostra essa campanha de 29 de agosto de 1946.

Campanha americana contra os comunistas

[...] Do estudo do assunto, achou-se que a solução para o caso esgotará nas três medidas seguintes: 1º - auxílio direto dos Estados Unidos em manter a força da democracia na América Latina e resistência á ideologia comunista; 2º - auxiliar os países latino americano a contrariar a tática obstrutiva dos comunistas; 3º - favorecer a unidade e segurança do Hemisfério.

O total de comunistas de partido na América do Sul já sobe a centenas de milhares. Como se sabe, os comunistas vêm atacando diretamente aos Estados Unidos, recentemente. Cita-se, por exemplo, a declaração do chefe do Partido Comunista do Brasil, Luiz Carlos Prestes, o qual afirmou que, em caso de guerra entre os Estados Unidos e a Rússia, os comunistas brasileiros estariam ao lado dos russos¹⁵⁴.

A reportagem mostra um exemplo da divulgação das ações estadunidenses em jornais, explicando como estavam auxiliando os países da América Latina no que concernia ao combate ao comunismo, que se tornava uma ameaça cada vez mais forte porque os partidos comunistas estavam agregando milhares de adeptos. A matéria faz um alerta e usa um exemplo que ocorreu no Brasil com o líder Prestes, o qual declarou que, em caso de uma nova guerra, ficaria ao lado da Rússia. Uma guerra só reforçaria o fato de que os próprios brasileiros comunistas não defenderiam a pátria em que viviam.

¹⁵³ POMAR, op. cit., p. 22.

¹⁵⁴ Campanha americana contra os comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 29 ago. 1946. nº 9819, ano XXXII, p. 2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469819.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Nesse cenário não devemos esquecer do ‘European Recovery Programme’, mais conhecido como Plano Marshall, que teve como base a ajuda econômica para a reconstrução de muitos países que, segundo essa lógica, estavam ameaçados pelo comunismo. Verificamos em nota presente no jornal OE que autoridades nos Estados Unidos acreditavam que era preciso combater o comunismo no Brasil porque havia um terreno fértil para a implantação da doutrina pelas condições sociais existentes, como a pobreza e analfabetismo¹⁵⁵.

Não era somente o Brasil terreno fértil para o comunismo de acordo com as publicações anticomunistas presentes no jornal OE, e sim toda a América Latina. Para reforçar essa ideia, veiculou-se o fato de que novas estratégias estavam sendo adotadas pelos comunistas, por isso a população da América deveria ficar em alerta. A nova artimanha é de que, por ora, o propósito não era conquistar o poder por meio de uma revolução e sim por meio da instrução. Os comunistas queriam “elementos estratégicos” e que abrangessem toda a sociedade para formá-los com o objetivo de, mais tarde, fazer parte da revolução que levaria o comunismo para toda região. Segundo reportagens, isso era possível porque as condições dos países da América acabam tornando as pessoas suscetíveis ao apelo comunista. Esse discurso anticomunista foi publicado no dia 11 de fevereiro de 1947, intitulado “O brilho sinistro da estrela Vermelha”, o qual resumia um seminário ocorrido nos Estados Unidos alertando que os comunistas estavam “levantando no sul” o brilho do ideário comunista que estava pairando no continente¹⁵⁶.

Em adição, no Brasil a atuação anticomunista também estava sendo espreitada por um “corpo diplomático norte-americano” que vinha atuando desde 1945, o qual tinha a intenção de sublinhar o perigo comunista e acentuar a necessidade de combatê-lo. Para tanto, observavam se os brasileiros estavam realizando ações contra os comunistas em diversos espaços e atingindo o público-alvo.

[...] um dos papéis que os postos diplomáticos desempenhavam era o de deixar o Departamento de Estado a par do andamento da política no país onde estavam atuando. É claro que eles também contribuíram para a produção do discurso anticomunista que circulou no país na época, mas, mais do que essa dimensão, o que está sendo observado aqui é o fato de que eles atuavam numa “zona de fronteira”: vindos de lá, observavam e interpretavam o que se passava por aqui e transmitiam para lá¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Para combater o comunismo. **O Estado**, Florianópolis, 13 fev.1948. nº 10.185, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810185.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

¹⁵⁶ O brilho sinistro da estrela vermelha. **O Estado**, Florianópolis, 11 fev. 1947. nº 9951, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479951.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

¹⁵⁷ RODEGHERO, op. cit., p.53.

As informações recolhidas e depois registradas nos memorandos eram obtidas por meio de conversas com pessoas selecionadas, como indivíduos de destaque que ocupavam cargos políticos, lideranças da imprensa, Igreja e do mundo empresarial. Além dos informantes citados, outro meio de identificar as campanhas anticomunistas que permitiam aos norte-americanos avaliar a situação era informar-se através da imprensa. Portanto, a atenção era direcionada ao que estava sendo publicado sobre o comunismo e anticomunismo, com ênfase nos editoriais porque era por meio deles que cada jornal se posicionava sobre os fatos que estavam sendo divulgados. Os jornais acompanhados pelos norte-americanos eram classificados como liberais, conservadores, esquerdistas, ligados ao governo, etc.¹⁵⁸.

Identifica-se, pois, que o contexto político interno somado aos eventos externos intensificou os movimentos anticomunistas, agora não somente com ataques via discursos, mas por intermédio de ações políticas efetivas para afastar os comunistas do cenário nacional. O processo repressivo atingiu o seu auge em 1947, com a cassação do registro do PCB, cuja principal justificativa estava relacionada à questão do patriotismo¹⁵⁹.

A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As ideias defendidas pelo membro do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teria com a realidade nacional. O caráter, a alma, o sentimento brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria¹⁶⁰.

Dentre os grupos nacionalistas que tiveram destaque no governo Dutra estão os militares. Eles firmaram contato pós-guerra com a Doutrina de Segurança Nacional estadunidense tanto na formação dos métodos quanto na ideologia, por isso as relações foram fortalecidas entre os exércitos brasileiro e norte-americano. Dessa forma houve uma reorganização militar e o fortalecimento do papel dos militares na sociedade brasileira, com a reestruturação do Ministério da Guerra e a criação da Escola Superior de Guerra espelhada nos padrões estadunidenses¹⁶¹.

Por isso, os militares, enquanto segmento do Estado, teriam o dever de fazer a proteção da pátria e da nação, uma vez que os comunistas foram vistos como inimigos da pátria e obedeciam às ordens estrangeiras. Os militares podem ser chamados de “nacionalistas

¹⁵⁸ RODEGHERO, op. cit., p. 45.

¹⁵⁹ RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 69.

¹⁶⁰ MOTTA, op. cit., p. 32.

¹⁶¹ MENDES, op. cit., p.116.

profissionais” e eles estão entre os grupos sociais que foram receptivos a mobilização anticomunista, além de se considerarem mais preparados para a defesa do país¹⁶².

Para auxiliar nesse processo de propaganda anticomunista, o Departamento de Estado se “preocupou em levar, por todos os meios de comunicação, à população brasileira a ideia do modelo do mundo livre liderado pelos EUA”¹⁶³. A mídia era, pois, uma arma poderosa contra o comunismo, já que incentivava o medo, ainda mais quando os jornais relacionavam a crescente organização da classe trabalhadora à manobra para os comunistas chegarem ao poder. No jornal *O Estado*, as reportagens sobre o conflito mais direto entre os EUA e a URSS se tornaram mais frequentes a partir de 1948. Os temas que mais aparecem são sobre a disputa de territórios, a influência do comunismo em diversos territórios do mundo e o alerta constante da influência na América.

3.3.1 O PCB na ilegalidade

Após as eleições, em 1946, os eleitos assumiram seus respectivos cargos. É nesse período que os representantes do povo vão formar a Assembleia Nacional Constituinte.

Nela, a bancada comunista, que era formada por um senador e quatorze deputados, dentre eles nenhum representante catarinense, apresentou diversas emendas ao texto, e “[...] na sua maioria, foram rejeitadas ou indeferidas pelo presidente da Assembleia”¹⁶⁴. As emendas sugeridas refletiam sobre os problemas do monopólio da propriedade privada da terra, a fixação do homem no campo, o desenvolvimento da pequena propriedade e a reforma agrária.

Na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada comunista – apesar de pequena e minoritária – desempenhou papel importante insistindo na defesa do direito de greve e autonomia sindical, na institucionalização e ampliação dos direitos de cidadania; apresentaram um projeto sanitário para o Brasil, propuseram padrões de distribuição de renda aos municípios e tiveram presença marcante na Comissão de Educação e Cultura¹⁶⁵.

Antes da Constituição ser aprovada, foi baixado pelo poder Executivo o Decreto-Lei

¹⁶² TORRES, Mateus Gamba. “**A Justiça nem ao diabo se há de negar**”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 - 1978). 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em história – Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/mateus_gamba_torres.pdf. Acesso em: 10nov. 2020. p. 47

¹⁶³ TOTA, Antônio Pedro. Cultura e dominações: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra fria. **Perspectivas**, São Paulo, v. 27, p. 111-122, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/24/17>. Acesso em: 03 ago. 2020. p.115.

¹⁶⁴ PRESTES, op. cit., p. 93.

¹⁶⁵ SEGATTO, op. cit., p. 223.

nº 9.070 de 15 de março de 1946. O decreto feria, na prática, o direito a greve. Em resposta, a bancada comunista solicitou a sua desaprovação e declarou que, em uma nação democrática, a greve é um direito básico. Todavia, novamente a requisição foi desconsiderada pelo governo. Mas os comunistas não mediram esforços e continuaram na luta. Dessa forma, na Constituição em 1946, quando aprovada, “[...] ficaria inscrito o direito de greve – vitória das forças democráticas, alcançada em grande medida pelo esforço da bancada comunista – sem, contudo, ter sido tal direito regulamentado na Carta Magna, como os comunistas sempre defenderam”¹⁶⁶.

Logo após a posse do novo presidente, ainda em março de 1946, começou-se a falar que o PCB seria posto na ilegalidade. A polícia observava e seguia os movimentos dos comunistas e partia para uma escalada repressora cada vez mais intensa. As oficinas da imprensa do PCB eram atacadas pela polícia e as edições dos seus jornais, impedidas de circular [...]¹⁶⁷.

Nos comícios realizados pelo PCB, muitas vezes, a polícia estava presente e, em diversas ocasiões, os participantes saíam feridos. Mas a perseguição não acontecia somente aos comunistas, pois o movimento operário e sindical foi alvo privilegiado do governo Dutra. Em diversas ocasiões os movimentos grevistas e os sindicatos eram atacados com extrema violência, culminando nas prisões das lideranças.

A título de exemplo sobre a repressão em Santa Catarina, cita-se o ato de primeiro de maio de 1946 que comemorava o dia do trabalhador. Como resultado, no mesmo mês, o secretário da Segurança Pública anunciou que estava acompanhando todas as atividades do PCB e que estava fichando os “agitadores”. No dia 23 de maio, determinou a suspensão em todo território catarinense das licenças para a realização de comícios especificamente do Partido Comunista¹⁶⁸.

A organização dos trabalhadores era vista como uma ameaça para o governo, pois estavam lutando pela unidade da classe operária, pela liberdade sindical e pelos interesses momentâneos do grupo, por mais que isso representasse uma vitória do proletariado. Em setembro de 1946 o governo presenciou a força dos trabalhadores no Congresso Sindical realizado no Rio de Janeiro “[...], com a participação de mais de 2 mil delegados, quando foi fundada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) [...]. Entretanto, o reconhecimento da CTB pelas autoridades governamentais jamais ocorreu [...]¹⁶⁹. Além de

¹⁶⁶ PRESTES, op. cit., p. 94 e 95.

¹⁶⁷ PRESTES, op. cit., p. 97.

¹⁶⁸ MARTINS, op. cit., p. 190.

¹⁶⁹ PRESTES, op. cit., p. 98.

não a reconhecer, todos os sindicatos filiados também não foram admitidos.

Antes de ser aprovada a Constituição de 1946, Dutra empregou a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1937, elementos autoritários criados por Getúlio Vargas e usados para pressionar a Assembleia Constituinte, dar proteção ao governo e amedrontar os representantes do PCB. Com esse aparato, o governo Dutra reprimiu greves e movimentações especialmente arquitetadas e lideradas pelos comunistas.

Os ares democráticos que animavam a muitos ao longo de 1945 começaram a mudar no governo de Dutra. Antes da elaboração e promulgação da nova Constituição, ainda baseado na Carta de 1937, em março de 1946, o presidente da República promulgou o Decreto 9.070, que praticamente proibia as greves. No mesmo ano, foram também proibidas as comemorações programadas pelos trabalhadores para o Primeiro de Maio, em São Paulo e no Rio de Janeiro. No dia 23 de maio, uma manifestação comunista programada para o Largo da Carioca foi dissolvida à bala pela polícia¹⁷⁰.

As medidas adotadas no primeiro ano de governo democrático mostram, em parte, como seriam os anos seguintes, especialmente para o movimento operário, sindicatos e comunistas. A “onda” anticomunista durante a Guerra Fria ocorreu no Brasil antes mesmo do que nos Estados Unidos, visto que a perseguição ao Partido Comunista iniciou um ano antes. Em 1946 os Estados Unidos não haviam classificado o anticomunismo como uma prioridade, fazendo-o somente a partir de 1947, quando houve o rompimento efetivo com a URSS e a implantação da Doutrina Truman e o Plano Marshall¹⁷¹.

Porém, mesmo com as medidas repressivas do governo, a bancada comunista lutou em “[...] defesa permanente da democracia e dos direitos democráticos, travando, por exemplo, luta ferrenha pela imediata revogação da Constituição de 1937, objetivo que não seria alcançado, dada a maioria conservadora da Assembleia de 1946”¹⁷².

Os trabalhos do PCB não cessaram após 1946; o partido passou a se dedicar à campanha eleitoral para o pleito de 19 de janeiro de 1947 porque considerava importante para a luta pela democratização do Brasil.

Tratava-se de eleições para suprir uma parte do Congresso Nacional, para governadores de estados e assembleias legislativas, assim como para a Câmara Municipal do DF. Há que assinalar que o PCB obteve vitória, ao conquistar 9% dos votos ficando com um total de 64 cadeiras nas assembleias legislativas de quinze estados. Para a Câmara Municipal do DF., o partido elegeu 18 vereadores – a maior bancada nessa Casa¹⁷³.

¹⁷⁰ RODEGHERO, op. cit., p. 69.

¹⁷¹ MOTTA, op. cit., p. 3.

¹⁷² PRESTES, op. cit., p. 92.

¹⁷³ PRESTES, op. cit., p. 102.

Nessa última eleição, a força do PCB na capital brasileira era notória, pois conseguiu eleger 18 vereadores e obter vitória em outros estados como São Paulo e Pernambuco. Como destacado até o momento, o PCB, após a abertura democrática, foi ganhando espaço no cenário nacional, tornando visível a sua representatividade através dos resultados das eleições de dezembro de 1945 e de janeiro de 1947.

O PCB catarinense, por via do Comitê Estadual, lançou diversos candidatos para exercer o cargo de Deputado Federal: Álvaro Ventura, Luiz Carlos Prestes, Edson Silveira Swain, Germano Donner, Rita da Costa Ávila Malheiros, Hipólito do Vale Pereira, Manoel Alvez Ribeiro e Sebastião Bousfield Vieira. No entanto, os votos foram insuficientes, não elegendo nenhum deles. Já para a Assembleia Legislativa foram trinta e quatro que disputaram as cadeiras e, no geral, o total foi de 2.644 votos. Dessa forma, nenhuma vaga à Assembleia foi preenchida pelos comunistas em Santa Catarina. Percebe-se, em termos de votos, que o eleitorado estava enfraquecido, mesmo com o desempenho dos militantes do PCB que divulgaram ao máximo os candidatos através dos comícios que eram realizados pelos Comitês Municipais. Havia uma debilidade eleitoral, e isso é notório com a comparação das eleições com outros estados, ficando atrás somente do Piauí¹⁷⁴.

Em relação à posição do PCB catarinense, e com a disputa para o cargo do executivo estadual, o Comitê Central recomendou o apoio ao candidato da UDN Irineu Bornhausen, mas muitos se rebelaram e acabaram apoiando Aderbal Ramos da Silva, do PSD, ou não votaram em ninguém, posto que não foi firmado nenhum compromisso por parte dos comunistas locais. Uma das figuras políticas que trabalhou em defesa de Aderbal foi um dos que contribuiu para a fundação do PCB, Hipólito Pereira. Diante dessa atitude, o Comitê Central resolveu afastá-lo do partido¹⁷⁵.

Por isso, pela primeira vez após a saída da clandestinidade, o núcleo comunista em Santa Catarina se tornou alvo das disputas entre a UDN e o PSD. É a partir da recomendação do Comitê Central para votar em Irineu, com quem mantinham uma boa relação, que os pessedistas iniciaram o ataque aos opositores através da Imprensa. “Os jornais *O Estado* e *A Gazeta* [...] ambos ligados ao PSD, começaram a bombardear Irineu, que estaria sendo ‘acintosamente apoiado pelos comunistas’ ”¹⁷⁶.

¹⁷⁴ VIEIRA, op. cit., p. 20.

¹⁷⁵ MARTINS, op. cit., p. 178.

¹⁷⁶ MARTINS, op. cit., p. 177.

Um dos motivos que influenciou a baixa votação no PCB em Santa Catarina foi a propaganda anticomunista, a qual desde sua legalidade em 1945 anunciava o suposto retorno do “perigo vermelho” que ameaçava a destruição do sistema político, social e econômico¹⁷⁷. Dessa forma, alguns jornais divulgavam inúmeros artigos com o objetivo de abalar o Partido Comunista tanto em nível nacional quanto estadual.

Nos jornais *A Gazeta*, *A Notícia* e *O Estado*, no período de janeiro de 1945 a outubro de 1947 (lembrando-se que este foi o período de legalidade do PCB), pode-se constatar inúmeros artigos da indústria anti-comunista, de responsabilidade do editor do jornal, pois muito pouco desses vinham assinados. Esses artigos eram escritos para abalar e enfraquecer a possibilidade do PCB em Santa Catarina vir fortalecer-se enquanto vanguarda da classe trabalhadora¹⁷⁸.

O resultado das eleições em vários estados demonstrou como o PCB estava alcançando o poder de forma rápida e com apoio de uma grande parcela da população, pois afirmava “[...] ter 180 mil membros, o que fazia dele o maior partido comunista da América em 1947”¹⁷⁹. Conseqüentemente a esse avanço, as classes dominantes estavam dispostas a barrar o crescimento comunista e impedir que houvessem novas vitórias.

A força do PCB nas urnas, mesmo não dispondo do apoio de legendas governistas, acarretou na solicitação de cancelamento do registro do partido embasada no fato de que se tratava de um partido estrangeiro. A prova disso era o seu nome: ‘Partido Comunista do Brasil’, e não ‘Brasileiro’¹⁸⁰.

Contudo, no governo anticomunista de Dutra, foram adotadas medidas cada vez mais severas contra o partido [...]. O governo brasileiro percebeu que o PCB era uma ameaça real e crescente, pois tinha uma base poderosa num movimento trabalhista cada vez mais combativo, um número de filiados cada vez maior e muito apoio eleitoral. A decisão de proibir o PCB não foi uma simples medida superficial com que se pretendia aplacar a paranoia anticomunista de Washington, cada vez mais agressiva. Respondeu a um temor real de que o crescimento do partido, se não fosse detido, pudesse representar uma verdadeira ameaça para os grupos dirigentes da república¹⁸¹.

Com isso, os comunistas enfrentaram novamente a ilegalidade: em “7 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por três votos a favor e dois contra. Decisão inesperada para os comunistas, que ainda acreditavam no avanço

¹⁷⁷ VIEIRA op. cit., p. 23.

¹⁷⁸ VIEIRA, op. cit., p. 22.

¹⁷⁹ ANGELL, op. cit., p. 502.

¹⁸⁰ NEGRO; SILVA, op. cit., p. 59.

¹⁸¹ ANGELL, op. cit., p. 501.

da democracia no Brasil”¹⁸². A presença do PCB teve vida curta na política eleitoral brasileira, e essa ação de ilegalidade foi “respaldada” na Constituição por intermédio do artigo 141.

Em Florianópolis, a cassação do registro pegou o Comitê Estadual desprevenido, não conseguindo articular nenhuma reação contra o ato. Nesse período, o partido

[...] organizado em células, nos bairros, nos distritos e em vários municípios, não pode fazer absolutamente nada, a não ser esperar que lacrassem a sua nova sede que ficava defronte da Praça XV de Novembro, na Capital. Não houve prisões e em momento algum manifestações por parte da população [...]¹⁸³.

O exército ficou responsável pelo fechamento das sedes do PCB em todo país.

Diante deste contexto, os comunistas tiveram que rever suas táticas de lutas em Santa Catarina sem paralisar as manifestações e comícios, que apareciam agora sendo liderados pela antiga “Sociedade União Operária”, que tinha sido o embrião do PCB, e também por meio de outros sindicatos que continuaram atuando normalmente¹⁸⁴.

Ainda atuante, o partido solicitou no Judiciário *habeas-corporis* para que as sedes partidárias continuassem ativas, mas o pedido foi indeferido. Seguidamente, tentaram articular uma nova agremiação partidária denominada Partido Popular Progressista (PPP) para que pudessem participar do processo político eleitoral. O PPP, “[...] cujo manifesto-programa veio a público em julho de 1947, incorporava as teses centrais do PCB. Definido como um partido das massas, pretendia lutar pela democracia, contra o latifúndio e o imperialismo”¹⁸⁵. Mas a tentativa fracassou porque o Tribunal Superior Eleitoral negou o registro para o seu funcionamento.

Após o PCB ser posto na ilegalidade, iniciou-se a “caça aos comunistas”, momento este em que houve a invasão da polícia às sedes, depredação dos locais e os seus arquivos e fichários foram apreendidos. O Ministério do Trabalho determinou o fechamento de organizações trabalhistas, como a CTB, e diversos sindicatos sofreram intervenção, além da demissão de funcionários públicos suspeitos de pertencerem ao PCB¹⁸⁶.

Entrementes, a perseguição aos comunistas se acentuava no país. Em setembro de 1947, o governo Dutra pressionava o Congresso a cassar os mandatos dos parlamentares comunistas, o que afinal seria votado a 7 de janeiro de 1948. Em outubro o Congresso aprovava a demissão de todos os funcionários públicos

¹⁸² PRESTES, op. cit., p. 104.

¹⁸³ VIEIRA, op. cit., p. 27.

¹⁸⁴ VIEIRA, op. cit., p. 29.

¹⁸⁵ PANDOLFI op. cit., p. 168.

¹⁸⁶ SEGATTO op. cit., p. 224.

suspeitos de pertencerem ao PCB¹⁸⁷.

As ações repressivas não aconteciam somente contra os comunistas, mas também contra as manifestações, atos públicos e comícios. Assim, muitas mobilizações foram promovidas, especialmente pelo PCB e diversos setores democráticos e progressistas da sociedade, em defesa da democracia e com intuito de barrar o avanço anticomunista em todo território nacional.

O PCB continuava fazendo campanha eleitoral para as eleições municipais que iriam ocorrer em novembro de 1947, mas como o partido foi impedido de apresentar candidatos pela sua legenda, trabalhou para os aliados. Dessa forma obtiveram êxito, especialmente na capital e nas cidades de Santos e Santo André, pois as vitórias foram suficientes para a obtenção das bancadas majoritárias. Muitos eleitos não puderam assumir seus cargos por serem impedidos pelo governo de Dutra¹⁸⁸.

Em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares eleitos foram cassados em nível legislativo federal, estadual e municipal, entre eles destaca-se Luís Carlos Prestes, que passou a viver na clandestinidade¹⁸⁹. Após a legalidade da cassação, vários líderes e dirigentes do PCB foram presos e a polícia invadiu e destruiu a redação dos jornais do partido.

Essa ação do governo era um paradoxo na política brasileira, pois “[...] em uma conjuntura de plena vigência da democracia política e de avanços na cidadania eleitoral, começava um novo ciclo de clandestinidade para os comunistas brasileiros”¹⁹⁰.

Devido à fundação tardia do PCB catarinense, os comunistas locais tiveram mais autonomia que os outros estados brasileiros em relação à direção central, mas isso também trouxe um certo isolamento. O que auxiliou a sustentar a referida independência nas décadas de 30, 40 e 50 foi a circulação de jornais, que foram porta-vozes das reivindicações operárias, somada às passeatas de comemoração de primeiro de maio¹⁹¹.

Diante da perseguição do governo, em 1948 o PCB foi perdendo seus membros e simpatizantes em número expressivo, mas ainda mantinha forte influência nos meios sindicais e intelectuais. Os comunistas classificavam o governo de Dutra “de ‘Governo de traição nacional’, sendo uma ditadura ‘a serviço do imperialismo norte-americano’”¹⁹².

¹⁸⁷ PRESTES, op. cit., p. 106.

¹⁸⁸ PRESTES, op. cit., p. 104.

¹⁸⁹ RODEGHERO, op. cit., p. 62.

¹⁹⁰ DELGADO, op. cit., p. 136.

¹⁹¹ MARTINS, op. cit., p. 189 e 190.

¹⁹² RODRIGUES, Leôncio Martins, O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10, Sociedade e Política (1930-1964). 9.

O governo tinha motivos e “dever” de livrar a pátria da “ameaça comunista”, por isso as justificativas acerca da cassação do PCB e do cancelamento dos mandatos dos parlamentares em todo país foram baseadas no patriotismo, dado que o partido foi considerado antidemocrático e golpista e que recebia orientação estrangeira. No momento da Guerra Fria, os discursos anticomunistas ficaram mais restritos à “caracterização do comunismo como sinônimo de imperialismo soviético”¹⁹³.

A repressão ao comunismo ocorreu durante toda a administração de Dutra. Para além da cassação do registro e dos parlamentares, destacamos “[...] particularmente no ano de 1949, com o combate às atividades ligadas à campanha pela paz [...]”¹⁹⁴. Estas últimas objetivavam organizar congressos da paz em todo o país, mas a repressão policial esteve presente para combater qualquer movimentação organizada pelos comunistas.

As movimentações do PCB visavam a discutir a paz e o imperialismo e buscavam solução pacífica para a Guerra da Coréia, a redução de armas, da propaganda de guerra e a proibição da arma atômica. Para os anticomunistas, no entanto, essas ações serviam como manobra para atacar os Estados Unidos

Os anticomunistas buscavam trazer à luz as contradições da pregação da paz pelos comunistas, buscavam formas de desmoralizá-la, confrontando-a tanto com a política externa soviética quanto com o tipo de militância dos comunistas brasileiros que, para aqueles, pouca semelhança teria com a promoção da paz¹⁹⁵.

O movimento pela paz mobilizou o PCB. As atividades pró-paz haviam se intensificado em todo o estado de São Paulo e “[...] vinha sendo realizado um crescente número de encontros sobre o tema. O mesmo vinha acontecendo no Paraná e em Santa Catarina”¹⁹⁶.

No OE, as notícias sobre essas campanhas promovidas pelo PCB eram recorrentes. Vejamos como era retratado esse movimento em um editorial publicado em março de 1949 com o título “Congresso pela paz”. A reportagem traz à reflexão as associações e movimentos pró-paz que estavam se reunindo em congressos e conferências comandados pelos comunistas sob as ordens de Moscou. O editorial propõe que esse movimento mundial transmite uma impressão de que a Rússia é uma nação pacífica. A crítica trazida é que, por trás desses congressos pela

ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 493.

¹⁹³ MOTTA, op. cit., p. 60.

¹⁹⁴ RODEGHERO, op. cit., p. 70.

¹⁹⁵ RODEGHERO, op. cit., p. 70.

¹⁹⁶ RODEGHERO, op. cit., p. 75.

paz, há um objetivo claro: a propaganda comunista. Visando a exaltar o pacifismo da URSS e a difamar os Estados Unidos e o bloco Ocidental, o propósito é atingir o país norte-americano porque só ele tem força para destruir os comunistas e estrangular o imperialismo russo¹⁹⁷.

Em Santa Catarina, os comunistas usavam novas táticas de luta, mesmo com um reduzido núcleo organizado e com dificuldades internas. Por exemplo, na realização de comícios e manifestações, usava-se a Sociedade União Operária, que tinha sido embrião do PCB do estado e de vários sindicatos. Por isso, foi no período da ilegalidade que o PCB catarinense teve mais destaque¹⁹⁸.

As prisões dos comunistas catarinenses ocorreram a partir de 1947 devido à organização de células, à participação de campanhas como o não envio dos jovens à guerra da Coréia e “o petróleo é nosso” e às discussões em bairros, além de realizarem campanhas salariais que tentavam influenciar os movimentos estudantis e sindicais¹⁹⁹.

Em suma, percebe-se que Dutra atuou fortemente no combate ao comunismo, principalmente quando assumiu a presidência da República. Sua ação repressiva foi ao encontro dos interesses dos Estados Unidos em plena Guerra Fria. Portanto, em termos internos, os comunistas representavam uma ameaça porque estavam obtendo vitórias eleitorais desde 1945. Assim, o PCB foi visto como um partido ligado à URSS e não brasileiro, o que culminou na cassação do registro do partido e dos mandatos dos parlamentares.

¹⁹⁷ Congresso pela paz. **O Estado**, Florianópolis, 25 mar.1949. nº 10.494, ano XXXV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910494.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

¹⁹⁸ VIEIRA, op. cit., p. 29.

¹⁹⁹ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, UFSC, 1990. p. 53.

4 OS DISCURSOS SOBRE O COMUNISMO NO JORNAL O ESTADO

Nesse capítulo apresentaremos inicialmente o histórico do jornal *O Estado* e sua ligação partidária. Em seguida, analisaremos os discursos anticomunistas presentes no periódico, classificando-os em três categorias temáticas de análise: comunismo como estratégia eleitoral nas eleições de 1947; discursos católicos sobre o comunismo e, por fim, a análise dos discursos anticomunistas destinados aos trabalhadores.

4.1 O HISTÓRICO DO JORNAL *O ESTADO*

Em Florianópolis, com o restabelecimento da democracia em 1945, surgiram “A rádio Guarujá, do líder pessedista Aderbal Ramos da Silva, que defendia os interesses do PSD; a Rádio Diário da Manhã, do líder udenista Irineu Bornhausen, era a voz ativa da UDN”²⁰⁰. Destaca-se que o diário *O Estado* continuou defendendo os governos pessedistas; já a UDN o fazia nas páginas do *Diário da Manhã* ou do jornal *A Gazeta*. Como comentou Valente

Os jornalistas, redatores daqueles textos rebuscados que invariavelmente iniciavam como um longo “nariz de cera”, eram também partidários. Amigos e apadrinhados das principais personalidades políticas de cada clã. Por décadas a imprensa da capital de Santa Catarina viveu essa rotina provinciana. Uma espécie de serviço de alto-falantes dos principais partidos ou coligações²⁰¹.

As notícias eram copiadas do repórter Esso, da Rádio Nacional do Rio, ditadas pela fonte ou recortadas de jornais internacionais e traduzidas e publicadas no dia seguinte²⁰². Além disso, investia-se nos editoriais para promover as coligações PSD e UDN. De acordo com a reflexão do jornalista Pereira,

Dois excepcionais jornalistas atuavam em trincheiras opostas: Rubens de Arruda Ramos defendia o PSD e atacava a UDN na famosa coluna “Frechando”, em “O Estado”, valendo-se do pseudônimo Guilherme Tell, o arqueiro da justiça [...]; e seu irmão, Jaime de Arruda Ramos, disparava contra o PSD e usava todos os escudos para promover a UDN em sua prestigiada coluna “Tim Tim”, usando o pseudônimo “Tim Tim”, em “A Gazeta” ou no “Diário da Manhã”²⁰³.

²⁰⁰ PEREIRA Moacir. **Imprensa e poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 154.

²⁰¹ VALENTE, César. A imprensa na grande Florianópolis. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 71.

²⁰² Ibid., p.71-72.

²⁰³ PEREIRA, Ibid., p. 154 e 155.

O jogo de interesses políticos fez com que *O Estado* se tornasse um dos mais importantes jornais e uma peça fundamental na atuação do PSD. Fundado em 1915, o periódico passou por diferentes proprietários até ser adquirido por Aderbal Ramos da Silva, em 1946. Aderbal era umas das principais lideranças estaduais do PSD e também um dos dirigentes de um dos maiores grupos empresariais de SC²⁰⁴.

O jornal *O Estado* era de caráter local e representou uma inovação para a imprensa local devido ao equipamento moderno que possuía. O periódico foi criado por Henrique Raup Junior e Ulisses Costa e, inicialmente, possuía quatro páginas²⁰⁵.

O segundo proprietário foi o comerciante Augusto Lopes da Silva, mas em 1925 o noticiário passa a pertencer ao ministro do governo de Washington Luz, Victor Konder, sob direção do professor Altino Flores²⁰⁶. É nesse período que, pela primeira vez na história do jornal, ele assumiu um caráter político declarado e atuou na década de 1930 como opositor ao governo de Getúlio Vargas.

Com a morte de Konder, o jornal foi vendido para Moacir Iguatemy da Silveira em 1945, que passou a publicar fatos nacionais e internacionais. Já no ano seguinte, Moacir repassa o jornal a “[...] Sidney Nocetti, que teria sido apenas intermediador no negócio em favor do político Aderbal Ramos da Silva, deputado e depois governador, principal dono do jornal em toda sua existência”²⁰⁷. Aderbal Ramos, portanto, comprou o diário com intuito de difundir as ideias do PSD, ou seja, dando direcionamento para o seu partido e fazendo algumas alterações, como a limitação da circulação em Florianópolis e nas cidades litorâneas.

Outro jornal adquirido por Aderbal para divulgar as bandeiras do PSD foi *A Notícia*, publicado em Joinville. Por isso, de 1946 até 1956, “aproveitando-se da linha editorial engajada do jornal *A Notícia*, disseminou pela região os elementos doutrinários de sua agremiação e investiu na promoção do PSD visando às eleições ao Governo do Estado que se aproximavam”²⁰⁸.

Além da mídia impressa, Aderbal Ramos da Silva também se utilizou da mídia eletrônica, a qual auxiliou na divulgação de sua agremiação e nas disputas eleitorais.

²⁰⁴ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado** (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/30624/25775>. Acesso em: 04 mar. 2020. p. 123.

²⁰⁵ BUDDE, op. cit., p. 17.

²⁰⁶ Ibid., p. 17 e 18.

²⁰⁷ BUDDE, op. cit., p. 18.

²⁰⁸ RAUPP, op. cit., p. 28.

Consequentemente, comprou uma emissora de rádio de Florianópolis: a *Rádio Guarujá*²⁰⁹. Percebe-se que o político investiu consideravelmente no segmento da imprensa.

A sua inserção nos meios de comunicação, articulando as relações entre os seus interesses privados e as suas intenções políticas, proporcionou que o mesmo pudesse alargar sua esfera de influência econômica e ampliasse suas plataformas de atuação e persuasão do cenário partidário e, consequentemente, eleitoral²¹⁰.

A partir de 1946, os jornais dividem-se entre as principais lideranças ligadas às famílias tradicionais: os Ramos e os Konder-Bornhausen. Dessa forma, *O Estado* apoiava o PSD, opondo-se ao *Diário da Tarde*, de propriedade de Adolfo Konder, líder da recém-criada UDN. A análise de periódicos são fonte importante para verificar as disputas políticas. Com base nos proprietários dos jornais, evidencia-se a rivalidade entre as oligarquias estaduais no espaço político²¹¹.

No decorrer de 1946 até 1950, quem assume o poder do estado é a oligarquia Ramos, que usou a imprensa para reforçar a importância de governar o estado catarinense. Em relação ao jornal OE, mesmo sendo seu proprietário, o nome de Aderbal não é citado, estando presente Sidnei Noceti como dono e diretor-gerente e Barreiros Filho como diretor. O jornalista Rubens de Arruda Ramos substituiu Barreiros Filho, em 1947, criando uma célebre coluna, “Frechando”, e assinando comentários e artigos com o pseudônimo de Guilherme Tal. Rubens era considerado a alma do jornal, especialmente na disputa política entre o PSD e a UDN²¹².

Aderbal Ramos assume o executivo estadual em 1947, e seu governo dará uma certa continuidade do Estado Novo no quesito “assistencialista”. Aderbal como governador do estado de Santa Catarina atuava junto a população mais humilde e obtinha muito prestígio social. Aderbal auxiliava a população nas necessidades mais elementares, ou seja, aquelas ligadas a saúde e o abastecimento da casa, também financiava estudos, conseguia vaga de emprego entre outras ações para a população catarinense²¹³.

Em 1947, Francisco Barreiros Filho deixou a direção de *O Estado* para exercer o cargo de secretário civil de Aderbal Ramos até 1951. Devido à vitória de Aderbal no cargo de

²⁰⁹ PEREIRA, op. cit., p. 90.

²¹⁰ RAUPP, op. cit., p. 25.

²¹¹ RAUPP, op. cit., p. 14.

²¹² PEREIRA, op. cit., p. 119.

²¹³ RAUPP, Marcelo Coelho. Pequenos Getúlios: O PSD e as elites catarinenses (1945-1970). 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/479/ppgh_udesc_dissert_marcelo_coelho_raupp.pdf. Acesso em 03 fev. 2021. p. 32-34.

governador, Barreiros Filho passou a ser seu assessor, assumindo assim a direção do jornal Rubens de Arruda Ramos. Após a morte em 1965 de Rubens, o gerenciamento passou a José Matusalém Comelli. Este era genro de Aderbal Ramos; portanto, a maioria dos dirigentes do jornal eram parentes próximos, mantendo a continuidade do poder oligárquico ao longo da segunda metade do século XX²¹⁴.

Durante quase toda a sua trajetória, o jornal *O Estado* esteve atrelado a propósitos político-partidários. A intensidade de suas publicações com essa intencionalidade teve como objeto a divulgação do Partido Social Democrático (PSD) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Somente a partir de 1970 é que o periódico começou a apresentar um jornalismo profissionalizado, que tem duração até 2009²¹⁵.

No período de análise, as bandeiras do PSD eram defendidas pelo jornal OE: apoio aos seus candidatos, defesa da religião católica, defesa a Dutra, ações diárias do PSD e referências pejorativas aos partidos de oposição, especialmente a UDN e o PCB. As publicações depreciativas sobre o PCB, bem como seus representantes, aparecem de 1946 a 1950. As notícias sobre o Partido Comunista surgem com mais intensidade a partir do momento em que o partido é colocado na ilegalidade e os mandatos dos parlamentares cassados.

As diversas reportagens presentes no OE de cunho anticomunista possuíam um público-alvo bem específico e evidenciavam-se em seus títulos e frases em destaque. A seguir analisaremos algumas categorias temáticas como: discursos anticomunistas relacionados às eleições de 1947, à Igreja e ao operariado.

4.2 COMUNISMO E ELEIÇÃO DE 1947

Em 19 de janeiro de 1947 ocorreram as eleições para governador do estado, Assembleia Legislativa, uma vaga para a Câmara Federal e duas para o Senado. Na disputa para o estado estavam Aderbal Ramos da Silva, da coligação PSD/PTB/PDC, Irineu Bornhausen, da UDN, e Carlos Sada, do PRP. O confronto mais evidente ficou entre os representantes das suas oligarquias estaduais: os Ramos (PSD) e Konder-Bornhausen (UDN). Ambos apelaram para o apoio das classes trabalhadoras para vencer as eleições²¹⁶.

²¹⁴ FERNANDES, op. cit., p. 86.

²¹⁵ BUDDE, op. cit., p. 11.

²¹⁶ ARAUJO, Camilo Buss. **Marmiteiros, agitadores e subversivos**: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123050> Acesso em: 15 jun. 2020. p.51 e 52

E foi nessa conjuntura política que Irineu Bornhausen, com o objetivo de buscar apoio dos trabalhadores, se aproximou do Comitê Estadual do PCB. Como consequência, os seus principais opositores, inclusive o PSD, vão investir intensamente nos discursos anticomunistas através do OE, qualificando a UDN como traidora de Santa Catarina e desmoralizando o seu adversário e o partido. Intensificaram também as notícias e a importância da cassação do partido e dos seus candidatos.

4.2.1 O adversário é comunista

Por intermédio do OE, o PSD não poupava espaço para denunciar as ações do adversário. No período eleitoral de 1946-1947, a UDN foi acusada de estar de “mãos dadas com o comunismo”, e isso era suficiente, segundo OE, para o eleitor não votar em “traidores” da pátria que visavam a trazer a doutrina comunista a Santa Catarina.

Na campanha eleitoral, o PSD, por meio de seu periódico, buscava influenciar a escolha do “melhor candidato” para governar e representar o estado catarinense. Neste sentido, o anticomunismo foi usado para influenciar a opinião pública, apresentando os seus possíveis malefícios e associando-o ao principal partido de oposição, a UDN, e também o PCB. Em relação ao papel e influência da imprensa jornalística:

Todo o periódico está diretamente vinculado a dois conceitos importantes na construção jornalística: o público e a opinião pública. [...] afinal, independente de sua origem, o jornal tende a ter um público e a fomentar uma opinião, em um complexo jogo que visa a conquistar um público cada vez maior, aumentando sua influência, penetração e poder dentro da sociedade em que ele atua e dos grupos que visa a atingir²¹⁷.

Iniciada a campanha eleitoral em 1946 e finalizada em 1947, o OE divulgou diversas propagandas dos candidatos do PSD, os quais afirmavam que, se vitoriosos, ajudariam para o desenvolvimento e progresso no território catarinense, como vemos nessa mensagem: “A vitória dos candidatos pessedistas à Constituição Estadual assegurará para Santa Catarina, uma reestruturação democrática com bases em leis sábias, oportunas e justas, necessárias ao progresso do Estado e ao bem estar do povo”²¹⁸.

²¹⁷ LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938&path%5B%5D=1656>. Acesso em: 30 jul. 2019. p. 19.

²¹⁸ A vitória dos candidatos. **O Estado**, Florianópolis, 4 jan. 1947. nº 9919, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479919.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

O investimento propagandístico era feito para além do partido defendido pelo diário, pois se dedicava também aos ataques aos opositores. Por isso, “[...] falar sobre o adversário político sempre foi e será tão importante quanto falar do próprio programa partidário”²¹⁹.

Eis a última mentira udenista: o ex-presidente Getulio Vargas mandara votar no sr. Irineu Bornhausen! Mentira dolorosa para os próprios udenistas que a conceberam. Porque nela está a confissão da fraqueza que lhes vai pelo partido em decomposição [...]. Os udenistas sabem que o senador Getúlio Vargas aprovou o acôrdo entre o P.S.D. e o P.T.B. e a mentira que espalham constitui por isso mais uma calúnia contra a honradez de quem nunca faltou à sua palavra²²⁰.

A matéria destaca que Irineu Bornhausen mentiu para seus eleitores para se beneficiar nas eleições. Além de atacar a oposição, o diário recomendava à população votar em candidatos honestos, fiéis à pátria, católicos e, por outro lado, evitar votar nos inimigos da pátria e traidores, como foram qualificados os concorrentes do PCB. O jornal destacava, de um lado, a pureza e honestidade por parte dos pessedistas e, de outro, o PCB como um partido impuro e desonesto, e alertavam que o único modo de combater o mal que beirava a sociedade era através do voto.

Escolha acertada

[...] No momento atual, duas idéias fundamentais se entrecrocaram: o espiritualismo são e puro das democracias cristãs e o materialismo, falso e degradante, do totalitarismo. Não podemos permitir que este materialismo, pregado abertamente pelas praças públicas, saia vitorioso dessa campanha. De índole profundamente cristã a nossa gente precisa reagir, afim-de que os falsos profetas, de terras estranhas, sejam desmascarados. A solução dos problemas sociais não é privilégio das doutrinas extremistas e alienígenas. [...] A candidatura Aderbal R. da Silva, além de profundamente cristã, nasceu como medida justa, como remédio para o mal que possa advir à nossa terra e ao nosso povo. [...] Abraçar a candidatura Aderbal Silva é garantir soluções democráticas e cristãs para os males sociais do nosso Estado. João Lourenço²²¹.

Nesse caso, a escolha acertada, segundo a matéria, seria o candidato Aderbal Ramos por ser um cristão que defenderia a democracia. Somente ele conseguiria proteger dos males que poderiam afligir o território catarinense. Enfim, seria um “remédio para o mal”. O mal exposto faz alusão ao comunismo, que é qualificado como um sistema falso, totalitário, degradante; uma doutrina extremista e alienígena. Diante disso, recomenda-se que o povo catarinense, que possui “índole profundamente cristã”, não se deixe enganar pelos “falsos profetas”. Observa-se que o

²¹⁹ MARIANI, op. cit., p. 19.

²²⁰ Eis a última mentira udenista. **O Estado**, Florianópolis, 19 jan. 1947. nº 9932, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479932.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²²¹ Escolha acertada. **O Estado**, Florianópolis, 29 nov. 1946. nº 9890, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469890.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

jornal adverte sobre a importância de a população votar no candidato certo, ou seja, em Aderbal:

Atestado a nossa alta educação política, desenvolve-se num ambiente de mutuo respeito, entre nós, a campanha eleitoral. A única exceção, como sempre, parte dos comunistas. Talvez em baixo revide á nobre e corajosa atitude do dr. Aderbal R. da Silva, recusando peremptoriamente qualquer aproximação com os adeptos de Moscou por não lhes reconhecer sinceridade democrática em seus postulados doutrinarios, os “prestistas” de Florianópolis se entregaram à desprezível tarefa de cobrir com seu material de propaganda, os cartazes de propaganda do eminente candidato do P.S.D.²²².

Os comunistas aparecem, sob o olhar do jornal, como desordeiros e mal-educados porque colocaram seu material de propaganda sobre os cartazes de Aderbal; tal atitude representou desrespeito e a ação dos “prestistas” em Florianópolis foi criticada. Na reportagem, deixam claro que Aderbal não tem nenhuma ligação com os adeptos de Moscou por desconfiar da ação democrática do partido. Sendo assim, pela opinião do redator, esta atitude é considerada “nobre e corajosa”.

Outro fato importante é em relação a propagandas que já contavam com a vitória do candidato do PSD, como mostram os exemplos a seguir. No alto da primeira página, com letras grandes e em negrito, lê-se: “Aderbal R. da Silva, o Governador que o povo já elegeu, vai ser aclamado em todos os municípios de Santa Catarina como o CANDIDATO DA VITORIA²²³”. Na mesma matéria, Aderbal é interpretado como “[...] o governador de Santa Catarina já eleito pelo coração do povo barriga verde, que não esconde o seu entusiasmo e nem disfarça a sua certeza em vê-lo à frente da administração pública da nossa terra fecunda e laboriosa”²²⁴.

Publicações como essas expressavam a convicção do jornal e do PSD em relação à vitória dos candidatos e, principalmente, de Aderbal. Mas isso é comum na imprensa em períodos eleitorais, pois retrata os desdobramentos das campanhas e previsões sobre a possível vitória de determinados candidatos, de aliança e rompimentos²²⁵. Só que nesse caso, o OE, além de retratar os desdobramentos das campanhas, acreditava na vitória do PSD e buscava descrever negativamente os seus opositores para os “eliminar” do jogo político.

Assim, “a propaganda eleitoral pode ser entendida como representação e ação: ao

²²² Atestado a nossa alta educação política. **O Estado**, Florianópolis, 22 dez. 1946. nº 9910, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469910.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

²²³ Aderbal R. da Silva. **O Estado**, Florianópolis, 1 dez. 1946. nº 9892, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469892.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

²²⁴ Aderbal R. da Silva. **O Estado**, Florianópolis, 4 dez. 1946. nº 9894, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469894.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

²²⁵ RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 46 e 47.

mesmo tempo em que o anticomunismo é utilizado como *filtro* de explicação da realidade, pretende instigar os eleitores a um posicionamento, a uma adesão, a uma ação específica: o voto”²²⁶.

A título de exemplo dos discursos anticomunistas, mostra-se a seguir a exposição de um diálogo entre vizinhos acerca dos problemas da sociedade publicada no jornal.

Os nossos problemas

[...] Ontem, saía de casa, às sete da manhã, quando vi o meu vizinho se despedir da mulher com estas palavras: “Dá um jeito por aí e completa o que eu consegui no mercado”. Descemos juntos. Conversa vai, conversa vem, o meu vizinho se abriu: “Estou cansado, o que resolve mesmo é o comunismo. A miséria é geral! É necessário socializar tudo, aqui no Brasil, sob pena de marcharmos para a fome, para miséria maior!”

Não meu vizinho! O que se faz necessário é produzir riqueza, produzir muito. Não interessa socializar a miséria, muito ao contrário, eliminá-la. Ação decisiva e constante do governo. Governo a cuja frente esteja um homem que sinta a realidade brasileira, que tenha vocação para suavizar as aflições e angústias do próximo.

Não é privilégio do comunismo resolver os problemas nossos. Socializar tudo, inclusive a miséria; é jogarmo-nos em situação pior. Não te iludas, meu vizinho, fora da social democracia não encontrarás solução para teus problemas. Tenho a certeza, estou convencido que existe, no momento atual, um homem capaz de nos conduzir, de nos proporcionar dias melhores.

Reage, meu amigo, não te atires por veredas excusas que poderão levar a ti e aos teus a situação de maior penúria. Inscreve-te entre aqueles que apoiam Aderbal R. da Silva, cidadão que honra à nossa terra e à nossa gente. Seu governo será um governo cristão, um governo que o momento atual exige, tendo a orientá-lo o amor à terra, o sentimento de solidariedade e o bem estar coletivo. Vota em Aderbal R. da Silva e cumprirá o teu dever. JOÃO LOURENÇO.²²⁷

O diálogo supracitado relata as dificuldades financeiras enfrentadas por muitas famílias. Um dos interlocutores, ao retratar esse quadro, afirma que a melhoria aconteceria somente com o comunismo, crendo que tudo deveria ser socializado no Brasil porque a situação iria se agravar. Em contraposição, o outro vizinho alerta que essa não é a alternativa, porque se isso ocorrer, a miséria continuaria. E prossegue dizendo que a solução para os problemas seria através da liderança de um governo que saiba dos problemas e da realidade que a população vive. Logo, nessa circunstância, recomenda-se, como melhor opção, apoiar o candidato Aderbal R. da Silva, “cidadão que honra à nossa terra e à nossa gente”, e que será “capaz de nos conduzir, de nos proporcionar dias melhores”.

Verifica-se novamente o uso do anticomunismo para incentivar os eleitores a votar em Aderbal, assegurando que a realidade do comunismo não resolveria os problemas de Santa

²²⁶ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 103.

²²⁷ Os nossos problemas. **O Estado**, Florianópolis, 3 dez. 1946. nº 9893, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469893.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Catarina, ficando implícito que não lutava pelo Brasil e pelas dificuldades locais, e seria ilusão o povo acreditar em um regime/partido impatriótico.

Destaca-se que, ao longo do tempo, a imprensa, vinculada a grupos ou partidos e instituições, foi utilizada para combate ao comunismo. E no discurso jornalístico, os sentidos “[...] sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham sua espessura pela repetição, pela crítica, às vezes, nítida, às vezes disfarçada em explicações”²²⁸.

Um importante ponto na propaganda eleitoral era que os candidatos deveriam deixar claras suas posições religiosas e políticas, especialmente se apoiavam ou não o comunismo.

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política; por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas [...]. Tudo isso releva que ser *contra* ou ser a *favor* do comunismo era uma definição fundamental para o homem público²²⁹.

Discursos anticomunistas bem elaborados da Igreja para condenar seus oponentes e demonstrar qual a melhor opção de políticos e partidos também foram expostos. Sabe-se que a Igreja auxiliou, e muito, nesse contexto, afirmando que todo bom católico não deveria votar em comunistas. De acordo com o historiador,

A Igreja católica se empenhou em derrotar os comunistas e seus aliados nos pleitos eleitorais, notadamente nas campanhas transcorridas entre 1945 e 1964. A participação política da instituição constituía problema delicado, uma vez que a orientação tradicional da Igreja brasileira era de evitar envolver-se nas disputas políticas, mantendo-se acima das paixões partidárias. Mas, em se tratando da luta anticomunista, a hierarquia fazia uma interpretação especial, entendendo que não poderia haver omissão de sua parte²³⁰.

O Brasil, predominantemente católico, contava com a Igreja para repudiar o comunismo e orientar os seus fiéis a estarem atentos à possibilidade de um candidato ligado ao credo comunista chegar ao poder, conforme consta na matéria abaixo:

A IGREJA E O COMUNISMO

S. Paulo, 5 (E.) - Definindo a atitude da Liga Eleitoral católica nas próximas eleições, o Episcopado faz distribuir uma circular em que declara manter-se acima dos partidos. E acentua: “Relativamente ao partido comunista –, materialista e ateu e seus candidatos – cumpre a todos os católicos, por grave dever de consciência, recusar-lhes

²²⁸ BETHANIA, op. cit., p. 63.

²²⁹ RODEGHERO, op. cit., p. 109.

²³⁰ MOTTA, op. cit., p. 28.

todo e qualquer apoio²³¹.

As reportagens de cunho católico estavam voltadas às eleições e também aos discursos anticomunistas com vistas ao fechamento do PCB, à cassação dos parlamentares e ao movimento pela paz. Assim, foi se construindo um repertório de ações e manifestações. O tema sobre o anticomunismo católico, todavia, será abordado mais adiante, já que o foco nesse momento é analisar a utilização das falas anticomunistas como estratégia eleitoral.

4.2.2 A aliança entre a UDN e os comunistas

Outro estratagema adotado pelo jornal OE foi identificar partidos políticos, como a UDN, como simpatizantes aos comunistas. Desataca-se que “o rótulo de *comunista* podia ser um eficiente meio para desvalorizar o adversário, independentemente do posicionamento ideológico assumido por ele”²³².

Mas para além de rótulos, a UDN catarinense efetivamente obteve apoio do PCB nas eleições estaduais de 1947. Essa aproximação representou para OE e o PSD uma afronta para o povo catarinense, uma traição para a Pátria. A partir de janeiro de 1947, o diário inicia o ataque constante à aliança dos “agentes moscovitas” contra a UDN, não somente em Santa Catarina, mas em vários estados brasileiros.

Em foco o apoio comunista á U.D.N

Rio, 8 (A.N.) – Um dos acontecimentos de maior repercussão no cenário político do país, foi, sem dúvida, a aliança Ademar de Barros – L. C. Prestes, que encontrou a maior repulsa não só no seio do povo paulista e da Igreja Católica, mas de toda a opinião pública nacional. As mais veementes críticas continuam [...] não se compreendendo que um partido sinceramente democrático possa fazer aliança com os extremistas vermelhos, sabendo-se que são anti-nacionais por agirem sob inspiração de Moscou. A propósito salienta-se o desvio democrático da União Democrática Nacional, que, tripudiando sôbre seus postulados de liberdade, também aceitou comprometedoramente o apoio dos comunistas em vários Estados. [...] tendo afastado da U.D.N. muitos eleitores, principalmente católicos, que em absoluto querem aproximação com os agentes moscovitas²³³.

O apoio dos comunistas a UDN repercutiu em todo o Brasil e muitas notícias expressavam o espanto por não acreditar que um partido democrático se aliara aos “extremistas

²³¹ A Igreja e o comunismo. **O Estado**, Florianópolis, 6 dez. 1946. nº 9896, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469896.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

²³² RODEGHERO, op. cit., p. 112.

²³³ Em foco o apoio comunista á U.D.N. **O Estado**, Florianópolis, 9 jan. 1947. nº 9923, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479923.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

vermelhos”. A reportagem aventou que, sob orientação de Moscou, o PCB e seu representante Luiz Carlos Prestes atuavam em um partido antinacional e que era inadmissível os brasileiros aceitarem qualquer aproximação com os “agentes moscovitas”. Essa aliança fez com que o eleitorado, especialmente católico, repudiasse a postura da UDN e se recusasse a continuar apoiando o partido.

A repulsa expressa devido ao acordo entre os comunistas e udenistas em vários estados nacionais, anterior às eleições, fez com que OE desconfiasse que em solo catarinense estaria ocorrendo o mesmo. Por isso, no dia 17 de janeiro de 1947, dois dias antes das eleições, o diário publicou a seguinte nota:

Voto a descoberto

Ninguém ignora que, desde o início da atual campanha eleitoral, vimos combatendo o programa que o Partido Comunista defende. Combatendo-o, claro está que não pretendemos o apóio daquele Partido, ainda que espontâneo e gratuito. Não é menos claro que, reputando o programa do Partido Comunista, o Diretório Estadual do P.C.B. teria tomado providências para que seus correligionários não votassem no candidato pessedista à governança do Estado.

Isto posto, perguntamos: em quem votarão os comunistas?

No dr. Aderbal, lídimo defensor dos princípios cristãos de nossa gente, não será, por certo! [...] No P.T.B. também não, porque o candidato do Partido Trabalhista é o dr. Aderbal R. da Silva!

Resta nos a U.D.N.

Antes, entretanto, de darmos nossa opinião a respeito, perguntamos: o “Diário da Tarde”, porta-voz da U.D.N. tem combatido o comunismo? Não. Muito pelo contrário, vem mantendo um silêncio assáz comprometedor! [...] Seu silêncio é a aceitação tácita do apoio do Partido Comunista à U.D.N.

Do exposto se conclue, logicamente, que o sr. Irineu Bornhausen está sendo apoiado pelo Partido Comunista. O voto comunista, e por sem dúvida, um voto a descoberto²³⁴.

A desconfiança do OE reforça a posição de combate do PSD aos comunistas. Portanto, afirmam que desde o início da campanha sempre lutaram contra o programa apresentado pelo PCB e, por contrapô-lo, não votariam e nem apoiariam candidatos pessedistas ou do PTB, afinal, esses também defenderiam os candidatos do PSD. Em vista disso, em nota, se questionou em quem votariam os correligionários do PCB e da UDN. Devido a não exposição desses dois partidos, o OE afirma que o porta-voz da UND, o jornal “Diário da Tarde”, não enfrentava o comunismo. Então supõe que se não combatia, obviamente era aliado, e conclui que o Partido Comunista estava dando apoio a UDN e ao candidato a governador estadual Irineu Bornhausen. Dito isso, “O voto comunista, é por sem dúvida, um voto a descoberto”.

Mas a verdadeira indignação foi transmitida pelo OE quando essa desconfiança foi

²³⁴ Voto a descoberto. **O Estado**, Florianópolis, 17 jan. 1947. nº 9930, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479930.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

confirmada. Segundo matérias publicadas, a conexão entre o PCB e a UDN foi revelada após as eleições, quando os votos foram apurados.

O acordo secreto entre a UDN e o comunismo apareceu!

Quem quer que acompanhe o resultado das apurações, do pleito de 19, em Santa Catarina, observa, á primeira vista, que está divulgado pelas urnas o acordo secreto entre o sr. Irineu Bornhausen e o Partido Comunista do Brasil.

As cédulas todas que trazem os nomes dos deputados vermelhos vêm acompanhadas das restantes cédulas udenistas. [...] Aí está. O que os nossos oradores afirmavam era a expressão da verdade: a U.D.N. e comunismo estavam mancomunados.

Ainda assim, não vencerão²³⁵.

No dia seguinte, dentre muitas reportagens de repúdio da união em Santa Catarina dos udenistas e comunistas, destaca-se aquela que, de acordo com o diário, comprova definitivamente que “Bornhausen congratula-se com Prestes”.

E não havia acôrdo!

Bornhausen congratula-se com Prestes!

A “Tribuna Popular”, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, publicou, na primeira página da sua edição de ontem, em grande destaque, o seguinte:

“O sr. Irineu Bornhausen, candidato da U.D.N. ao Govêrno de Santa Catarina e que conta com o apoio do Partido Comunista do Brasil naquele Estado, endereçou ao Senador Luiz Carlos Prestes o seguinte telegrama:

- “Agradecendo as saudações e votos pela vitória de minha candidatura formulada pelo P.C.B., aproveito a oportunidade para ressaltar que a orientação da campanha neste Estado norteou-se pelo objetivo de concorrer para a efetivação de verdadeiro regime democrático, ainda não atingido em sua plenitude em nosso país. Saudações (a.) Irineu Bornhausen”²³⁶.

Ao trazer à tona o telegrama de agradecimento de Irineu a Prestes, o OE confirmou a veracidade da união que se manteve secreta até as eleições e a articulação para derrotar Aderbal Ramos. Presenciou-se então uma jornada de oposição constante aos dois partidos políticos, explicitando que o eleitorado católico foi traído, especialmente pela UDN. Segundo o jornal, o pacto ocorreu “com a foice, a cruz e o martelo”²³⁷.

A frase de efeito ora citada foi utilizada como título de uma reportagem para exemplificar a união entre a UDN e PCB nas eleições de 1947. De acordo com a reportagem, interpreta-se que a foice e o martelo são símbolos oficiais do Partido Comunista da Rússia e a

²³⁵ O acordo secreto entre a UDN e o comunismo apareceu! **O Estado**, Florianópolis, 22 jan. 1947. nº 9934, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479934.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²³⁶ E não havia acôrdo! **O Estado**, Florianópolis, 23 jan. 1947. nº 9935, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479935.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²³⁷ Com a foice, a cruz e o martelo. **O Estado**, Florianópolis, 24 jan. 1947. nº 9936, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479936.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

cruz símbolo da Igreja Católica; a junção desses símbolos significava que a UDN era seguidora dos princípios cristãos assim como seus correligionários, além de que a união com o comunismo representou uma traição para o eleitorado católico, pois a orientação da Igreja era o repúdio aos comunistas. Portanto, aliar-se ao comunismo seria traição aos princípios religiosos. Os termos utilizados para descrever essa união foram os mais variados: maquiavélica aliança, abraço de tamanduá, união entre os Democratas cristãos e os totalitários ateus.

Em contraste às matérias de acusação e desqualificação dos dois partidos, o OE reafirmava a pretensa conduta séria assumida pelo PSD e que seus candidatos sempre recusaram apoiar os inimigos da religião, da família e da pátria. Assim, o partido se promovia com a desqualificação dos “outros” e sublinhava o seu respeito pelo povo catarinense por recusar elementos estrangeiros e que, portanto, ser anticomunista era uma obrigação cívica.

O trabalho de propaganda anti-comunista assume o aspecto de uma obrigação cívica. Ninguém pode calcular as consequências sociais e políticas que acarretaria a vitória eleitoral dos comunistas: ateísmo, opressão, ditadura, sem dúvida são indelévels do Comunismo. Na Rússia só existe um partido; e porquê? – Porque é proibida a existência de outras correntes partidárias. Não há, também liberdade de imprensa. Essas verdades desafiam contestação²³⁸.

A advertência era que o dever do povo era fazer uso da propaganda anticomunista porque estavam claras as consequências que trariam à sociedade caso saíssem vitoriosos nas eleições: opressão, ditadura e ateísmo. Essas características seriam típicas na Rússia, país onde existia partido único e não havia liberdade de imprensa.

A maioria das reportagens anticomunistas vinham associadas a notícias internacionais e, principalmente, à vida das pessoas na Rússia, que era chamada ironicamente pelo jornal de “paraíso soviético”. Essa comparação mostrava que, se o povo brasileiro permitisse os espaços sociais e políticos para os comunistas, poderia ocorrer a mesma coisa, por isso a necessidade de a população evitar que eles ganhassem notoriedade. Nesse cenário em que se constrói de um lado o Brasil democrático e de outro a ditadura russa, cabe à população decidir a direção que deseja tomar - embora as reportagens já induziam a desprezar o comunismo.

[...] é possível constatar que a maior parte da ação anticomunismo brasileira se concentrava realmente na propaganda contra o comunismo. Falar, então, era a forma de agir. E esse falar se alimentava num rico manancial de imagens que delimitavam o que era o comunismo, quem eram os comunistas, quais os seus planos para o Brasil e o mundo, que perigos eles representavam, quais as suas diferenças em relação àqueles

²³⁸ O trabalho de propaganda. **O Estado**, Florianópolis, 23 abr. 1946. nº 9728, ano XXXI, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469728.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

que os combatiam, como era a vida nos países comunistas, etc.²³⁹.

O resultado das eleições de janeiro de 1947 trouxe satisfação ao PSD, pois este conseguiu obter grande vitória, elegendo Aderbal Ramos e deixando para trás a UDN e o PCB. Com a derrota dos comunistas no estado catarinense, OE realça: “Foi mais um golpe que eles conseguiram desfechar contra a Democracia, felizmente aparado em tempo pela consciência lúdica do eleitorado pessedistas”²⁴⁰. Em acréscimo “[...] Em Santa Catarina, a aliança no escuro da U.D.N. com o comunismo resultou em fracasso, pois os prestistas não alcançaram ai, 2 mil votos²⁴¹.

Nota-se que o diário, apesar de fazer forte oposição a UDN, acusa os comunistas de atraírem outros partidos para seu lado e que a atitude dos udenistas, especialmente de Irineu Bornhausen, foi um erro político por serem mal orientados pelos conselheiros. Essa decisão foi descrita como: acendeu uma vela a Deus e outra ao diabo. As consequências dessa união foram a derrota e a desmoralização. Afirmam-se também que o fracasso eleitoral ocorreu devido ao contato com o totalitarismo vermelho; caso decidissem ser fiéis à democracia isso não teria ocorrido. A culpa, de acordo com o jornal, foi da UDN, que desejava o poder a toda força e esse aí foi o resultado, o descrédito político²⁴².

No OE, o ataque aos comunistas não partiu somente dos editoriais, e sim por intermédio de reportagens de outros jornais brasileiros. Discorreu-se sobre o PC a partir de depoimentos e entrevistas do meio político, social, religioso e militar, delimitando dessa forma uma identidade para os comunistas. As reportagens eram reescritas e/ou republicadas a partir de matérias já existentes em outros periódicos. Veremos, no próximo subcapítulo, como eram os discursos anticomunistas católicos.

4.3 “TUDO PELO BRASIL CATÓLICO E DEMOCRÁTICO” – O ANTICOMUNISMO CATÓLICO

²³⁹ RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 52.

²⁴⁰ Uma vela a Deus. **O Estado**, Florianópolis, 26 jan. 1947. nº 9938, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²⁴¹ Derrotados os comunistas em todo o Brasil. **O Estado**, Florianópolis, 28 jan. 1947. nº 9939, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479939.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²⁴² Uma vela a Deus. **O Estado**, Florianópolis, 26 jan. 1947. nº 9938, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

“As promessas do comunismo ateu”. É com essa manchete que o leitor do OE se depara no dia 27 de fevereiro de 1947, ratificando por que a Igreja Católica não admite o comunismo.

[...] querem o desaparecimento da sociedade humana e a sua reconstrução sôbre bases novas, completamente materialistas, irreligiosas e anticristãs. Segundo êles, o ateísmo, a negação da propriedade privada, a dissolução da família, a extinção da liberdade individual, além do desconhecimento de outros direitos fundamentais da pessoa humana, seriam o caminho certo e seguro para instaurar uma sociedade nova, onde imperaria a justiça, o bem-estar, a bondade, o progresso, e na qual o homem encontraria, com a satisfação de todas as suas exigências completo desenvolvimento de sua personalidade. Tais são o programa e as promessas do comunismo ateu. É essencialmente irreligioso e materialista [...] ²⁴³.

Essa entrevista foi concedida pelo D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e faz parte da carta pastoral dirigida aos diocesanos intitulada “A Igreja e a Restauração Social no Congresso Eucarístico Nacional”. O documento era categórico em afirmar quais eram as Doutrinas Extremistas pertencentes aos comunistas: querem construir uma sociedade materialista, irreligiosa e anticristã, e que por meio dessas bases se edificaria uma sociedade nova que corrigiria todos os males da ordem social existente.

Nota-se que a Igreja estava vigiando as ações dos comunistas e entendia que era preciso expor à sociedade via imprensa essa propaganda baseada em mentiras, pois uma doutrina materialista e anticristã que acredita na dissolução da família não iria construir uma sociedade justa e democrática.

O catolicismo foi uma das matrizes básicas de mobilização anticomunista, o qual dispunha de um arsenal de valores e pensamentos próprios que usou a imprensa como meio de divulgação. Por vezes, a defesa dos valores religiosos aparecia concomitantemente ao lado do nacionalismo e o liberalismo ²⁴⁴. Em vista disso, o trecho “As promessas do comunismo ateu” é um exemplo dos discursos utilizados visando a divulgar e a reforçar que o comunismo é essencialmente irreligioso, ateu, materialista e contra os direitos fundamentais da pessoa humana. O comunista representava o ateísmo para os religiosos, o fim da propriedade privada para os liberais e o estrangeirismo para os nacionalistas.

Vejamos a matéria a seguir intitulada “O Evangelio da Ignorância”, escrita por João Frainer, na qual expressa sua opinião e transcreve a fala de um comunista com o qual afirma

²⁴³ As promessas do comunismo ateu. **O Estado**, Florianópolis, 27 fev. 1947. nº 9964, ano XXXIII, p. 3. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479964.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

²⁴⁴ MOTTA, op. cit., p. 17 e 18.

ter tido uma conversa:

[...]Como bom brasileiro, sou visceralmente contra a implantação do regime moscovita em nossa terra, pois estou convencido de que o fato consumado seria a ruína interna e externa da Pátria. [...] Dai a palestra que, há dias, mantive com um deles, e que veio provar o plano prestabelecido da propaganda usada pelos adeptos do marxismo em obediência a instruções “de cima”. [...]No entender deles, a crise que nos assoberba é consequência do imperialismo ianque!...Os americanos do norte querem dominar o mundo – e nós seríamos vítima da exploração do dólar (sic!) [...] o extremista passou para o segundo “item” das ordens superiores: a religião, os padres. Para êle a religião é um mal. Uma desgraça. Os sacerdotes, uns exploradores do povo. [...] e terminou por afirmar que a Igreja deve ser nacionalizada. Igreja brasileira e não Igreja Romana....Como se vê, a tática não é nova, Hitler queria o mesmo: dividir para destruir...

Em toda a discussão, o nosso homem provocava boas gargalhadas pela suas arquivionária ignorância a respeito da política, de história nacional, de história universal, de religião, de tudo enfim. Aliás não é para admirar. Com seus 3 ou 4 anos de grupo escolares não podia armazenar bases científicas.

Mas é desses que o comunismo precisa para o seu jogo internacional. Porque o comunismo, que expertamente grita contra o analfabetismo, precisa pregar o evangelho da ignorância, visto ser a ignorância o verdadeiro campo de suas conquistas. Reparai se, entre nós, ele abriu alguma escola.

Encontrareis centros para festas, para bailes, para divertimentos, mas escolas....? para que? A treva não gosta de luz.

Contra o evangelho da ignorância propaguemos o evangelho da verdade, da sinceridade e salvaremos o Brasil das garras ervadas do comunismo russo²⁴⁵.

Essa passagem deixa claro que o bom brasileiro deveria ser contra a implantação do “regime moscovita”, pois se isso ocorresse estava certa a ruína da Pátria. O texto busca mostrar o que os comunistas defendiam a partir de uma conversa que teve com um camarada vermelho. Nesse diálogo, esclareceu-se que os “adeptos do marxismo” criticavam os Estados Unidos por que queriam dominar o mundo e, principalmente, a religião e os sacerdotes; por que a religião é uma desgraça, um mal para a sociedade; por que os sacerdotes eram exploradores do povo; e por que a Igreja no Brasil deveria ser nacionalizada e intitulada de Igreja brasileira e não Igreja Romana. Diante disso, o redator adverte que é preciso lutar contra o evangelho da ignorância, seguir o evangelho da verdade e que somente isso poderia salvar o Brasil “das garras ervadas do comunismo russo”.

O excerto exposto defende o nacionalismo e a Igreja Católica e a dicotomia da Luz e das Trevas. Ademais, ressalta a falta de conhecimento científico por parte dos comunistas porque não respeitavam o “outro” e por que, pela falta de instrução, acreditavam em doutrinas extremistas. Portanto, no discurso religioso, “[...] havia a intenção de tornar claras as

²⁴⁵ O Evangelio da Ignorancia. **O Estado**, Florianópolis, 19 out. 1946. n° 9862, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469862.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

contraposições entre a Igreja Católica e os comunistas, de modo a colocá-los em campos radicalmente antagônicos e de reforçar a distinção entre a identidade de uns e outros”²⁴⁶.

As orientações anticomunistas também vinham dos principais representantes da Igreja Católica. Noticiado no Vaticano, o OE publica no dia 27 de dezembro o pronunciamento do Papa Pio XII: “[...] O sumo Pontífice lançou um apelo a todos que acreditam em Jesus Cristo para que se unam, sob a orientação da Igreja Católica Apostólica Romana, numa solida frente contra a marcha do ateísmo militante”²⁴⁷.

Sabe-se que a Igreja via nos comunistas um inimigo a se combater, e que essa luta estava ligada à sobrevivência da religião. Por isso, investiu-se bastante em propagandas que definiam a identidade e ações dos comunistas.

As representações relativas à identidade, às ações e aos projetos dos comunistas elaboradas pelos que os combatiam eram variadas, ainda que girassem em torno de um eixo comum: a defesa da sociedade ocidental e cristã frente a expansão do comunismo. A Igreja Católica contribuiu para a elaboração e divulgação das representações anticomunistas, no entanto a sua ação foi uma entre tantas outras que embasaram a construção desse imaginário²⁴⁸.

Ao se identificar como eram representados os “inimigos” dos católicos, é possível perceber a construção da identidade de ser-cristão e dos comunistas e seus adeptos. Por isso, a ação em defesa da sociedade ocidental cristã, principalmente publicada na imprensa, vinha carregada de opiniões e de destaques aos projetos dos comunistas em nível internacional e brasileiro. Em diversos momentos comparavam países democráticos e ditatoriais, elencando-os como parte da dominação mundial do comunismo.

A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral²⁴⁹.

Por esse motivo, diversas manchetes explicavam o quanto o comunismo era nocivo para a sociedade. Dito isso, para exemplificar, analisar-se-á uma notícia que menciona um

²⁴⁶ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 21.

²⁴⁷ Pio XII em sua mensagem ao mundo criticou o comunismo e o capitalismo. **O Estado**, Florianópolis, 27 dez. 1949. n° 10.655, ano XXXVII, p. 5. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1949/EST194910655.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

²⁴⁸ RODEGHERO, op. cit., p. 23.

²⁴⁹ MOTTA, op. cit., p. 20.

documento supostamente redigido por um comunista endereçado a um companheiro propagandista. Este escrito foi publicado na Itália e divulgado no OE a fim de comparar o PC da Itália com o do Brasil, expondo que “O que se passa na Itália, também se passa no Brasil”.

[...] “Companheiro propagandista.

Você é dos mais eficientes instrumentos. Para que a ação se torne mais eficiente, eis uma diretiva para a sua atividade.

Lembre-se de que a nossa missão é: BOLCHEVIZAR A EUROPA TODA, custe o custar e de qualquer maneira. A missão de você é bolchevizar o seu ambiente.

Bolchevizar e, como você bem sabe, libertar a humanidade que séculos de BARBARIE CRISTÃ estabeleceram. Libertar a humanidade do conceito de Religião, de Autoridade nacional, de propriedade particular.

Por enquanto a sua missão é mais limitada, e está contida no seguinte DECALOGO:

1) Não manifestar aos companheiros não amadurecidos a finalidade de nossa tarefa; você com isso comprometeria tudo.

2) Combater contra tudo aquilo que, especialmente os hipócritas dos padres, vão afirmando mentirosamente sobre os nossos objetivos; negar resolutamente tudo quanto afirmam; negar resolutamente que nós somos contrários á religião á pátria e á família.

3) Mostrar, por meio de pilherias e mediante um procedimento atraente e satisfeito que você se sente mais livre sem as baboseiras da religião; fazer ver que também se vive bem sem religião e que ate se vive melhor sendo mais livres.

4) Particularmente tem você a missão de destruir a moral, ensinando os ingenuos, criando um ambiente saturado daquilo que os pudibundos chamam de imoralidade. É o seu supremo dever; destruir a moralidade!

5) Afugentar sempre seus companheiros por todos os meios da religião, especialmente pondo em situação odiosa os padres, os bispos, etc. Caluniar, inventar, será oportuno tomar algum escândalo antigo ou atual e encarece-lo á vista dos companheiros.

6) Outro grande obstáculo para o nosso trabalho: a família cristã. Destruí-la, espalhando idéias de liberdade em matéria de casamento: excitar os moços e moças quando fôr possível, criar a displicencia na família, no estabelecimento, no Estado: *desprender a mocidade do lar.*

7) Levar o operário ao gosto da desordem, da força bruta, da vingança, a não *ter medo do sangue.*

8) Incultar bastante a idéia de que o operário é uma vítima do capitalismo e dos seus cúmplices: autoridade e padre.

9) Seja sempre o primeiro quando se trata de prestar pequenos serviços aos companheiros, fale muito alto, faça se escutar. O bem que fazem os católicos não publique, ou então atribua a você mesmo. Esteja sempre na vanguarda de todos os movimentos.

10) Lute, lute, lute, contra os padres e a moral católica.

Dê ao operário a impressão de que sómente nós somos livres e sómente nós podemos libertar. Não haja medo, mesmo que tenhamos de permanecer 3 ou 5 anos. Nossa obra prossegue sempre porque os católicos são ignorantes, timoratos e inativos. Nós venceremos! Seja uma celula comunista. Domine seu ambiente²⁵⁰.

“Quem é comunista é inimigo nº 1 de Deus. Quem é cristão é inimigo nº. 1 do comunismo”. Segundo a reportagem, a evidência dos projetos verdadeiros dos comunistas foi exposta e eles foram desmascarados, mostrando o que realmente pretendiam: bolchevizar a

²⁵⁰ O Partido Comunista da Itália e o Partido Comunista do Brasil. **O Estado**, Florianópolis, 15 out. 1946. nº 9855, ano XXXIII, p. 6. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469855.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

sociedade. Somente dessa forma iriam libertar a humanidade da barbárie cristã, do conceito de religião e negar e combater tudo que os “hipócritas dos padres” vêm afirmando sobre os objetivos do comunismo.

O dever do propagandista a favor dos comunistas era destruir a moralidade e ensinar isso aos ingênuos, orientando-os então a odiar os padres e bispos e a inventar e caluniar os religiosos de forma que resultasse em escândalos para destruir a sua imagem.

Portanto, as propagandas anticomunistas católicas tinham o propósito de mostrar que o comunismo

[...] representava a força do mal que estivera presente no mundo desde a criação e do pecado original, mas tinha características próprias e atuais, como o ateísmo e o materialismo, o objetivo de destruir a família, a propriedade privada e a pátria, de querer solapar todas as conquistas da civilização cristã. Por tudo isso, era considerado o inimigo mais poderoso de todos os tempos, o demônio mais aterrorizante e maldoso²⁵¹.

A Igreja utilizava diferentes formas para atingir os mais diversos grupos sociais com os seus discursos anticomunistas, atingindo inclusive não-católicos ou não praticantes.

Um outro discurso muito frequente no OE foi a perseguição religiosa, no qual se trazia exemplos que estariam ocorrendo na Polônia, na Tchecoslováquia e na Hungria. As notícias apontavam diversas prisões de padres católicos, fechamento de escolas católicas, confisco de propriedades da Igreja, a proibição de canções de Natal em escolas públicas e o cancelamento das missas do galo nas igrejas. De acordo com o jornal, esse violento ataque contra padres e bispos católicos ocorreu por serem considerados traidores do regime comunista²⁵².

Sobre esse contexto, no dia 12 de fevereiro de 1949, foi divulgada uma entrevista realizada do Rio de Janeiro com o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara que falou sobre a condenação do Cardeal Josef Mindszenty na capital Húngara, e que a perseguição ocorreu por questão ideológica e religiosa, ou seja, “pelo ódio cego e desenfreado do comunismo ateu contra os princípios morais e dogmáticos da Igreja”²⁵³. Por isso, adverte os leitores:

O MESMO PODERÁ ACONTECER NO BRASIL

²⁵¹ RODEGHERO, op. cit., p. 28 e 29.

²⁵² Perseguições religiosas nos países comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 31 dez.1948. nº 10.428, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1948/EST194810428.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

²⁵³ Uma farsa moscovita a condenação do Cardeal Mindszenty. **O Estado**, Florianópolis, 12 fev.1949. nº 10.461, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1949/EST194910461.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

Isto que hoje aconteceu na Hungria, mais cedo ou mais tarde acontecerá em qualquer país do mundo – inclusive em nosso Brasil – se lhe não tirarmos as causas. Acautelemo-nos. Sobretudo trabalhemos incessantemente por extirpar de nossa terra quaisquer semente que possa germinar e se tornar no futuro muito próximo árvore frondosa que venha a dar frutos de perdição. O comunismo é apenas uma expressão modernizada – e por isso mesmo tecnicamente aperfeiçoada – do ateísmo e do materialismo de todos os tempos. Não há portanto meio termo. Tudo quanto favorece ao ateísmo e ao materialismo – seja no campo da fé, seja no campo moral, seja no campo da sociologia, seja sob o aspecto econômico, seja como for a propaganda positiva do comunismo, é um solapar lento mas terrivelmente eficaz das forças que lhe são opostas. É uma traição a Cristo à Pátria, ao Homem. [...] A alma do comunismo é de substância satânica. O pois em que ele se encarna se torna um inferno. Pior que o inferno, pois não pode o preceito, nem sequer gritar a altos brados sua desgraça. O martírio do Cardeal da Hungria é a lição definitiva que o comunismo dá ao mundo²⁵⁴.

Conforme reportagem, tudo o que os comunistas fazem contra Igreja nada mais é que uma “traição a Cristo, a Pátria e ao Homem” e, por esse motivo, a alma do comunismo é constituída por substância satânica e que, ao encarnar, se torna pior que o inferno. O apelo a “[...] imagens com forte conteúdo simbólico tinha como objetivo provocar um impacto maior aos leitores ou ouvintes e demarcar bem o campo dos posicionamentos, das ações e projetos de cada um dos lados: o cristianismo e a Igreja com Deus; os comunistas com o diabo”²⁵⁵.

Em relação à perseguição às instituições religiosas, ressalta-se que

A partir do advento bolchevique na Rússia os temores dos católicos se intensificaram, assim como sua disposição anticomunista. As políticas adotadas pelo governo soviético confirmaram algumas das piores expectativas da Igreja em relação aos revolucionários. Alegando estarem golpeando a contra-revolução, o que era em parte verdadeiro, os bolcheviques perseguiram as instituições religiosas, prendendo e executando religiosos e fechando templos. Eles se empenharam numa campanha para eliminar a influência religiosa [...]. Além de enfraquecer as religiões pela repressão, estimularam a disseminação do ateísmo através do apoio a uma entidade chamada “Liga dos Sem-Deus”, que, na década de 1920 chegou a fazer desfiles e manifestações anti-religiosas nas principais cidades russas²⁵⁶.

Na mesma matéria, de acordo com o Cardel D. Jaime, os horrores cometidos pelos comunistas contra os religiosos e a Igreja serviam de exemplo ao mundo, especialmente ao Brasil, para que fique em alerta para não deixar germinar a semente que poderá virar uma árvore com frutos da perdição. Nereu Ramos, vice-presidente da República, também comenta sobre o cardeal húngaro e acredita que

²⁵⁴ Uma farça moscovita a condenação do Cardeal Mindszenty. **O Estado**, Florianópolis, 12 fev.1949. nº 10.461, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1949/EST194910461.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

²⁵⁵ RODEGHERO, op. cit., p. 28.

²⁵⁶ MOTTA, op. cit., p. 20 e 21.

O Brasil [...] não fraquejará no combate tenaz e indefeso ao materialismo pagão que, pela violência e pelo terror, quer dominar as consciências, apartando-as de Deus e riscando da táboa sagrada de direitos por Ele ditados a liberdade, como condição precípua e indispensável à vitória de postulados subversivos da ordem política e social. [...] Grande parte da humanidade está vivendo sob a mais cruel escravidão, privada até do direito de amar a Deus. [...] O comunismo é a ilusão, a mentira, a violência e a fraude e por isso polariza contra êle, em irresistível atração, as energias defensivas da civilização e da ordem social estabelecida em moldes cristãos e verdadeiramente democráticos. [...] Levantemos, pois, a nossa consciência, para o alto, iluminando-o da lição do grande cardeal húngaro, jurando “defender o nosso Deus, nossa Igreja e a nossa Pátria”, que êsse é o nosso supremo dever²⁵⁷.

O comunismo, ainda conformemente o texto, por meio do Materialismo pagão, da violência e do terror, queria controlar as pessoas, colocando-se contra o direito à liberdade, ao de amar a Deus e à defesa da democracia. Em razão disso, a civilização que segue os moldes cristãos verdadeiramente democráticos já estaria lutando contra esse regime de ilusão e de violência; logo, todos devem encarar como lição a perseguição do Cardeal húngaro e ter consciência que é dever de todos defender Deus, a Igreja e a Pátria.

A preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se fez bastante presente a partir de 1945, com o crescimento eleitoral do PCB que

causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando vencer as resistências do eleitorado católico. A Igreja reagiu através da pena de diversos líderes religiosos, na maioria clérigos, que escreveram obras anticomunistas neste contexto²⁵⁸.

Em razão disso, para a Igreja Católica, a concretização de que a sociedade cristã estava atenta à crescente influência do PCB ocorreu com o processo de ilegalidade do partido e a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Essas ações eram necessárias para que o comunismo não dominasse e destruísse a Pátria.

A liberdade e a cassação

A Igreja Católica não é contra a liberdade de pensamento, porquanto essa liberdade é uma dádiva divina e é o ponto básico da dignidade humana. Cada indivíduo é responsável pelo bom ou mau emprego que dela fizer. Mas a Igreja Católica e com ela a verdadeira democracia, é e sempre será contra o uso dessa liberdade em detrimento dos interesses morais e espirituais dos povos.

É dentro dessa premissa que devemos encarar o caso de cassação dos mandatos comunistas.

Tanto na resolução da Justiça Eleitoral cassando o registro do partido comunista do

²⁵⁷ Notável discurso do sr. Nerêu Ramos. **O Estado**, Florianópolis, 19 fev.1949. nº 10.467, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910467.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

²⁵⁸ MOTTA, op. cit., p. 23.

Brasil como na deliberação do Congresso, extinguido os mandatos dos parlamentares vermelhos não se teve em mira cercear a liberdade de opinião dos adetos do credo moscovita, mesmo porque a lei não atinge o forro íntimo de cada um deles.

O que se quis e o que se conseguiu fazer foi proibir aos extremistas brasileiros de empregarem a sua liberdade não apenas em prejuízo dos sagrados direitos cívicos da coletividade nacional, mas em desfavor dos próprios interesses da pátria.

Neste particular não valem subtenfugios, nem dizer que os comunistas são cidadãos como nós e que, por conseguinte, devem gozar das mesmas prerrogativas que a lei outorga a todos.

Há, entre uns e outros, uma diferença essencial: nós não obrigamos ninguém a pensar como nós, quer em política, quer em religião [...]. Defendendo-nos contra o comunismo não defendemos apenas a religião de nossos antepassados, defendemos a Democracia e a própria Pátria, que os marxistas brasileiros, a exemplo de seus camaradas estrangeiros, entregariam de bom grado aos apêlites materialistas de Moscou. Essa é a verdade²⁵⁹.

A reportagem comenta a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas e frisa que essa foi uma tentativa de impedir que os “extremistas brasileiros” continuassem usando sua liberdade contra os interesses da nação. E por aspirarem contra a pátria, acreditam que os comunistas não deveriam usufruir das mesmas leis que a maioria da população, posto que não são “cidadãos como nós”. A percepção do “outro” sempre aparece como algo negativo; o diferente deve ser excluído de qualquer forma e o mais rápido possível.

A perseguição dos parlamentares durante o governo Dutra representou para a Igreja o impedimento do avanço comunista no país. Em 1948, OE divulga uma nota com o título “Aplausos aos parlamentares”, que se tratava de um telegrama do Bispo de Vitória enviado aos que votaram a favor da cassação dos mandatos comunistas. Dizia o seguinte: “Por ter V. Excia. correspondido a vontade dos seus eleitores, cassando os mandatos dos inimigos da pátria, apresento minha satisfação e dos diocesanos desejando que continue protegendo os interesses do Brasil”²⁶⁰.

A Igreja ainda aproveitou para alertar os fiéis e a população em geral sobre os perigos eminentes do comunismo quando da “Intentona Comunista”, episódio este que reforçava o “[...] quanto os comunistas já haviam prejudicado o Brasil (em 1935) e sobre a possibilidade de isso vir a repetir-se caso não permanecessem vigilantes”²⁶¹.

O diário se dedicava a divulgar todos os anos a cerimônia religiosa e militar que ocorria em Florianópolis para homenagear as vítimas do movimento comunista de 1935. Geralmente, essa solenidade contava com as autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes de

²⁵⁹ A liberdade e a cassação. **O Estado**, Florianópolis, 17 jan.1948. nº 10.165, ano XXXIV, p. 7. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810165.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

²⁶⁰ Aplausos aos parlamentares. **O Estado**, Florianópolis, 29 jan.1948. nº 10.174, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810174.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

²⁶¹ RODEGHERO, op. cit., p. 39.

Repartições Públicas Federal, Estadual e Municipal, imprensa falada e escrita e o povo em geral. O que se percebe nos eventos anuais é que havia um ritual, sempre marcado pela celebração de uma missa, e uma sessão cívica e solene com o Hino Nacional e discursos das autoridades militares²⁶².

O OE publicava diversas notícias acerca do aniversário da “Intentona Comunista” e exortava a população a participar do evento, além da expor cobertura completa no dia posterior. No mês de novembro, encontra-se diversas reportagens com os seguintes termos: o dia da Infâmia; comovente e digna homenagem; pela memória das vítimas da intentona de 1935; em memória das vítimas da intentona comunista; pela memória dos que tomaram vítimas dos comunistas; em memória das vítimas de 35; em memória das vítimas do comunismo; Intentona Comunista; aniversário do golpe comunista; pelas memórias das vítimas da intentona de 1935 e etc.

Verifica-se a importância que o jornal atribuía a este evento à sua programação.

A Pátria não póde e não deve esquecer os que tomaram em defesa das instituições democráticas e da sociedade cristã em que vivemos.

Daí a homenagem prestada àquele pugilo de bravos do Exército que tomaram na concretização do cumprimento integral do dever militar.

Ao mesmo tempo que prestamos esta homenagem aos heróis que tomaram naqueles dias trágicos de novembro de 1935 defendendo a Bandeira auri-verde-estrelada do Brasil, repudiamos os que seguem a bandeira vermelha da foice e do martelo²⁶³.

Portanto, era preciso prestar homenagens aos heróis que morreram defendendo o Brasil e repudiar todos aqueles que seguem a bandeira vermelha, fazendo alusão à comunista e seus símbolos. Reportagens como essas, reiterando que a Intentona foi um capítulo negro na história do Brasil e que essas comemorações eram uma advertência para a Pátria. Por isso “[...] as vítimas da intentona comunista de 27 de novembro de 1935 devem ser lembradas enquanto um povo livre habite o sólo brasileiro”²⁶⁴.

Um dia após a celebração, em 28 de novembro de 1946, o jornal ressalta a seguinte nota:

Comovente e digna homenagem: [...] Sôbre a memoria dos que tomaram na dolorosa jornada de 35, cujo sangue é um eterno brado de alarme contra o imperialismo moscovita, o povo catarinense prestou o juramento solene de defender as tradições

²⁶² O dia da infâmia. **O Estado**, Florianópolis, 27 nov.1948. nº 10.401, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810401.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

²⁶³ Dia da Infâmia. **Estado**, Florianópolis, 28 nov. 1950. nº 11.011, ano XXXVI, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1950/EST195011011.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

²⁶⁴ Pela memória das vítimas da intentona de 1935. **O Estado**, Florianópolis, 27 nov.1948. nº 10.401, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810401.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

cristãs da Terra de Santa Cruz e com elas a integridade nacional²⁶⁵.

Verifica-se o forte vínculo entre o nacionalismo e o anticomunismo, pois os dois se dedicaram à tarefa de valorização dos ideais patrióticos e cívicos e aos símbolos nacionais e das Forças Armadas, reforçando a ideia de que todos estavam unidos para preservar a integridade nacional contra qualquer ameaça estrangeira.

Nesse caso, nas manchetes examinadas, os anticomunistas deixam claro que os valores e os símbolos nacionais jamais seriam destruídos por agentes vermelhos; na bandeira brasileira nunca constariam a foice e do martelo.

Embora não se possa negar que muitos anticomunistas realmente acreditassem nesta “ameaça” à pátria, por outro lado é inegável a conveniência do argumento para o sucesso das campanhas de combate ao comunismo. Os inimigos revolucionários recebiam o pesado rótulo de impatriotas ou pior, traidores, ao passo que os combatentes anticomunistas eram aureolados com o distintivo de defensor da pátria²⁶⁶.

É importante ressaltar que existiram diversos grupos e indivíduos que, ao crer que o comunismo representava um risco real, se mobilizaram para combater e evitar que chegassem ao poder. É preciso refletir o porquê de os comunistas disporem de uma força que os tornava temidos.

4.4 “DEIXEI O COMUNISMO PARA REENCONTRAR O BRASIL”: O OPERARIADO ANTICOMUNISTA

Dentre as matérias anticomunistas no OE, destaca-se a suposta participação do operariado no alerta para os trabalhadores em geral. Atentamente, as notícias refletiam sobre como era a realidade russa a fim de mostrar para os operários brasileiros o que poderia ocorrer se o comunismo vencesse no Brasil.

Os russos na Rússia

Rio, (A. C.) – Tôda gente sabe que a democracia soviética é um mito. Não existe na Rússia nenhuma democracia, mas uma ditadura violenta e sanguinária que vive e se sustenta do terror policial. Ninguém ignora que na Rússia não há liberdade de imprensa, nem de reunião, nem de associação, nem direito de greve, nem direito de oposição [...]. Sabe-se também que na Rússia nenhum operário trabalhador pôde mudar de emprego ou de profissão, nem transferir-se de uma cidade para outra, sem licença prévia [...]. Assim, por esses métodos, se conserva no poder uma ditadura

²⁶⁵ Comovente e digna homenagem. **O Estado**, Florianópolis, 28 nov. 1946. nº 9889, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469889.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

²⁶⁶ MOTTA, op. cit., p. 35.

execrável que tem ainda o cinismo de se intitular democrática e que no seu expansionismo brutal ameaça hoje a ordem e a paz do mundo inteiro²⁶⁷.

Anuncia-se à sociedade a relevância de saber que em nenhum momento o comunismo seria uma democracia, sendo esta uma falsa ideia inculcada pelos “falsos brasileiros”. Era importante a imprensa “revelar a verdade” e reforçá-la constantemente. Para comprovar a veracidade dos fatos, o OE trazia comparações de como era um país democrático, nesse caso o Brasil, e um país ditatorial como a Rússia.

Na Rússia, diziam os comunistas, havia democracia. Segundo a reportagem, isso sempre teria sido uma falácia, um mito, porque o que havia era sofrimento do povo que vivia em uma “ditadura violenta e sanguinária” e sem liberdade. As pessoas sofriam e os trabalhadores estavam submissos ao Estado, sendo proibidos de buscar os seus direitos por meio de greves, de fazer reuniões, de participar de associações ou de mudar de emprego, profissão ou de cidade. A autorização de órgãos competentes era obrigatória. A manchete conclui que a democracia russa não existia, todavia é por intermédio do discurso de liberdade que o comunismo estava se expandindo e ameaçando a ordem e a paz do mundo inteiro.

Por essa razão, o jornal só estaria comprovando as ações maléficas do comunismo e advertindo os trabalhadores sobre a importância da abominação desse regime e a preservação da democracia. Em matéria do dia 24 de janeiro de 1947, o ministro do Trabalho expressou que a grande maioria do operariado brasileiro era democrático e não se deixava “arrastar pelas miragens urgidas pelos messias”²⁶⁸. Essas miragens, como a citada em reportagem, estariam sendo produzidas no Brasil através da propaganda do PCB, que estava ludibriando alguns trabalhadores.

Em consonância ao discurso proferido pelo ministro do trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, o jornal também traz falas de outras autoridades, como é o caso do chefe de Polícia Pereira Lira que, em uma conferência, discorreu sobre os problemas sociais com críticas às ideologias que pregam violência e desordem com símbolos falsos. Afirma que o autêntico operário brasileiro saberia o que é o martelo e a foice por auxiliar nas tarefas para a construção da Pátria. Ademais, subentende uma condenação ao PCB, que usa a bandeira nacional para reforçar que está lutando pelos interesses da pátria brasileira, mas que na verdade está ao lado

²⁶⁷ Os russos na Rússia. **O Estado**, Florianópolis, 28 mar.1948. nº 10.220, ano XXXIV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810220.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

²⁶⁸ O proletário brasileiro é democrático. **O Estado**, Florianópolis, 24 jan. 1947. nº 9936, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479936.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

da bandeira vermelha russa²⁶⁹.

Como observado, as reportagens que retratavam o sofrimento dos trabalhadores na Rússia eram mais um arsenal anticomunista, que foi bastante utilizado para mostrar as condições em que se encontrava o povo russo. Agora vejamos alguns discursos do que se passava na Rússia e porque os trabalhadores deviam temer esse regime de acordo com o diário OE:

O povo russo vive na miséria

[...] A maioria dos russos vive em meio a terríveis problemas econômicos, composta especialmente de contribuições de altos preços, salários baixos e crítica escassez no que diz respeito à alimentação e ao vestuário. [...] o trabalhador ou operário de fábrica “ganha pouco, mesmo sendo um técnico. Os outros possuem um salário médio de 120 dólares mensais, mas não se deve esquecer que desses salários são feitas ainda inúmeras reduções, “contribuições voluntárias ao governo” e compra de títulos da dívida pública [...]”²⁷⁰.

O Trabalhador russo está quasi sem eira nem beira nem ramo de figueira. Com o magro salário que recebe o operário da terra do socialismo pouco pode comprar [...]. Entretanto, a situação economista do Trabalhador soviético é apenas parte do panorama trabalhista da Rússia. Outra parte é a falta de liberdade sindical [...]”²⁷¹.

Noticiaram ultimamente os jornais, que o governo russo promoveu o afastamento de numerosos funcionários em granjas coletivas e os está submetendo a processo por prática de atos contrários aos interesses dos trabalhadores. Não é esta, aliás, a primeira vez que tal acontece no “paraíso soviético”²⁷².

Todos os trechos apresentados trazem à tona como é a situação dos trabalhadores, citando os problemas enfrentados em um sistema comunista. De modo geral, percebe-se que os funcionários das empresas são explorados, visto que possuem salários baixos e, com o pouco que ganham, precisam fazer contribuições de alto preço ao governo soviético. Entende-se que as pessoas não podem reivindicar seus direitos pela falta de liberdade sindical.

O último trecho inclui a primeira parte de uma matéria opinativa escrita por Joao Frairer, que tem como título: “O reverso... do paraíso”. O objetivo então foi criticar o “paraíso soviético”, que nada tinha de paraíso e sim de sofrimento, o qual não se importava com as questões de justiça social e não assegurava a dignidade, pois dentro do sistema administrativo

²⁶⁹O legítimo operário brasileiro sabe o que é o martelo. **O Estado**, Florianópolis, 21 mai. 1946. nº 9749, ano XXXII, p. 4. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469749.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

²⁷⁰ O povo russo vive na miséria. **O Estado**, Florianópolis, 31 dez. 1946. nº 9916, ano XXXIII, p. 6. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469916.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

²⁷¹ Trabalhismo russo. **O Estado**, Florianópolis, 17 dez. 1949. nº 10.647, ano XXXVII, p. 2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910647.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

²⁷² O reverso... do paraíso. **O Estado**, Florianópolis, 11 out. 1946. nº 9852, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469852.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

comunista o homem devora o homem porque está submetido à ambição e à ganância. E devido à condição em que se encontra, questiona o porquê de o comunismo sempre desviar os trabalhadores dos regimes verdadeiramente democráticos, exigir abdicação da liberdade e escravizar o valor individual em prol de uma doutrina ilusória que promete prosperidade e justiça. Por outro lado, oculta as contradições do capitalismo no Brasil.

Após descrever o “império das doutrinas extremistas”, o redator ressalta a importância de divulgar esta verdade ao povo brasileiro e lança a seguinte provocação:

Se é esse o reverso da medalha, se também lá os trabalhadores além de escravos do Estado são vítimas de exploração para que trazer para o Brasil, contra o protesto das nossas tradições, uma forma de governo que não resolve, antes lhes agrava a situação?²⁷³.

É com a expressão “Expliquem-se, srs. comunistas” que o diário inicia a notícia, intimando-os a esclarecer a falta de liberdade para os trabalhadores na Rússia. Isso acaba sendo uma contradição, uma vez que o jornal pede a explicação mas não abre espaço para o PCB. A reportagem elenca três questionamentos principais a partir da repressão contra diretores de usinas soviéticas, os quais foram acusados de provocarem um estacionamento prolongado e não motivado de vagões de cargas, que culminou na condenação dos trabalhadores pelos tribunais das redes ferroviárias da Rússia a dois anos de reclusão e a um ano de internação nos campos disciplinares de trabalho.

[...]1) A greve não é permitida na Rússia, pois que são punidos aqueles que provocam estacionamento prolongados [...]Porque, então, os comunistas defendem, fóra da Rússia, o direito de greve?[...] 2) Que espécie de campo disciplinares de trabalho são esses, onde vão cumprir penas aqueles que, sem causa justificada, deixam estacionar numa estação vagões ferroviários?

Porque, então, os comunistas condenam as penas com trabalhos forçados e as apresenta, como um sinal da opressão burguesa e capitalista?

Porque os comunistas, quando querem focalizar a “escravidão feudal” dos países burgueses, capitalistas e colonizadores, apontam, como cousa, deshumanas, as colônias penaes ou as penitenciárias industriais?

E haverá maior deshumanidade do que levar uma criatura a um campo de concentração onde ela trabalhará como uma expiação ou um castigo?

3) Porque, então, os comunistas silenciam essa justiça comunista que em nada é diferente da justiça medieval ou da justiça como a compreendiam os déspotas sanguinários [...]?²⁷⁴.

Para além de descrever o que ocorria em território soviético, o jornal reforça a atuação

²⁷³ O reverso... do paraíso. **O Estado**, Florianópolis, 11 out. 1946. nº 9852, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469852.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

²⁷⁴ Expliquem-se, srs. comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 10 jul.1948. nº 10.294, ano XXXV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810294.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

dos comunistas no Brasil. Desse modo, o comunismo no plano interno foi associado aos indivíduos ligados aos movimentos populares. Assim, os anticomunistas acreditavam que “A ação dos comunistas ocorreria disfarçadamente, por meio de greves [...]”²⁷⁵ e que essas manifestações eram uma estratégia para implantação do caos para facilitar a instauração do regime marxista no país.

[...] os comunistas agem de forma a aumentar os sofrimentos populares: comando greves, insuflam a desordem e, por todos os meios, procuram desmoralizar a ação do poder público.

O ambiente, para eles, quanto mais conturbado, melhor! Se a crise se agravar, melhor! Se houver sangue, melhor! Se deflagar outra guerra, melhor. E se essa guerra fôr contra a Rússia, então, será excelente, por que lhes dará a grande, a ardentemente esperada oportunidade de traírem suas pátrias²⁷⁶.

Os comunistas estariam agindo para aumentar o sofrimento da população através da desordem, principalmente do comando das greves. Portanto, o cenário que preferem é de crise, sangue e guerra, ou seja, “quanto mais conturbado melhor”.

Veiculava-se que as greves eram criadas propositalmente para gerar dificuldades ao governo democrático de Dutra e para perturbar a vida pacífica da nação. Por isso, “[...] o govêrno não poderia negociar com grevistas apressados e, impatriotas ou a serviço de inimigos dos trabalhadores”,²⁷⁷ já que a legislação brasileira oferecia possibilidade de entendimento das partes interessadas, além da análise das reivindicações dos trabalhadores e julgamento pela Justiça do Trabalho. Entende-se, então, que os anticomunistas acreditavam no Estado.

A ação do Estado tornava-se necessária: protegendo a propriedade; impedindo as greves; protegendo o trabalho dos operários, mulheres e crianças; limitando as horas de trabalho; assegurando o pagamento do justo salário (o suficiente para ‘assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado’) [...]²⁷⁸.

O programa que promovia a desorganização social tinha continuidade; por isso era necessária uma cruzada de combate ao ousado inimigo do povo. Assim, o OE esclarece a importância de informar às massas os objetivos comunistas. Os propósitos eram

[...] explorar as necessidades dos proletarios, envenenar-lhes os anseios de conforto,

²⁷⁵ RODEGHERO, op. cit., p. 38.

²⁷⁶ Não impressiona mais. **O Estado**, Florianópolis, 25 ago. 1946. nº 9817, ano XXXII, p. 12. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469817a.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

²⁷⁷ O govêrno não poderia negociar com grevistas apressados. **O Estado**, Florianópolis, 3 fev. 1946. nº 9597, ano XXXI, p.1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469597.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

²⁷⁸ MOTTA, op. cit., p. 20.

revestie-lhes de odio e insaciedade as suas reivindicações, desvia-los, enfim, da harmonia social indispensável á boa marcha da vida do país.

Nas apparencias, os agentes assalariados de Moscou pensam e agem como os trabalhadores cuja defesa advogam como o calor e pertinencia.

Torna-se-lhes facilimo, assim, cativar simpatias, visto que os nossos operários menos aptos a se precaverem em virtude de sua limitada instrução, são geralmente de indole expansiva e de alma sempre aberta a quantos se lhe aproximam. Desta forma e insensivelmente, vão sendo arrastados ao campo da rebeldia contra o poder publico, contra a autoridade, contra a propria lei.

A pretexto de reclamar direitos incontestaveis, esquecem-se de que o mal causado á ordem e á tranquilidade publica redunde em prejuizo da coletividade, desses proprios portando.

Como ainda ha dias sentenciou lapidaramente o ministro da Justiça, “sempre ha lugar para entendimento entre homens de boa vontade”.

Dentro desse espirito, o nosso operário encontrará sempre solução plena para seus problemas sem qualquer recurso a medidas extremas, tão, do gosto e da tatica comunista.

Sirva de exemplo a resolução adotada pelo Sindicato dos Comerciaris no Rio, que aprovando em assembléia geral, a tabela do aumento de salarios a ser pleiteado, firmou expontaneamente o compromisso de não recorrer a greve nem a dissidio coletivo, porque nos meios normais sobra margem para uma conciliação de interesses entre empregados e empregadores.

Eis o exemplo que deve ser imitado por todas as classes operarias, numa eloquente demonstração de seu amor ao Brasil e de repudio formal á ideologia vermelha.

Fazer com que os nossos trabalhadores assim procedam-eis o tiro de morte no comunismo em nossa Patria²⁷⁹.

Em uma nota opinativa, o OE descreve que no Brasil há muitos problemas a serem solucionados, mas que pelo menos há liberdade: liberdade de exercer a profissão que quiser, morar onde se satisfaz, seguir a política que mais agrada e professar a sua religião. As pessoas podem se tornar proprietárias de fazendas ou fábricas porque ninguém contestará, já que tudo foi construído através do trabalho e foi produto do seu suor. Dito isso, a reportagem acrescenta que no comunismo ocorre de forma diferente do Brasil.

No comunismo desaparecem todos os outros partidos, todas as outras doutrinas politicas. Ninguém pode discordar do governo. Todos teem que ser comunistas. E se alguém recusar a filiar-se ao partido, será desprezado, esquecido, sem direitos á cousa alguma.

Lá o homem não se pertence. É propriedade do Estado – de um Estado não dirigido pelos operários, mas governado por uma minoria de espertalhões de exploradores para os quais o operário é uma massa bruta; uma mera máquina.

Em troca do seu trabalho; do seu suor; o operário recebe – quando recebe – pão apenas para suas estritas necessidades; e roupas para se vestir modestamente. Não lhe é dado escolher nem dispor do que é seu, porque ele nada pode ter. Tudo é do Estado.

Não acredites, pois no comunismo. Ele quer roubar a tua liberdade, destruir a tua família aniquilar a tua Pátria e blasfemar contra teu Deus. Ele é contra todas as pátrias porque só quer o domínio imperialista, internacional da Russia.

Operário brasileiro!

²⁷⁹ O tiro de morte. **O Estado**, Florianópolis, 27 fev.1948. n° 10.197, ano XXXIV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810197.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

Ergue teus olhos par a Bandeira gloriosa do Brasil! Escuta os acordes vibrantes do Hino Nacional! Contempla o céu estrelado de onde te protege o Cruzeiro do Sul! Terás coragem de rasgar essa bandeira? De desprezar esse Hino? De escarnecer dessa Cruz?...

Terás coragem de vender a tua Pátria às ambições insaciáveis da Rússia Soviética?... Serás tão vil que preferes trocar tua vida humilde e trabalhosa, mas digna e honrada, de brasileiro livre e altivo, para servires de lacão dos senhores de Moscou, desses senhores cheiros de ódio e de maldade, que não saberão respeitar nem o teu lar, nem a tu honra, nem a virtude de tua esposa e o pudor de tuas filhas?

Se já te deixaste iludir por falsos amigos, repara que estás a beira do precipício! Volta atrás!

Ajoe-lja-te comigo e beijamos juntos a nossa terra, a terra do nosso Brasil, deste Brasil que nos poderemos fazer grande e feliz se nos unirmos contra os seus inimigos. Deste Brasil que se orgulha do nosso suor, que se dignifica com o nosso trabalho, que se engrandece na nossa humildade, porque é sobre os alicerces do nossos sofrimentos, das nossas fadigas, das desilusões do presente, que se erguerá a prosperidade e o bem estar de nossos filhos. O futuro da nossa Pátria. A glória do nosso Brasil. A glória de termos sabido sofrer e lutar para não vender a nossa Liberdade.

Operário do Brasil! Não acredites no comunismo. Acredita unicamente no Brasil!²⁸⁰.

Como descrito acima, a vida dos operários é que nos chama à atenção, pois esses seriam nada mais do que pertencentes e obedientes ao Estado, governo este que não é dirigido pelos operários e que obriga a população a ser comunista. Eles seriam para a Rússia uma mera máquina e, em troca do trabalho, recebem o mínimo para viver, não podendo possuir propriedades por que tudo é do Estado.

Por isso a recomendação ao operário brasileiro: “Não acredites no comunismo!” Ele quer é roubar a liberdade dos povos, destruir a família e devastar a Pátria, tudo isso em nome do imperialismo russo. Ademais, “[...] os comunistas não querem, por forma alguma, que os operários progridam. Eles só pugnam por um proletariado eternamente submisso ao seu ofício, inteiramente escravizado á autoridade do Estado, sem a mais leve veleidade de um dia ser alguma coisa mais do simples operário”²⁸¹.

O jornal traz, para além da Rússia, características do PCB, sendo que foram noticiadas declarações feitas por João Mendonça Falcão, figura relacionada aos meios trabalhistas de São Paulo que se desligou do PCB. O ex-membro declarou não concordar com as técnicas do partido porque eles estavam traindo o operariado brasileiro:

[...] o Partido Comunista Brasileiro só visa interesses particularistas de luta pelo poder e transformarem o operariado em instrumento dessa luta. [...] percebeu a tremenda falsidade partidária e constatou o inescrupuloso desprezo pela necessidade, pela fome e pela vontade individual, e coletiva do trabalhador brasileiro. A sinceridade das declarações do suplente de deputado comunista João Mendonça Falcão, deixa

²⁸⁰ Não acredites no comunismo! **O Estado**, Florianópolis, 11 jan. 1947. nº 9925, ano XXXIII, p. 2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479925.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

²⁸¹ O operário. **O Estado**, Florianópolis, 01 nov. 1946. nº 9871, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469871.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

estupefados todos os que assistindo á ação do Partido Comunista, desmacara a farça, justamente onde ela se fundamenta e pretende justificar os seus designios políticos de salvadores. Se os próprios operários e líderes começam a compreender o sentido falso do Comunismo, muito em breve os fanáticos estão bocejando no vácuo, falando ás pedras”²⁸².

Segundo a reportagem, muitas pessoas já estavam compreendendo o que era o comunismo e, dessa forma, estavam abandonando em massa o PCB, principalmente entre os proletários. Um exemplo claro é o que estava ocorrendo na Bahia: muitos estavam lutando agora contra a “intolerância” e a “falsidade dos princípios democráticos” do partido. O jornal divulga a seguinte expressão de Cândido Arouca - líder da Estiva e fundador do Sindicato dos Estivadores: “Deixei o Comunismo para reencontrar o Brasil”²⁸³.

“Exemplo que os operários devem imitar”, esse título recomenda para que todas as classes sociais sejam anticomunistas, pois em Nova York os anticomunistas e a população já estavam “varrendo” os esquerdistas de posições importantes, como por exemplo dos sindicatos. O movimento contra as atividades vermelhas estava sendo capaz de nutrir os sentimentos do operariado contra o comunismo, o que estava levando à derrota diversos funcionários sindicais que eram comunistas e que apoiavam a ala esquerdista²⁸⁴.

Uma reportagem do Rio de Janeiro é publicada no OE, descrevendo as declarações do embaixador Pimentel Brandão sobre o regime terrorista que impera na Rússia. Isto deixa claro que o objetivo era abrir os olhos de todos aqueles que foram enganados ou que se deixaram seduzir pelas mistificações do comunismo, principalmente as classes operárias.

Assim pensam os trabalhadores

[...] Como é que os comunistas vem a nós falar em liberdade – dizem os trabalhadores – se na Rússia, pátria do comunismo, essa liberdade não existe?

Por qual motivo o governo soviético não quer que os forasteiros percorram o país e vejam o que por lá se está passando?

Se a Rússia fosse realmente, aquele país admirável onde o operário vive uma vida folgada e confortável, se lá o progresso fosse tão impressionante como o apresenta a propaganda russa, não haveria motivo para esconder esse “paraíso” aos olhos de todo o mundo.

A verdade só pode ser essa: na Rússia há miséria, há penuria; não há liberdade; o operário vive pior que um escravo e por isto é que os dominadores de Moscou não querem que o mundo saiba a verdade.

Diante dessas considerações, o trabalhador brasileiro está cada vez mais convencido

²⁸²Fez graves declarações ao desligar-se do Partido Comunista. **O Estado**, Florianópolis, 11 jul. 1946. nº 97810, ano XXXII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasec.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST194697810.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

²⁸³ Abandono em massa do P.C. **O Estado**, Florianópolis, 14 set. 1946. nº 9832, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasec.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469832.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

²⁸⁴Exemplo que os operários devem imitar. **O Estado**, Florianópolis, 30 dez. 1947. nº 10.129, ano XXXIV, p. 4. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasec.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST194710129a.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

de que só a Democracia pôde fazer a felicidade do homem, principalmente do trabalhador²⁸⁵.

O discurso jornalístico contribuiu para a construção de um imaginário social, como, por exemplo, a constante repetição de que na Rússia se vivia uma ditadura totalitária. E o OE trazia a seguinte conclusão: o que estaria se passando no país comunista poderia ocorrer aqui no Brasil e, portanto, os “servos de Stalin”, neste caso o PCB, não poderiam falar em liberdade já que na pátria comunista ela não existe.

Vimos que durante a história do jornal, o OE esteve ligado a propósitos político-partidários. No período analisado (1945-1950), o periódico pertencia ao político Aderbal Ramos da Silva, que o utilizava para publicar conteúdos de interesses do PSD. Na análise do jornal, de 1946 a 1950, constatamos frequentes discursos anticomunistas depreciativos à oposição, envolvendo a UDN e principalmente o PCB.

O ataque feito pelo PSD aos comunistas era constante, especialmente nas disputas eleitorais, demonstrando para os leitores a importância de repudiar os “inimigos” da pátria, assim como os que não querem o bem dos catarinenses e o desenvolvimento do estado. Um episódio bastante explorado pelo jornal foi o da aliança entre a UDN e o PCB nas eleições de 1947, uma vez que defendia o candidato do PSD.

Outro tópico bastante explorado pelo jornal foram os discursos anticomunistas católicos. As reportagens de cunho religioso revelavam para os leitores como o comunismo era um perigo para a religião e os religiosos, os quais estavam sendo constantemente ameaçados. Diante da suposta destruição da religião, o jornal argumentava sobre a importância de as pessoas repudiarem o comunismo ateu que estava arquitetando a destruição da sociedade, da família e dos valores sagrados.

Por fim, vimos outro foco de interesse construído pelo operariado. Nos discursos do jornal era retratada a importância de os trabalhadores evitarem os comunistas pelas contradições existentes em suas falas. A narrativa do periódico afirmava que o comunismo não era uma democracia e sim uma ditadura, e que não teriam liberdade e nem riqueza; seriam explorados e viveriam na miséria caso se aliassem ao comunismo. Para reforçar esses argumentos, OE trazia supostamente falas e notícias da Rússia mostrando como seria a realidade dos operários em um país tomado pelo comunismo.

²⁸⁵ Assim pensam os trabalhadores. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1947. nº 10.149, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST194710149a.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa realizada foi averiguar como o jornal *O Estado*, entre 1946 e 1950, abordou a temática do comunismo.

No Brasil, percebe-se que existiram diversas “ondas” anticomunistas: a época posterior à “Intentona Comunista” (1935-1937), o início da Guerra Fria (1946 a 1950) e, por fim, o período que deu início ao golpe civil-militar (1963-1964). Neste trabalho, foi analisada brevemente a primeira e mais enfaticamente a segunda fase.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo. Foram abordadas as seguintes categorias temáticas no terceiro capítulo a partir da análise dos discursos anticomunistas no OE: comunismo como estratégia eleitoral; religião; e operariado *versus* comunismo. Selecionou-se os temas que mais chamaram a atenção pela intensidade e repetitividade que apareceram no jornal.

A narrativa desse trabalho concentrou-se na dissolução do Estado Novo e no sistema político partidário nacional; na atuação do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Social Democrático em nível nacional e regional; na influência de Eurico Gaspar Dutra como combatente ao comunismo; no desfecho do processo da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro assim como a cassação dos parlamentares; e, por fim, nos discursos sobre o anticomunismo envolvendo o Partido Comunista Brasileiro e também a UDN no jornal *O Estado*. Ressalta-se que o último objetivo é o foco do meu trabalho.

Inicialmente foi analisada a história do Partido Comunista em âmbito nacional e o processo de formação e atuação do PCB do estado de Santa Catarina. Observa-se que o partido, desde sua fundação em 1922, esteve na maioria do tempo na ilegalidade e só ganhou notoriedade a partir da década de 1940 após o fim do Estado Novo, posteriormente à Conferência da Mantiqueira.

A conferência da Mantiqueira resultou na reorganização do PCB, que ainda atuava na clandestinidade. Nesse evento ocorreu a nomeação de Luís Carlos Prestes como secretário-geral do partido; esse fato contribuiu para tirar o PCB do isolamento político também devido à popularidade de Prestes. Esse contexto possibilitou que o partido ganhasse notoriedade principalmente após a redemocratização, que foi fundamental nas disputas eleitorais de 1945.

Os comunistas participaram do sistema eleitoral e, em 1945, conquistaram maior espaço no cenário político-partidário nacional e estadual, alcançando o seu maior desempenho até 1945. No estado catarinense, após a Conferência da Mantiqueira, foram criados diretórios

municipais que passaram a participar de passeatas e manifestações ao lado dos trabalhadores.

Na legalidade, o PCB se inseriu na luta com o proletariado urbano e nos sindicatos. Além de fundar comitês de bairros, criou imprensa própria com diversos jornais e revistas publicados em vários estados brasileiros. Desse modo, a partir de 1945, tornou-se um partido das massas e influenciou a organização dos trabalhadores, denominada Movimento Unificado dos Trabalhadores, cujo propósito era fortalecer a unidade operária.

No período da abertura democrática em 1945 surgiram novos partidos políticos. Entre os principais constam o PSD, UDN, PTB e o PCB, que disputaram as eleições. Os resultados do pleito asseguraram a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, aliado ao PTB ao cargo da Presidência, e elegeram diversos políticos do PCB, sendo eles 14 deputados federais, inclusive Luís Carlos Prestes como senador. A reorganização partidária e as eleições em 1945 levaram à organização de antigas lideranças estaduais em dois principais partidos em SC. O PSD, sob liderança a família Ramos, e a UDN, da família Konder- Bornhausen.

Dutra, a partir do momento em que assumiu o poder, atuou na perseguição aos comunistas. Isso coincidiu com início da Guerra Fria e seu posicionamento favorável aos EUA contra a URSS. As repressões partiram de fatores internos e externos. Internamente, o crescimento significativo do PCB e sua influência em vários movimentos sociais foram vistos por muitos, inclusive o governo, como uma ameaça real. Foi nesse contexto que surgiram com força discursos anticomunistas, especialmente a partir de 1947 quando houve o debate de fechamento do PCB e, mais tarde, em 1948, a cassação dos mandatos dos parlamentares por serem considerados integrantes de um partido estrangeiro que recebia recursos da URSS. Mas analisando o contexto histórico, constata-se que esse foi um recurso utilizado para afastar o PCB dos sistemas eleitorais e da política brasileira.

E para reforçar que o PCB era estrangeiro, foram utilizados na mídia muitos discursos anticomunistas mostrando os malefícios atrelados à URSS e aos comunistas. Esses discursos foram intensos, pois traziam falas de várias autoridades para discorrer sobre o comunismo, inclusive do Presidente da República.

Dentre as análises anticomunistas publicadas no jornal OE, vimos em 1947, antes da ilegalidade do PCB, alocações como estratégia eleitoral, nas quais o periódico investiu procurando desqualificar os adversários em Santa Catarina, sendo eles a UDN e o PCB. Esses dois partidos, antes das eleições que ocorreriam em 19 de janeiro de 1947, foram tachados amplamente de traidores, o que foi especialmente reforçado quando descoberta a aliança entre UDN e comunistas.

Nessa disputa eleitoral estavam Aderbal Ramos, do PSD, proprietário do jornal *O Estado*, que buscava a todo custo vencer as eleições e exercer o cargo de governador, e Irineu Bornhausen, da UDN.

Foi principalmente por intermédio da imprensa que esta disputa aconteceu: os veículos de comunicação, ao buscarem atrair os consumidores, divulgaram e influenciaram especialmente na política eleitoral, ratificando a sua posição política e atingindo os opositores.

No jornal, de 1946 a janeiro de 1947, as imagens negativas dos udenistas e dos comunistas eram intensas; em contrapartida, o seu próprio partido e candidato eram desenhados como apropriados para governar o estado.

Nos discursos foi retratado que os udenistas e comunistas eram mentirosos, que não possuíam amor pela terra em que viviam, que eram anticristãos, traidores do povo catarinense e antinacionais. E isso, com certeza, influenciou a opinião da população.

Vimos que, além de discursos anticomunistas como estratégia eleitoral, o anticomunismo católico foi explorado com exaustão. As principais qualificações abordadas no jornal foram: uma organização violenta, anticristã, irreligiosa, que destruiria a família e que buscava sociedades mais analfabetas para convencê-las de que o comunismo as transformaria em um paraíso, eliminando a miséria e as tornando muito prósperas. Traziam ainda relatos de religiosos para reforçar essas qualificações e “alertar” a população desse perigo iminente.

Por fim, trabalhou-se os discursos anticomunistas voltados para o operariado. Diversas notas relataram as contradições existentes entre os discursos do PCB e a possibilidade de melhores condições aos trabalhadores *versus* a vida dos trabalhadores na Rússia. Essas contradições, segundo OE, mostravam que na Rússia os trabalhadores viviam na miséria, sem direitos trabalhistas, sendo explorados e maltratados e vivendo sob ordens de um país “violento e sanguinário”. Essas reportagens são constantemente repetidas, possivelmente para reforçar que o melhor para o Brasil e para o operariado era não apoiar o comunismo.

Portanto, o jornal OE reforçou a ideia de que os trabalhadores deveriam evitar quaisquer relações com os comunistas. O comunismo não era democrático e sim uma ditadura que nunca lhes traria liberdade ou riqueza, pois seriam explorados sem direitos trabalhistas. Por isso, recomendava defender a democracia brasileira.

Constatamos, finalmente, que o comunismo representou uma ameaça para o jornal OE, o qual sublinhava frequentemente que todos deveriam ser informados desse “perigo” iminente do “brilho sinistro da estrela vermelha”.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Camilo Buss. **Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964**. 2013. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123050>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- ALVES, Fábio Lopes, GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da história: diálogos contemporâneos. **Revista brasileira de ensino e jornalismo**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 30-53, 2007. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/93>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- ANGELL, Alan. A Esquerda na América Latina após C. 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: a América Latina após 1930**. Estado e Política. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2009. Vol. 7. p.471-546.
- BARRETO, Cristiane Manique. In: RAMPINELLI, José Waldir (Org.). **História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 163-182.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 37-55.
- BETHANIA, Mariani. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Renavan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.
- BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (org.). América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 65-112.
- BUDDE, Leani. **Jornal O Estado: da glória à decadência (1915-2009)**. Florianópolis: Insular, 2017.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1990.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora Unesp, 2011. p. 335-356.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora Unesp, 2011. p. 7-38.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm**, Brasília, vol. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>. Acesso em: 02 set. 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo. In: FERREIRA, Jorge;

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 109-143.

CAREGNATO; MUTTI. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; p. 683. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 dez. 2020.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, vol. 7, n. 1, p.173-188, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 02 set. 2018.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, UFSC, 1990.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed. ampliada e atualizada, 1998. p.362-365.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1984.

DELGADO, Lucilia de Almeida. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico_gaspar_dutra. Acesso em: 14 dez. 2020.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

FERNANDES, Cíntia San Martin. **Indústria Cultural ou Esfera Pública Discursiva**: a dinâmica dos meios de comunicação de massa em Florianópolis. 1998. Dissertação-Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77829/149147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S.C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GOLIN, Tau. BOEIRA, Nelson (Org). **República**: da revolução de 1930 à

Ditadura Militar (1930-1985). V.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1897.

GOMES, Ângela Maria de Castro [et al]. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10, Sociedade e Política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. *In*: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 213-230.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938&path%5B%5D=1656>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEITE; JÚNIOR. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LENZI, Carlos Alberto. **Partidos políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado** (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/30624/25775>. Acesso em: 04 mar. 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 110-153.

MACHADO, Alzemi, MARCELINO, Roseléia (org.). **Catálogo de jornais catarinenses: 1831 – 2013** Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/downloads/bpsc/downloads-7/1804-catalogo-de-jornais-catarinenses-1831-2013/file>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MENDES, Lilian Marta. Aliança e Recompensa: a política de alinhamento do governo Dutra nos primórdios da guerra fria no Brasil. **Revista OPSIS**, Catalão, v.12, n.1, p.106-124, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/18336/12821>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NEGRO, Antonio, Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O**

Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, vol. 2, n. 3, p. 125-142, 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2614/1425>. Acesso em: 30 ago. 2019.

OLIVEIRA, Eder Renato de. **Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira.** 2017.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano.** O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Partido Comunista do Brasil (PCB). **CPDOC/FGV.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PEREIRA Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1992.

PEREIRA, Moacir. Jornalismo e Política. *In*: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Jornalismo em perspectiva.** Florianópolis: UFSC, 2005.

POMAR, Pedro E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946 – 1950).** São Paulo: Arquivos do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRESTES, Anita Leocadia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):** Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RAUPP, Marcelo Coelho. Filhos e amigos da “boa política”: formação e procedimentos das elites políticas de Santa Catarina. *In*: CAMPOS. Emerson César de Campos; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **Florianópolis no tempo presente.** Florianópolis: Editora da UDESC e DIOESC, 2011.

RAUPP, Marcelo Coelho. Pequenos Getúlios: O PSD e as elites catarinenses (1945-1970). 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/479/ppgh_udesc_dissert_marcelo_coelho_raupp.pdf. Acesso em 03 fev. 2021.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René. Uma história Presente. *In*: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins, O PCB: os dirigentes e a organização. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10, Sociedade e Política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 9.º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, José Nilo. **Marx, o socialismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

TORRES, Mateus Gamba. “**A Justiça nem ao diabo se há de negar**”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 - 1978). 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em história – Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/mateus_gamba_torres.pdf. Acesso em: 10nov. 2020. p. 47

TOTA, Antônio Pedro. Cultura e dominações: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra fria. **Perspectivas**, São Paulo, v. 27, p. 111-122, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/24/17>. Acesso em: 03 ago. 2020.

VALENTE, César. A imprensa na grande Florianópolis. *In*: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: UFSC, 2005.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina**: da sua Gênese até a operação barriga verde 1922 a 1975. Florianópolis, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112122/95936.pdf?sequence=1_2. Acesso em: 28 out. 2019.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **O Partido Comunista do Brasil** - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina. *Textos & Debates* - nº 05, p.90. Disponível em: Acesso em: 21 dez. 2020.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONTES

A Igreja e o comunismo. **O Estado**, Florianópolis, 6 dez. 1946. nº 9896, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469896.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

A liberdade e a cassação. **O Estado**, Florianópolis, 17 jan.1948. nº 10.165, ano XXXIV, p. 7. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810165.pdf>.

Acesso em: 04 mai. 2020.A vitória dos candidatos. **O Estado**, Florianópolis, 4 jan. 1947. nº 9919, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479919.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

Abandono em massa do P.C. **O Estado**, Florianópolis, 14 set. 1946. nº 9832, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469832.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Aderbal R. da Silva. **O Estado**, Florianópolis, 1 dez. 1946. nº 9892, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469892.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Aderbal R. da Silva. **O Estado**, Florianópolis, 4 dez. 1946. nº 9894, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469894.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

Aplausos aos parlamentares. **O Estado**, Florianópolis, 29 jan.1948. nº 10.174, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810174.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

As promessas do comunismo ateu. **O Estado**, Florianópolis, 27 fev. 1947. nº 9964, ano XXXIII, p. 3. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479964.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Assim pensam os trabalhadores. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1947. nº 10.149, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST194710149a.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Atestado a nossa alta educação política. **O Estado**, Florianópolis, 22 dez. 1946. nº 9910, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469910.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Campanha americana contra os comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 29 ago. 1946. nº 9819, ano XXXII, p. 2. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469819.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Com a foice, a cruz e o martelo. **O Estado**, Florianópolis, 24 jan. 1947. nº 9936, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST19479936.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Comovente e digna homenagem. **O Estado**, Florianópolis, 28 nov. 1946. nº 9889, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469889.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Derrotados os comunistas em todo o Brasil. **O Estado**, Florianópolis, 28 jan. 1947. nº 9939, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST19479939.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Dia da Infância. **Estado**, Florianópolis, 28 nov. 1950. nº 11.011, ano XXXVI, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1950/EST195011011.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

Dois mundos- duas políticas. **O Estado**, Florianópolis, 1 abr.1948. nº 10.223, ano XXXIV, p. 4. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1948/EST194810223.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

E não havia acôrdo! **O Estado**, Florianópolis, 23 jan. 1947. nº 9935, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST19479935.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

É necessario combater o comunismo. **O Estado**, Florianópolis, 10 dez. 1946. nº 9899, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469899.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Em entrevista à imprensa. **O Estado**, Florianópolis, 14 jan. 1947. nº 9927, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST19479927.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Em foco o apoio comunista á U.D.N.**O Estado**, Florianópolis, 9 jan. 1947. nº 9923, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST19479923.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

Escolha acertada. **O Estado**, Florianópolis, 29 nov. 1946. nº 9890, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1946/EST19469890.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Exemplo que os operários devem imitar. **O Estado**, Florianópolis, 30 dez. 1947. nº 10.129, ano XXXIV, p. 4. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1947/EST194710129a.pdf>. Acesso em: 30

abr. 2020.

Expliquem-se, srs. comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 10 jul.1948. nº 10.294, ano XXXV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810294.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Fez graves declarações ao desligar-se do Partido Comunista. **O Estado**, Florianópolis, 11 jul. 1946. nº 97810, ano XXXII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST194697810.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Não acredites no comunismo! **O Estado**, Florianópolis, 11 jan. 1947. nº 9925, ano XXXIII, p. 2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479925.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Não impressiona mais. **O Estado**, Florianópolis, 25 ago. 1946. nº 9817, ano XXXII, p. 12. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469817a.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Notável discurso do sr. Nerêu Ramos. **O Estado**, Florianópolis, 19 fev.1949. nº 10.467, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910467.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

O acordo secreto entre a UDN e o comunismo apareceu! **O Estado**, Florianópolis, 22 jan. 1947. nº 9934, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479934.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

O Evangelio da Ignorancia. **O Estado**, Florianópolis, 19 out. 1946. nº 9862, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469862.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

O govêrno não poderia negociar com grevistas apressados. **O Estado**, Florianópolis, 3 fev. 1946. nº 9597, ano XXXI, p.1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469597.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

O legítimo operário brasileiro sabe o que é o martelo. **O Estado**, Florianópolis, 21 mai. 1946. nº 9749, ano XXXII, p. 4. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469749.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

O operário. **O Estado**, Florianópolis, 01 nov. 1946. nº 9871, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469871.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

O Partido Comunista da Itália e o Partido Comunista do Brasil. **O Estado**, Florianópolis, 15 out. 1946. nº 9855, ano XXXIII, p. 6. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469855.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

O povo russo vive na miséria. **O Estado**, Florianópolis, 31 dez. 1946. nº 9916, ano XXXIII, p. 6. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469916.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

O proletário brasileiro é democrático. **O Estado**, Florianópolis, 24 jan. 1947. nº 9936, ano XXXIII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479936.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

O reverso... do paraíso. **O Estado**, Florianópolis, 11 out. 1946. nº 9852, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469852.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

O tiro de morte. **O Estado**, Florianópolis, 27 fev.1948. nº 10.197, ano XXXIV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810197.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

O trabalho de propaganda. **O Estado**, Florianópolis, 23 abr. 1946. nº 9728, ano XXXI, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469728.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Os nossos problemas. **O Estado**, Florianópolis, 3 dez. 1946. nº 9893, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1946/EST19469893.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Os russos na Rússia. **O Estado**, Florianópolis, 28 mar.1948. nº 10.220, ano XXXIV, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810220.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

Para combater o comunismo. **O Estado**, Florianópolis, 13 fev.1948. nº 10.185, ano XXXIV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810185.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

Pela memória das vítimas da intentona de 1935. **O Estado**, Florianópolis, 27 nov.1948. nº 10.401, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810401.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

Perseguições religiosa nos países comunistas. **O Estado**, Florianópolis, 31 dez.1948. nº 10.428, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1948/EST194810428.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

Pio XII em sua mensagem ao mundo criticou o comunismo e o capitalismo. **O Estado**, Florianópolis, 27 dez. 1949. nº 10.655, ano XXXVII, p. 5. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910655.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Stalin está ganhando a guerra fria. **O Estado**, Florianópolis, 25 jan.1950. nº 10.678, ano XXXVII, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1950/EST195010678.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

Trabalhismo russo. **O Estado**, Florianópolis, 17 dez. 1949. nº 10.647, ano XXXVII, p. 2. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910647.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Uma farça moscovita a condenação do Cardeal Mindszenty. **O Estado**, Florianópolis, 12 fev.1949. nº 10.461, ano XXXV, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1949/EST194910461.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

Uma vela a Deus. **O Estado**, Florianópolis, 26 jan. 1947. nº 9938, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Voto a descoberto. **O Estado**, Florianópolis, 17 jan. 1947. nº 9930, ano XXXIII, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1947/EST19479930.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.